



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA - UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH

A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará

Fernando Antônio Fontenele Leão

Redenção - CE

2018

Fernando Antônio Fontenele Leão

A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro (UNILAB)

Co-orientadora: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (UFC)

Redenção – CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Leão, Fernando Antonio Fontenele.

L476r

A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará / Fernando Antonio Fontenele Leão. - Redenção, 2018.

172f: il.

Dissertação - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. do Curso de Mest. Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro.

Coorientador: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.

1. Comunidade e universidade. 2. Justiça Ambiental. 3. Emancipação humana. 4. Universidade pública. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 306.432

TERMO DE APROVAÇÃO

A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará

Fernando Antônio Fontenele Leão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

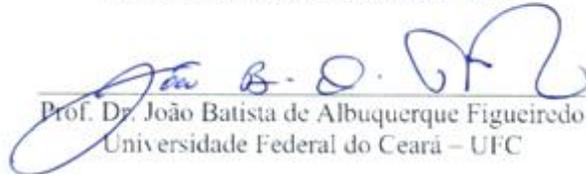
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro – Orientador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto – Coorientadora
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Defesa em: 12 / 01 / 2018

AGRADECIMENTOS

I.

Faço os agradecimentos
Em forma de poesia
Expressando gratidão
A quem me fez cortesia
Com saber, força, incentivo,
Prosa, tino e simpatia.

II.

É justo que a primazia
Seja dada à divindade,
A Deus e aos nossos irmãos
Da espiritualidade,
Que inspiraram confiança,
Ânimo e sensibilidade.

III.

Também à Comunidade
Preciso reconhecer:
Basilar neste trabalho,
Por isso, quero dizer:
- Oh Tomé, se eu sei pedir,
Também sei agradecer!

IV.

À Mayara vou fazer
Suave declaração,
Depois de um intenso ano,
Corredeiras de aflição,
O meu peito é um regato
Pra folgar seu coração.

V.

Minha mais doce afeição
Aos caros familiares,
Ao meu pai, à minha mãe,
Meus avós, os meus pilares,
Aos sobrinhos, aos irmãos
E às irmãs, tenazes pares.

VI.

Os amigos são milhares,
A eles eu agradeço:
Aos companheiros do Tramas,
Eu nem sei se os mereço,
Pela generosidade
E o saber que não tem preço;

VII.

Também todo o meu apreço
Àqueles de longa data,
A turma do Cineminha
Que muito afeto retrata,
E o “bando” do teatro
Que com tanto amor me trata.

VIII.

Essa é a hora exata
De eu falar de um companheiro
Que encontrei nessa jornada,
Um professor verdadeiro
E zeloso orientador,
Carlos Henrique Pinheiro.

IX.

Meu orgulho em ser parceiro
De uma grande professora,
Raquel Maria Rigotto,
Minha co-orientadora,
De indicações precisas
E uma paz encantadora

X.

Outra grande professora
Que me deu muita atenção
Foi Stela Meneghel
Desde a qualificação
E até após a defesa
Foi um bom diapasão

XI.

E o grande mestre João,
Como sempre, atencioso,
Eduardo, perspicaz,
Mário Henrique, rigoroso,
Virtudes de grande monta
Desse “time” valioso.

XII.

Segue um abraço carinhoso
Aos colegas do mestrado!
A todos que fazem o MIH,
Grato pelo aprendizado!
À CAPES, pelo apoio,
Receba meu obrigado!

RESUMO

Já há algumas décadas, há um avanço das fronteiras de acumulação capitalista sobre os territórios camponeses no Brasil, gerando injustiças e conflitos sociais e ambientais. O quadro de conflitos e as denúncias feitas por Movimentos Sociais organizados e por moradores de comunidades atingidas chamam a atenção de pesquisadores e grupos de pesquisa de diferentes universidades públicas no país que reagem com uma série de ações acadêmicas nesses territórios. Nesta perspectiva, considerando um conjunto de reflexões acerca das relações existentes entre Universidade e Comunidade, cumpre indagar: o que pensam os moradores dessas comunidades acerca de tais ações? A pesquisa intenta compreender os desafios, os limites e as potencialidades da atuação da Universidade em comunidades camponesas com conflitos ambientais, a partir do olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará, acerca de ações realizadas entre 2007 e 2017. Nossa definição do universo da pesquisa passou pela compreensão de que o conflito instalado nessa comunidade, situada na macrorregião cearense do Baixo Jaguaribe, é um caso representativo dos conflitos ambientais que se multiplicam no país e a comunidade do Tomé se transformou no epicentro dos conflitos na região, principalmente, pela atuação de Zé Maria do Tomé, agricultor e liderança nesta comunidade, assassinado em 2010. Considerando a perspectiva reflexiva da relação Universidade e Sociedade e a análise do olhar dos moradores acerca das ações da Universidade, o viés metodológico desta pesquisa fundamentou-se na articulação entre i) pesquisa bibliográfica; ii) observação participante; iii) entrevistas semi-estruturadas; e iv) análise de um texto teatral. A revisão bibliográfica centrou na produção acadêmica relacionada aos conflitos ambientais na região do Baixo Jaguaribe, na Chapada do Apodi e, especificamente, na comunidade do Tomé, entre os anos de 2007 e 2017 (RIGOTTO, 2011; FERREIRA, 2012; ROCHA, 2013; SILVA, 2014) e a produção teórica sobre comunidades camponesas (MARTINS, 1981; 1989; 1993), sobre educação e emancipação (FREIRE, 1977; 2005; SANTOS, 1991; 2006) e sobre Universidade (RIBEIRO, 2003; ALMEIDA FILHO, 2007; SANTOS, 2013). O trabalho possui relevância à medida que a experiência dos moradores da comunidade pode oferecer elementos à Universidade para avaliar o que foi realizado e para arquitetar uma práxis acadêmica mais democrática, socialmente referenciada e comprometida ética e politicamente com as transformações sociais na direção da justiça ambiental e da emancipação do ser humano. Entre os principais resultados, apresentamos uma síntese dos desafios, limites e potencialidades da relação Universidade e Comunidade e um quadro com princípios gerais acerca do modelo de Universidade pensado pelos moradores da comunidade do Tomé.

Palavras-chave: Comunidade e universidade; Justiça Ambiental; Emancipação humana; Universidade pública.

ABSTRACT

There is an advance of the frontiers of capitalist accumulation on the peasant territories in Brazil, generating environmental injustices and social conflicts. The framework of conflicts and denunciations made by Social Movements and by residents of affected communities draw the attention of researchers from different public universities in the country that react with a series of academic actions in those territories. In this perspective, considering a set of reflections about the existing relations between University and Community, it is necessary to ask: what do the residents of these communities think about such actions? The research tries to understand the challenges, limits and potentialities of the University's performance in peasant communities with environmental conflicts, from the perspective of the residents of the community of Tomé, Chapada do Apodi, Ceará, about actions carried out between 2007 and 2017. Our definition of the field of research came from the understanding that the conflict in this community, located in the macro-region of Baixo Jaguaribe, Ceará, is a representative case of the environmental conflicts that multiply in the country and the community of Tomé has become the epicenter of conflicts in mainly by the performance of Zé Maria do Tomé, farmer and leader in this community, who was murdered in 2010. Considering the reflective perspective of the University and Society relationship and the analysis of the residents' views on the University's actions, the methodological bias of this research was based on the articulation between i) bibliographic research; ii) participant observation; iii) semi-structured interviews; and iv) analysis of a theatrical text. The literature review focused on the academic production related to environmental conflicts in the Baixo Jaguaribe region, in the Chapada do Apodi and specifically in the community of Tomé, between 2007 and 2017 (RIGOTTO, 2011; FERREIRA, 2012; ROCHA, 2013); and the theoretical production on peasant communities (MARTINS, 1981, 1989, 1993), on education and emancipation (FREIRE, 1977, 2005; SANTOS, 1991, 2006) and on the University (RIBEIRO, 2003; ALMEIDA FILHO, 2007; SANTOS, 2013). The work has relevance as the experience of community residents can offer elements to the University to evaluate what was done and to architect a more democratic, socially referenced and ethically and politically committed academic praxis with social transformations in the direction of environmental justice and of the emancipation of the human being. Among the main results, we present a synthesis of the challenges, limits and potentialities of the University and Community relationship and a framework with general principles about the University model thought by the residents of the Tomé community.

Keywords: Community and university; Environmental Justice; Human emancipation; Public university.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Objetivos recorrentes nas produções sobre conflitos ambientais.....	45
Quadro 2 - Mitos do agronegócio na fala de uma moradora.....	101
Figura 1 - Equipe de pesquisadores do Estudo epidemiológico.....	135
Figura 2 - Inauguração do Memorial Chapada do Apodi.....	136
Figura 3 - Moradora da comunidade exhibe o Almanaque.....	137
Figura 4 - Grupo de pesquisa ampliado (com moradores).....	138
Figura 5 - Socialização dos resultados com a comunidade.....	139
Figura 6 - Espetáculo teatral na praça da igreja do Tomé.....	140
Figura 7 - Moradoras participam de oficina sobre Saúde das Mulheres.....	141
Figura 8 - Curso em Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental.....	142
Figura 9 - Pesquisadores do Núcleo Tramas em casa de moradora da comunidade do Tomé..	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIJA	Associação de Ex-irrigantes do Perímetro Jaguaribe-Apodi
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSP	Central Sindical e Popular
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Rural
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
PIS/PASEP	Programa Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
REEAJA	Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalhos de Conclusão de Curso
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- brasileira
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

Sumário

INTRODUÇÃO	10
Contextualização	10
Caminhos metodológicos	16
A estrutura da dissertação	23
CAPÍTULO 01 – Universidade, Comunidades camponesas e conflitos ambientais (...)	26
1.1. A relação Universidade e Sociedade	26
1.2. As noções de Justiça/Injustiça Ambiental e Conflitos Ambientais	34
1.3. Desenvolvimento, conflitos ambientais e o olhar de camponeses e camponesas	38
1.4. A cultura popular e as comunidades camponesas em contexto de conflitos (...)	40
1.5. A Universidade e as comunidades camponesas com conflitos ambientais	42
CAPÍTULO 02 – A comunidade do Tomé, a chegada do estranho e as transformações sociais	49
2.1. As origens da comunidade e seu estabelecimento.....	52
2.2. “O bom tempo por pouco tempo” – a implantação do PIJA	61
2.3. A comunidade do Tomé ainda é uma comunidade?.....	77
CAPÍTULO 3 – De universidades e comunidades, entre ciência, política e linguagens	80
3.1. “O extensionista”: Extensão ou comunicação?	81
3.2. As universidades e a comunidade do Tomé	93
3.2.1. Como as universidades chegaram na comunidade do Tomé?	94
3.2.2. Percepção dos moradores sobre a presença das universidades.....	97
3.2.3. O diálogo entre sujeitos, saberes e propósitos de Universidade e Comunidade.....	120
3.2.4. As ações da Universidade e sua pertinência para a comunidade.....	133
3.2.5. As representações dos moradores sobre a Universidade e sua função social.....	152
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
5. BIBLIOGRAFIA.....	163
Apêndice	171
Roteiro de entrevista – moradores da comunidade do Tomé	171

INTRODUÇÃO

Contextualização

Até meados dos anos 1980, a comunidade do Tomé foi um pequeno povoado camponês, de agricultores familiares, na Chapada do Apodi, Ceará, cortada pelos limites municipais de Limoeiro do Norte e Quixeré. Sua população vivia basicamente da criação de pequenos animais e da agricultura de sequeiro, produzindo o feijão, o milho, o jerimum em quantidade suficiente para atender às suas necessidades (ROCHA, 2013).

Em 1987, o Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), iniciou a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), na porção cearense da Chapada do Apodi¹, no município de Limoeiro do Norte (RIGOTTO, 2011).

Uma Lei Municipal² desapropriou mais de dez mil hectares de terra para a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), mas manteve preservada a área de algumas comunidades camponesas, entre elas a comunidade do Tomé, com vistas ao assentamento de famílias que, não ingressando no projeto de irrigação, poderiam servir de mão de obra para os irrigantes (FREITAS, 2011).

De acordo com Freitas (2011), quase um quarto dos agricultores familiares desapropriados pelo governo não teve acesso às áreas do PIJA e daqueles que acessaram um percentual de 80% foi excluído entre as décadas de 1990 e 2000. Nos anos 1990, um novo plano nacional de irrigação determinou uma reformulação do modelo dos perímetros irrigados, transformando o perfil dos projetos ao excluir os pequenos agricultores – que, de acordo com a análise realizada pelo Estado, não haviam se adaptado ou não tiveram êxito na produção – e ampliar a participação de empresas agrícolas de médio e grande porte para o incremento da produção e da produtividade (MMA; SRH; DNOCS, 1997).

¹ A Chapada do Apodi está localizada na divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, e abrange áreas dos municípios cearenses de Alto Santo, Jaguaruana, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Quixeré, e dos municípios potiguares de Apodi, Baraúna, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado.

² A Lei Municipal nº 569/87, de Limoeiro do Norte, autorizou o município a doar terras para o projeto de irrigação, com a preservação de alguns povoados.

O encontro entre agricultores familiares camponeses, agentes do Estado e empresários e altos funcionários de empresas do agronegócio inaugurou um desencontro de visões de mundo, de tipos de conhecimento, de temporalidades históricas, tensões características dos conflitos em situações de fronteira (MARTINS, 2012).

Essa situação não só promoveu o reordenamento do território como alterou as representações acerca das relações de trabalho e das práticas produtivas e de diversos outros aspectos da vida social, com a consequente alteração no modo de vida das pessoas, promovendo o que podemos chamar de desterritorialização (HAESBAERT, 2016).

Em trabalho recente (LEÃO; PINHEIRO, 2017), apresentamos cinco fatores de desterritorialização na comunidade do Tomé:

a) a ação do Estado no sentido de promover a desapropriação das terras, em grande medida apossadas historicamente por agricultores familiares que ali mantinham suas terras de trabalho;

b) a instalação de grandes e médias empresas agrícolas, nacionais e transnacionais, nas áreas antes dedicadas à agricultura familiar de base camponesa;

c) o processo de vulnerabilização pela implantação de novas relações de trabalho e novos processos produtivos – com uso intensivo de agrotóxicos –, desdobrando-se em grave quadro de adoecimento da população, sobretudo, dos trabalhadores;

d) a precarização das condições ambientais e a privação do acesso aos recursos essenciais à sobrevivência, como a água e a terra;

e) o processo de reterritorialização, bastante precário, que inclui migração temporária de trabalhadores estimulada pela oferta de emprego nas empresas do agronegócio, inchaço populacional, imposição aos moradores de novas formas de sociabilidade, exposição a diversas formas de violência, exploração sexual, aumento dos casos de gravidez não planejada e/ou de doenças sexualmente transmissíveis, aumento do tráfico e do uso de drogas ilícitas, desagregação familiar, migração compulsória, perda das relações comunitárias, conflitos identitários.

Em acordo com Haesbaert (2016), entendemos a territorialização como a apropriação funcional e simbólica do espaço, que serve de base para a concretização de um modo de vida, incluindo práticas produtivas, uso do potencial ecológico, formas de expressão, significados, valores, sendo indispensável à sobrevivência. Nesse sentido, o território é o espaço socializado, compreendendo dimensões políticas, econômicas, culturais e de relação com o ambiente natural (natureza não humana). A desterritorialização, na abordagem que tratamos nesta dissertação, é a deslegitimação dessa apropriação do espaço por parte do outro, expressa em uma ação que impõe um completo reordenamento territorial, apoiada em uma dissimetria de poder em que figuram o poder institucional do Estado e dos interesses do mercado, de um lado, e um grupo de homens e mulheres, camponeses, frequentemente taxados de ignorantes, sem a titularidade das terras e sem qualquer organização política ou jurídica, do outro lado. Ou seja, trata-se de uma abordagem de desterritorialização sob uma perspectiva social, vinculada a processos de vulnerabilização³ de um determinado grupo. A reterritorialização está relacionada aos processos engendrados nas interações e nas trocas entre as diferentes formas de apropriação do território, tencionando e gerando novas relações sociais e reconstruindo as bases territoriais.

O território se complexifica na medida em que chegam diferentes sujeitos, pequenos comerciantes atraídos pelo discurso do progresso e da geração de renda, políticos, agentes de pastorais sociais e militantes de movimentos sociais interessados em dar visibilidade à situação de injustiça ambiental ali deflagrada, sujeitos da Universidade, entre professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, de diversas áreas do conhecimento – medicina, geografia, direito, comunicação, meio ambiente, educação, artes – com o propósito de conhecer e, muitas vezes, intervir na realidade problemática.

A partir daí, visitas técnicas, entrevistas, grupos focais, seminários, oficinas, entre outras atividades, passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores da comunidade do Tomé. Ações de pesquisa, extensão e ensino, realizadas entre 2007 e 2017, na região da Chapada do Apodi, muitas das quais fazendo referência direta ou tendo a maior parte de suas atividades concentradas na comunidade do Tomé, foram

³ Para Porto (2007), os grupos sociais são considerados vulneráveis quando – em virtude de sua classe social, gênero, raça ou etnia – estão suscetíveis a uma maior possibilidade de exposição a processos que concentram poder político e econômico, sendo dependentes da capacidade das instituições da sociedade em regular, fiscalizar, controlar e mitigar os riscos que esses grupos estão suscetíveis.

muitas e diversificadas. Nesta pesquisa, moradores comentaram sobre o estudo epidemiológico da população exposta aos agrotóxicos, a organização de um Memorial, a publicação de um almanaque com resultados de estudos apresentados de forma didática, uma pesquisa sobre as representações sociais da água e outra sobre a saúde e o trabalho das mulheres camponesas, uma série de programações artístico-culturais, um projeto de extensão com o tema da agroecologia, um estudo sobre más-formações congênitas e puberdade precoce.

Penso ser importante, nesta introdução, dizer que como integrante do Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (Tramas), da Universidade Federal do Ceará (UFC), participei de algumas das atividades acima listadas, a partir do ano de 2012, tendo no ano de 2014 realizado uma pesquisa-ação em mediação artístico-cultural⁴ na comunidade do Tomé, que me possibilitou uma relação com alguns dos moradores e moradoras que participaram das entrevistas desta pesquisa de mestrado.

Nossa definição do universo da pesquisa passou pela compreensão de que a) o conflito instalado na Chapada do Apodi, na macrorregião cearense do Baixo Jaguaribe, é um caso representativo dos conflitos ambientais que se multiplicam no país. Em um estudo que apresenta um mapa de conflitos que envolvem injustiça ambiental e saúde no Brasil (FIOCRUZ; FASE, 2009), o caso aponta para o uso indiscriminado de agrotóxicos por empresas do agronegócio, com contaminação de recursos hídricos, sendo a provável razão da forte incidência de câncer na população, sobretudo em grupos de trabalhadores das empresas agrícolas. O relatório indica que apenas no ano de 2006 há registro de 56 óbitos por neoplasias no município de Limoeiro do Norte; b) a comunidade do Tomé se transformou no epicentro dos conflitos na região por ser uma das mais antigas e com maior população entre as comunidades da Chapada do Apodi e, principalmente, pela atuação de José Maria Filho, conhecido como “Zé Maria do Tomé”, agricultor e liderança nesta comunidade, que dedicou vários anos de sua vida a denúncia do uso indiscriminado de agrotóxicos pelas empresas – com ênfase na pulverização aérea de agrotóxicos – até o seu assassinato, em 2010.

No delineamento desta pesquisa, fizemos uma visita à comunidade e uma entrevista com uma integrante da Associação Comunitária São João do Tomé. A entrevistada lembrou o nome de, ao menos, dez professores, pesquisadores ou

⁴ Ação realizada no âmbito da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo – Residência Agrária, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Cf. LEÃO, 2015a.

estudantes, vinculados a três diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), que realizaram ou permanecem realizando ações na comunidade. Ela apresentou ainda uma síntese das ações dos sujeitos que possibilitaram a chegada das universidades à comunidade, desde as denúncias e as reuniões que o líder comunitário Zé Maria do Tomé organizava na comunidade para tratar dos conflitos com as empresas do agronegócio e com o uso de agrotóxicos ao pedido de ajuda a um padre que integrava uma organização social religiosa e possuía contatos com professores e pesquisadores.

Diante dessa constatação da presença de sujeitos das universidades na comunidade do Tomé, realizando diferentes ações de pesquisa, ensino e extensão, em meio a tensões geradas por conflitos sociais e ambientais, nos interessou investigar: o quê pensam os moradores da comunidade do Tomé acerca da presença e das ações da Universidade em sua comunidade? Que relevância tem essas ações e o conhecimento produzido por estas instituições no olhar desses moradores? O que eles acreditam ser o papel da Universidade junto à Sociedade, notadamente em comunidades vulnerabilizadas por injustiças ambientais?

Em face destes questionamentos, nosso principal objetivo foi o de compreender os desafios, os limites e as potencialidades da atuação da Universidade em comunidades camponesas com conflitos ambientais, a partir do olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará, acerca de ações realizadas entre 2007 e 2017. Para tanto, i) elaboramos um histórico da comunidade do Tomé, demarcando a chegada do “estranho” como um fator de transformações socioeconômicas, políticas e culturais; ii) discutimos os modelos antidialógico e dialógico da relação Universidade e Comunidade, a partir da análise de um texto teatral; iii) analisamos a percepção dos moradores da comunidade do Tomé, sobre a instituição universitária, com concentração em quatro pontos: a) percepção geral dos moradores sobre as ações das universidades; b) o diálogo entre sujeitos, saberes e propósitos de Universidade e comunidade; c) as ações da universidade e sua pertinência para a comunidade; d) as representações dos moradores sobre a Universidade e sua função social.

A relevância desta pesquisa está em possibilitar um avanço na compreensão da relação Universidade e Sociedade, em particular em comunidades com conflitos ambientais – tema ainda pouco estudado –, oferecendo reflexões sobre e para a práxis dos sujeitos das universidades que têm atuado nesse contexto que envolve um fenômeno tão complexo.

Percebemos por meio de pesquisa bibliográfica e de observação participante, junto às ações do Núcleo Tramas, que sujeitos de diferentes universidades no país que atuam junto às comunidades com conflitos ambientais, de modo geral, revelam um engajamento no exercício de construir um conhecimento crítico e transformador da realidade, sensível às preocupações e necessidades de um segmento da sociedade vulnerabilizado por injustiças ambientais. Trata-se de assumir um posicionamento político pautado pela democratização do acesso ao conhecimento produzido (ou coproduzido, se considerarmos que também os moradores das comunidades aportam um conhecimento contextualizado e são, portanto, coautores do conhecimento no âmbito da ação) e pela compreensão de uma universidade que assume compromissos solidários e éticos com os sujeitos junto aos quais realiza suas ações.

Dessa maneira, um estudo sobre o olhar dos moradores da comunidade do Tomé – por terem participado ou apenas presenciado inúmeras ações das universidades em sua comunidade no período compreendido entre 2007 e 2017 – possui valor à medida que pode oferecer elementos para que a instituição universitária possa rever sua prática e, a partir daí, buscar arquitetar uma práxis acadêmica mais democrática, socialmente referenciada e comprometida ética e politicamente com as transformações da realidade na direção da justiça ambiental e da emancipação do ser humano.

Se, comumente, a avaliação da instituição universitária tem sido realizada entre os sujeitos da Universidade – avaliação por pares –, os resultados deste trabalho ao analisar o olhar dos moradores da comunidade do Tomé acerca da atuação da Universidade, pode possibilitar um aporte para que uma avaliação seja feita considerando também as percepções de um segmento da sociedade, sujeitos externos ao mundo universitário, o que Avalos (1997) tem chamado de avaliação por “ímpares”.

(...) el criterio de pares fue el criterio central para decidir lo que se debía y podía hacer y, también, el criterio central para evaluar, reconocer y gratificar desempeño y resultados, estos últimos expresables, casi únicamente, en publicaciones. En fin, se implantó una suerte de “accountability entre colegas”, sin que hubiese mucho margen para juicios externos, opinión de los «ímpares», por decirlo de alguna manera, que permitiera una evaluación social acerca de las cosas que se debían hacer y acerca de las cosas ya hechas⁵ (p. 157).

⁵ (...) o critério de pares foi o critério central para decidir o que deveria e poderia ser feito e, também, o critério central para avaliar, reconhecer e recompensar desempenho e resultados, estes últimos expressos, quase que exclusivamente, em publicações. Finalmente, foi implementada uma espécie de "accountability (prestação de contas, responsabilidade) entre colegas", sem que houvesse muito espaço para julgamentos

Ainda que possamos problematizar os termos “pares” e “ímpares” – já que consideramos os sujeitos participantes da pesquisa, aqueles que são moradores da comunidade, também como nossos pares –, compreendemos a ideia apresentada por este autor no sentido de que os sujeitos, enquanto integrantes da sociedade e diretamente implicados nas ações da Universidade, têm o direito de discutir a relevância e as consequências de tais ações para seu grupo social, bem como o de apresentar suas expectativas em torno de possíveis ações futuras. Ribeiro (2003) aponta para o fato de que devemos parar de pensar na ação da Universidade “como se destinando apenas ao cientista, para se colocar a questão de quais são os atores sociais, os cidadãos, a quem seus resultados serão úteis” (p. 69), chamar a atenção para uma responsabilidade social, ética e política da Universidade, de modo a contribuir com as transformações sociais que o país necessita.

Compreendemos que incluir um grupo de moradores de uma comunidade camponesa na discussão acerca das ações da Universidade está relacionado a legitimar o outro como sujeito de conhecimento, capaz de interpretar, explicar, formular criticamente, e converter-nos à condição de objeto dele, “tomar como premissa o pensamento radical e simples das classes exploradas, meio e instrumento (ao invés de instrumentalizá-lo) para desvendar o lado oculto das relações sociais com os olhos dele” (MARTINS, 1989, p. 137), emancipar-nos da condição de tutores do conhecimento para assumirmos a função de co-construtores.

Caminhos metodológicos

Compreendemos, em acordo com Martins (2004), que a metodologia tem a ver com os modos de fazer ciência, com os caminhos do processo científico que, porque abordados de modo crítico, pleiteiam uma discussão teórica acerca das técnicas e de suas potencialidades.

Nas Ciências Humanas, de modo geral e diferente das Ciências Naturais, os fenômenos observados não podem ser controlados ou replicados em laboratório e suas

externos, a opinião dos "ímpares", para dizer de alguma forma, que permitisse uma avaliação social sobre as coisas que devem ser feitas e sobre coisas já feitas (tradução do mestrando).

conclusões, interpretativas, são parciais, dependentes de perspectivas teóricas, de documentos e observações pessoais, com explícita influência da história, dos interesses, da formação, dos (pré)conceitos do pesquisador (DA MATTA, 1991). Este fato nos leva a relativizar a objetividade científica – admitindo-a apenas a partir dos critérios estabelecidos pelo pesquisador – e mesmo a desconsiderar a pretensão positivista à neutralidade axiológica.

Dito isso, compreendemos serem inúmeros os modos de fazer ciência em Ciências Humanas, muitos são os métodos de investigação e de interpretação que podemos utilizar para estudar as ações sociais individuais ou grupais, para possibilitar uma análise intensiva dos dados, em amplitude e em profundidade, enfim, para apreender e compreender a realidade social, entendida como totalidade, que nos desafia e que caracteriza a pesquisa qualitativa (MARTINS, 2004).

Pensamos a pesquisa qualitativa em Humanidades próxima à compreensão de Nisbet (2000), para quem a sociologia pode ser entendida como uma forma de arte, demandando imaginação criativa e intuição em seu trabalho artesanal de interpretação da realidade. Para este autor, a distinção entre “ciência puramente racional” e “arte excentricamente inspirada” é produto da modernidade – a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial – que oferece ao século XX uma arte ornamental e uma ciência prestadora de serviços.

Assim, cabe-nos compreender que Arte e Ciência compartilham – ou deveriam compartilhar – de um tipo de imaginação criativa, dotadas de uma força heurística, como afirma Bourdieu (2010). Desse modo, as Ciências Humanas devem evitar a dogmatização e/ou a cristalização do método – dissociado da pesquisa –, numa espécie de “catecismo sociológico”, e, em vez disso, permanecer abertas à atitude criadora, reinventando e descobrindo seu método em função de cada olhar para a realidade.

Assim, se concebemos que há influência da história, dos interesses e até dos (pré)conceitos do pesquisador, que a pesquisa demanda esforços de intuição e imaginação criativa numa arte de inventar descobertas e reinventar os métodos em função de nosso olhar para a realidade, para possibilitar uma análise dos dados produzidos, tomamos por base o artesanato intelectual (MILLS, 2009). A ideia do artesão que manuseia materiais diversos – o que sente e o que pensa – e que valoriza e confia na própria experiência para dar forma original a esses materiais – traduzindo a experiência própria e a alheia e encontrando, muitas vezes, conexões pouco ortodoxas –,

é o que está por trás da leitura que fizemos do olhar dos moradores da comunidade do Tomé.

A proposta do artesanato intelectual é descrita em seis pontos, que apresento a seguir, relacionando-os com minha própria construção artesanal-intelectual de elaboração desta dissertação. Primeiro ponto: compreender que “os mais admiráveis pensadores da comunidade acadêmica (...) não separam seu trabalho de suas vidas” (MILLS, 2009, p. 21). Buscamos, assim, oferecer presença neste texto à nossa visão de mundo, ao posicionamento política, ao gosto pela arte – especialmente, o Teatro –, às experiências no Núcleo Tramas, à didática consolidada nos anos de sala de aula como professor. Todos esses materiais foram sendo amalgamados e afetaram/influenciaram a produção e a análise dos dados dessa pesquisa;

Segundo ponto: elaborar um arquivo, “um repertório sempre crescente de fatos e ideias, desde os mais vagos aos mais acabados” (MILLS, 2009, p. 26), reunindo o que se faz intelectualmente e o que se experimenta como pessoa, o que se percebe em fragmentos de conversas, o que se lembra de um sonho ou de um livro que leu, etc.. Mantive em todo o período do mestrado, desde o dia 22/02/2016, um caderno, espécie de diário, em que escrevi ideias diversas – trechos de artigos ou livros, percepções para as reconstruções dos projetos iniciais, transcrições de partes de vídeos sobre os conflitos na comunidade do Tomé, etc.. Num trecho do dia 18/02/2017, escrevo:

Tenho dedicado várias horas do dia ao texto da qualificação. Neste momento, a pesquisa vai ficando mais clara, quero mesmo conhecer a percepção dos moradores da comunidade acerca da ação da Universidade. É uma tarefa complexa, sobretudo, porque a comunidade do Tomé vive um contexto de conflitos ambientais que acaba por gerar outros conflitos, inclusive, conflitos internos, entre os moradores e entre alguns moradores e os sujeitos da Universidade (...) é preciso pensar uma metodologia que considere particularidades, detalhes, aspectos aparentemente irrelevantes. O caso da moradora que se opõe às ações das universidades pela visibilidade que deram ao assassinato de Zé Maria e o aparente desprezo ao assassinato de seu irmão – que, como ela diz, “nunca valeu uma missa com a presença do bispo” – é um dos casos intrigantes que agrega subjetividade, sentimentos fraternais, uma concepção de papel da Universidade, valores, temporalidades sobrepostas. Lembrei-me de Antígona que, em sua tragédia, se dispõe a morrer para oferecer as honras da sepultura ao irmão morto. Vou pedir à S. para que a convença a participar da entrevista.

O escrito sugere uma aproximação com as noções de Sociologia da Vida Cotidiana (MARTINS, 2014), notadamente a partir do caso da moradora que reclamava maior atenção ao assassinato de seu irmão. Esse caso acabou não sendo analisado, por

não termos conseguido conversar com a moradora – apesar de nossa insistência –, e a Sociologia da Vida Cotidiana foi desaconselhada pela banca da qualificação. O arquivo, no entanto, nos vai permitindo o exercício de ir relacionando os dados, aprofundando compreensões, ao longo de todo o processo da pesquisa, permitindo considerar ou deixar de considerar relevantes elementos supostamente centrais na pesquisa;

Terceiro ponto: registrar os livros que lê, formular problemas e, assim, “você se torna sensível a seus temas; passa a vê-los e ouvi-los sempre em sua experiência” (MILLS, 2009, p. 41). A ideia de discutir os modelos antidialógico e dialógico da relação Universidade e Comunidade partindo da análise de um texto teatral surgiu de um problema que me foi colocado por professores ao final do exame de qualificação: “Fernando, você é da área do Teatro, já realizou uma ação na comunidade do Tomé com arte/educação, e em nenhum momento você relaciona o seu estudo atual com sua área de formação inicial”. Formulado o problema de como relacionar as artes com o atual estudo, lembrei que tinha feito anotações sobre a percepção de José de Souza Martins sobre uma peça teatral que eu não conhecia. *O extensionista*, de Felipe Santander (1987), trata da ação de extensão rural realizada por um engenheiro-agrônomo em um povoado camponês no México. Li a peça e percebi que Cruz Lopes, a personagem principal, propunha um tipo de relação junto aos agricultores no início da peça, fazia um movimento de transição e mudava a perspectiva de ação ao final da peça, indo de uma ação antidialógica a uma ação dialógica, podendo o movimento ser explicitado com base nos conceitos de extensão e comunicação (FREIRE, 1977);

Quarto ponto: cultivar a imaginação sociológica: rearranjar o arquivo de ideias e fatos, buscar sinônimos para palavras, expressões e termos-chave da pesquisa, classificar e reclassificar (categorizar e recategorizar) os dados da pesquisa, comparar o objeto de estudo considerando os extremos, as proporções, diferentes realidades históricas. Também relacionado à análise da obra teatral *O extensionista*, o estímulo à imaginação sociológica ficou claro ao analisar aspectos da realidade da comunidade do Tomé por meio da comparação com cenas presentes na construção dramaturgicamente de Santander. Se as cenas não são a realidade da vida, no entanto, são imagens do real e, desse modo, passível de leituras comparadas, contrastando a ação do engenheiro-agrônomo Cruz Lopes com a práxis dos pesquisadores das universidades que atuaram na região do Baixo Jaguaribe ou confrontar a perspectiva de ação de extensão rural com as metodologias participativas dos profissionais das áreas de Saúde, Humanas e Artes;

Quinto ponto: escrever de modo simples. “O modo como você arranja os materiais para apresentação sempre afeta o conteúdo de seu trabalho” (p. 47). Ajustar e arregimentar as frases de modo que possa ser compreendido, que suscite a atenção do leitor, é uma busca constante na escrita desta dissertação, mesmo porque esperamos que os moradores da comunidade do Tomé, não sendo especialistas no conhecimento científico mas pares na construção desse conhecimento, também tenham acesso e usufruam desses resultados. Mills (2009) lembra que a falta de inteligibilidade, em geral, “tem pouco ou nada a ver com a complexidade do assunto, e absolutamente nada com a profundidade do pensamento” (p. 49);

Sexto ponto: “O pensamento é uma luta por ordem e ao mesmo tempo por compreensibilidade” (p. 55). O trabalho do artesão intelectual é trabalhar com fatos, números, ideias, leituras, conversas, pessoas, de modo a manejar, arranjar, dar lugar a esses elementos a partir de um tema. Destarte, os depoimentos dos moradores em entrevistas formais, sim, mas também aquilo que foi percebido em uma conversa com um jovem da comunidade num aplicativo de mensagens na internet, o que foi deduzido de um presente de moradoras da comunidade a uma pesquisadora com a inscrição “família”, o que foi dito em uma Banca Acadêmica e Popular em uma defesa de dissertação, o que foi intuído da totalidade das falas em relação à Universidade, o que foi vivido na comunidade em visitas regulares, o que foi lido em artigos de pessoas próximas e distantes, o que não foi interpretado por falta de técnica, tudo isso integra a análise dos dados produzidos nessa pesquisa.

A produção dos dados foi realizada por meio de i) pesquisa bibliográfica (OLIVEIRA, 2007), compreendendo, principalmente, o estudo da produção acadêmica relacionada aos conflitos ambientais na região do Baixo Jaguaribe, na Chapada do Apodi e, especificamente, na comunidade do Tomé, entre os anos de 2007 e 2017 (RIGOTTO, 2011; FERREIRA, 2012; ROCHA, 2013; SILVA, 2014) e a produção teórica sobre comunidades camponesas (MARTINS, 1981; 1989; 1993), sobre educação e emancipação (FREIRE, 1977; 2005; SANTOS, 1991; 2006) e sobre Universidade (RIBEIRO, 2003; ALMEIDA FILHO, 2007; SANTOS, 2013); ii) observação participante (MOREIRA, 2002), incluindo observação, presença do mestrando-pesquisador no cotidiano da comunidade e entrevistas abertas informais; iii) entrevistas semi-estruturadas (MINAYO, 2001), partindo de roteiro com questões básicas, apoiadas no marco teórico e nos dados produzidos por meio da observação participante, com um

grupo de oito moradores/as da comunidade do Tomé; iv) análise de um texto teatral (NEVES, 1997).

A observação participante se deu não apenas nas visitas realizadas no âmbito desta pesquisa, senão também em atividades do Núcleo Tramas, grupo acadêmico que o mestrando-pesquisador integra desde o ano de 2014. Desse modo, havia um conhecimento anterior e uma relação construída com parte dos moradores da comunidade, e os demais sujeitos entrevistados – formal ou informalmente – foram apresentados pelos primeiros. Uma relação de confiança, respeito e simpatia junto a sujeitos da comunidade, constituída ao longo de alguns anos, permitiu que moradores e moradoras falassem com tranquilidade e segurança sobre temas que envolvem o cotidiano da comunidade. Do mesmo modo, possibilitou uma melhor análise dos dados, pois a necessidade de mergulhar na vida do outro, na vida dos nativos, de que fala Malinowski (1978), vivenciando a realidade da comunidade, da casa e da família que se dispôs a acolher, desfrutando da relação com vizinhos e visitantes, assumindo os horários dos moradores, participando das manifestações e das lutas sociais, ouvindo as narrativas que compõem o imaginário da comunidade, se deu no tempo preciso do desvelar desse mundo, no encontro afetivo de um processo de co-laboração.

A seleção dos oito moradores entrevistados se deu a partir de duas estratégias: a) observação participante, desde 2012, junto ao Núcleo Tramas; b) entrevista com uma liderança comunitária, em julho de 2016.

Dos oito moradores entrevistados, a) em relação à idade, seis têm entre 40 e 50 anos, um morador tem entre 18 e 25 anos e uma moradora tem entre 50 e 60 anos; b) quanto às ocupações principais, quatro são agricultores, sendo dois deles agricultores e comerciantes e uma agricultora e voluntária da Igreja, dois são comerciantes, sendo uma comerciante e voluntária da Igreja, e dois são educadores; c) quanto à escolaridade, dois moradores concluíram o Ensino Fundamental, quatro concluíram o Ensino Médio, um morador é estudante de graduação em pedagogia e uma moradora é graduada em pedagogia e possui pós-graduação *lato sensu* em gestão escolar; d) quanto ao sexo, seis moradores são do sexo feminino e dois moradores do sexo masculino; e) quanto à participação em ações da Universidade, cinco moradores já participaram e três nunca participaram, sendo essa entrevista o primeiro contato direto com uma ação da Universidade.

As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas pelo mestrando-pesquisador, a partir de roteiro com vinte questões dividido em quatro sessões: a) o cotidiano da comunidade, antes e depois da conflagração dos conflitos; b) a presença da Universidade na comunidade e as relações entre os sujeitos; c) as ações da Universidade na comunidade, sua relevância e consequências; d) a ideia de Universidade e o seu papel em comunidades com conflitos ambientais. As entrevistas duraram, em média, 50 minutos e ocorreram na residência dos entrevistados, na comunidade do Tomé.

A análise do texto teatral *O extensionista* (SANTANDER, 1987) surge com o intuito de contrastar diferentes perspectivas de relação entre sujeitos da Universidade e sujeitos de comunidades camponesas, introduzindo a discussão da dialogicidade e dos propósitos de emancipação.

Cabe destacar que em toda a estrutura desta dissertação buscamos a marca do diálogo. O diálogo entre sujeitos da Universidade e sujeitos da comunidade; entre conhecimentos e saberes científicos e populares, entre artes e ciências, etc.. O objeto que ora estudamos – o olhar dos moradores da comunidade do Tomé acerca da ação das universidades – efetivamente nos coloca a necessidade do diálogo e da interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade essa entendida “enquanto principio mediador de comunicação entre as diferentes disciplinas, (...) [não sendo] elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade” (ETGES, 1993, p. 79). Buscamos, assim, considerar a diversidade dos conhecimentos e a possibilidade de mediações para a construção de outros saberes – “a virtude do saber é conduzir a novos saberes”, afirma Teixeira (1954, p. 29) – a estrutura quer deixar claro que contém, além da natureza metodológica, um caráter ético e um caráter político.

A dimensão ética deste trabalho⁶ está relacionada à afirmação de sociólogos e antropólogos (FONSECA; POLICARPO, 2015); (OLIVEIRA, 2013); (MARTINS, 2012) de que é passado o tempo em que as negociações com os sujeitos “pesquisados” para dialogar com os pesquisadores, permiti-los em seu cotidiano e conceder entrevistas, eram realizadas em troca de “bugingangas”. Uma leitura crítica acerca de

⁶ Esta pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UNILAB, com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 68871917.6.0000.5576 e aprovada por meio do Parecer nº 2.399.680.

posturas coloniais levou os pesquisadores e os “pesquisados” a novas compreensões da relação, reconhecendo os direitos de populações tradicionais, de povos indígenas e de comunidades camponesa, esforçando-se por partilhas, mais horizontais, em que todos os envolvidos participam da “definição dos objetivos e dos meios de execução da pesquisa” (OLIVEIRA, 2013, p. 48), construindo o conhecimento de forma mais colaborativa.

Esta perspectiva ética, admitida por pesquisadores e grupos acadêmicos que atuam junto às comunidades com conflitos ambientais, acaba por suscitar novos paradigmas para a ação das universidades, articulando de forma realmente indissociável a pesquisa, a extensão e o ensino, ao mobilizar teorias críticas acerca da sociedade, epistemologias não-convencionais e pedagogias participativas orientadas por/para uma ciência com bases emancipatórias.

Um caráter político deve ser também considerado nesta investigação. Em primeiro lugar, quando anunciamos a intenção de discutir a Universidade com um grupo de sujeitos que estão “fora” da Universidade, mas que não estão alheios a ela, pois são beneficiários de suas ações, participam das suas atividades e constroem esta instituição, efetivamente, desde sua comunidade; em segundo lugar, o traço político se dá em introduzirmos um texto literário, teatral, para analisarmos a relação entre a Universidade e a Sociedade, aproximando linguagem artística e conhecimento científico para ler um fenômeno real. Por fim, a natureza política está em ir desvelando, enquanto se analisa o objeto, um modelo contra-hegemônico de Universidade, tecido no pensamento, na experiência e na expectativa de homens e mulheres camponeses que, historicamente, não têm sido reconhecidos enquanto sujeitos epistêmicos, capazes de sistematizar, interpretar e explicar a realidade.

A estrutura da dissertação

Este texto está organizado em cinco partes, dispondo desta introdução, três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, buscamos apresentar os conceitos ligados aos principais temas tratados nesta pesquisa e proceder com os diálogos entre eles, de modo a explicitar por quais meios Universidade, comunidades camponesas e conflitos

ambientais se encontram associados no título desta dissertação. Assim, Universidade e sociedade, Injustiça ambiental e conflitos ambientais, Desenvolvimento, conflitos ambientais e o olhar de homens e mulheres simples, Cultura popular, comunidades camponesas e conflitos ambientais e Universidade e as comunidades camponesas com conflitos ambientais compõem uma trama interdisciplinar na qual se situa o objeto que ora investigamos – o olhar dos moradores da comunidade do Tomé acerca da ação das universidades.

O segundo capítulo está centrado na apresentação de um histórico da comunidade do Tomé, demarcando a chegada do “estrangeiro” como um fator de transformações socioeconômica, política e culturais. A primeira sessão do roteiro de entrevistas – acerca do cotidiano da comunidade, antes e depois da instalação do conflito ambiental – é dialogada com estudos sobre a chegada do “estranho” (MARTINS, 1993) e com pesquisas que fazem referência à comunidade do Tomé (ROCHA, 2013; SILVA, 2014). Apresentamos a conformação da comunidade, desde um mito de origem que trata da presença de um índio nas margens de uma lagoa no início do século passado, apresentamos a implantação do PIJA identificando-o com o “bom tempo por pouco tempo” de uma antiga profecia da avó de uma moradora e encerramos o capítulo empreendendo uma questão direcionada aos moradores: diante de todas as mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, a comunidade do Tomé permanece sendo uma comunidade?

O terceiro capítulo, mais longo, nevrálgico em nosso trabalho, está dividido em duas partes: na primeira, empreendemos uma análise de uma peça teatral, *O extensionista* (SANTANDER, 1987), sobre a ação de um engenheiro-agrônomo junto a um grupo de agricultores num pequeno povoado no México. Intentamos discutir os modelos antidialógico e dialógico da relação Universidade e Comunidade, a partir dos conceitos de extensão e comunicação, em Freire (1977). Na segunda parte do capítulo, analisamos as outras três sessões das entrevistas, fazendo um diálogo com o texto teatral, com elementos da observação participante e com os estudos sobre os conflitos ambientais na Chapada do Apodi (RIGOTTO, 2011), sobre as populações camponesas (MARTINS, 1989) e sobre relações dialógicas (FREIRE, 2005), com o fito de destacar a percepção geral dos moradores sobre a presença da Universidade em sua comunidade, a relação entre os sujeitos, os saberes e os propósitos de Universidade e Comunidade nas ações, a pertinência das ações para a comunidade e as representações dos moradores

acerca da Universidade e de sua função social, notadamente em comunidades que vivenciam conflitos ambientais. Na última parte do capítulo, apresentamos dez princípios apresentados pelos moradores em resposta à nossa pergunta “que Universidade é essa pensada pelos moradores da comunidade do Tomé?”, indicando um modelo de Universidade bastante diferente das Instituições de Ensino Superior (IES) mais convencionais.

Nas Considerações Finais, retornamos às principais questões feitas ao longo deste texto, bem como aos objetivos, com o fito de apresentar uma síntese dos desafios, limites e potencialidades da relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais.

1. CAPÍTULO 01 – UNIVERSIDADE, COMUNIDADES CAMPONESAS E CONFLITOS AMBIENTAIS EM DIÁLOGO

1.1. A relação Universidade e Sociedade

Logo o conceito de Universidade e as primeiras instituições que surgiram com essa denominação, na Europa – como é o caso da Universidade de Bolonha, fundada em 1088 – completarão mil anos. No Brasil, as primeiras universidades vieram a surgir apenas no século XX. A Coroa Portuguesa nunca foi afeita à ideia de instituições de ensino superior no Brasil Colônia e controlou todas as iniciativas que pudessem denotar ou resultar em independência cultural e política da população. No século XIX, com a vinda família real para o Brasil, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior – escolas superiores para a formação profissional e não universidades – cujas principais são o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro, ambos em 1808, e a Real Academia Militar, para os estudos de engenharia, no Rio de Janeiro, em 1810. Após a Independência do Brasil, em 1822, são criados os cursos de Direito no Convento de São Francisco, em São Paulo, e no Mosteiro de São Bento, em Pernambuco, ambos em 1828 (FÁVERO, 2006). A situação de dependência de Portugal permaneceu, dado que as referências de educação superior continuavam a ser os valores e as instituições da metrópole (MENEGHEL, 2001).

Podemos considerar a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, tendo por objetivos

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres (Art. 2º)⁷,

como sendo a primeira universidade do país. Isso porque compreendemos que a USP não apenas procedeu com uma justaposição de escolas superiores, mas efetivamente

⁷ Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Consulta realizada em <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>

vinculou atividades de pesquisa e de ensino e constituiu um núcleo orgânico e integrador – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) –, nos moldes das instituições universitárias europeias (MENEGHEL, 2001).

De acordo com Paula (2002), a criação da USP esteve ligada ao processo da Revolução Constitucionalista de 1932 e apontava para a preocupação das classes dominantes paulistas de formar quadros dirigentes no estado, não apenas com o intuito de confrontar o governo federal – que saíra vitorioso no Movimento de 32 –, mas antevendo mesmo possibilidades de conciliação com o governo de Getúlio Vargas que permitiria a concretização do projeto universitário paulista. A chamada “Comunhão Paulista” – grupo liderado pela família Mesquita, proprietária do jornal O Estado de São Paulo – que regeu a fundação da USP, no entanto, enfatizava a necessidade de formação de uma elite esclarecida e de construção de um projeto cultural nacional acima de interesses partidários ou da prática política imediata, o que a aproximava do modelo alemão instituído a partir da Reforma Humboldt.

Uma participação mais efetiva da Sociedade em relação aos rumos tomados pela Universidade no Brasil só vai acontecer na década de 1950. De acordo com Fávero (2006), nesse período, o país – embalado por forte crescimento econômico devido à industrialização – vê nascer um movimento pela modernização da educação superior: denúncias acerca do estado precário das universidades, discussões sobre ensino público *versus* ensino privado, forte mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE), tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a criação de universidades federais ou a federalização de universidades estaduais, entre as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em 1950; Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1954; Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1957; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1958. O movimento atinge o seu auge no início da década de 1960, com planos de reformulação estrutural de universidades, seminários sobre a Reforma Universitária, aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁸, criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e, especialmente, a criação da Universidade de Brasília (UnB) que “surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na

⁸ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Consulta realizada em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional” (FÁVERO, 2006, p. 29).

O golpe cívico-militar de 1964, no entanto, interrompeu o movimento democrático por reformas na educação superior do país e reorganizou as bases para uma reforma universitária. Esta Reforma Universitária, implementada em 1968 (RU/68), se caracterizou por uma visão tecnicista e burocrática de educação, pela adoção da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pela implantação da pós-graduação e da extensão universitária, pela expansão de vagas. As IES passaram a ser regidas pelos princípios de produtividade e eficácia e uma “cúpula administrativa”, formada por funcionários dos Ministérios da Economia e do Planejamento, era responsável por sua administração. O estabelecimento da pós-graduação e a inserção da pesquisa se deram com carência de investimento e de profissionais com formação para tal, o que levou Anísio Teixeira (1969) a criticar a proposta e dizer que tal reestruturação só poderia esperar por um milagre ao querer transformar, subitamente, todos os professores em pesquisadores e todas as universidades em universidades de pesquisa. A extensão universitária, de um modo geral, nasceu associada à ideia de prestação de serviços, direcionada a “atuar junto às ‘comunidades desassistidas’ de maneira mais sistemática, para direcionar a sua organização e adequar as mudanças à nova ideologia do desenvolvimento” (FAGUNDES, 1983 *apud* MENEGHEL, 2001, p. 170). E a expansão de vagas se deu, apesar de significativa no setor público, fortemente no setor privado, não sendo acompanhada de índices de qualidade na formação ou de investimento em infraestrutura (laboratórios, bibliotecas, etc.) (MENEGHEL, 2001).

A crise institucional que perseguiu a universidade em consequência das políticas implementadas pela RU/68 se aprofundou em meio ao processo de redemocratização no Brasil, no início da década de 1980, marcado por recessão econômica, com forte redução de verbas destinadas aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Já em 1981, houve estudos sobre a cobrança de mensalidades nas universidades públicas sob diferentes discursos: a) da falta de recursos para o ensino primário e secundário; b) da constitucionalidade, dado que a Constituição em vigor tratava da gratuidade apenas no nível primário; e c) da justiça social, posto que a maior parte dos estudantes nas universidades federais era oriunda de famílias com condições financeiras para custear sua formação. Foi criada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) marcando posição contrária a qualquer política de

privatização das IES públicas no país. Em meados dos anos 1980, surgiram os Planos Nacionais de Desenvolvimento da Nova República (PND-NR) com a proposta de resgate da “dívida social” dando origem ao Programa de Apoio à Educação Superior “Nova Universidade” (PNU) que estabeleciam para as IES as tarefas de formação de consciência crítica nacional, redução da dependência científica e tecnológica, compatibilização de suas ações com o interesse social, recuperação dos padrões de qualidade, entre outras. Nesse período, José Sarney decretou a criação da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (MENEGHEL, 2001).

A década de 1990 marcou uma reforma do aparelho do Estado na perspectiva neoliberal – ajuste orçamentário e equilíbrio fiscal – com políticas de privatização e mercantilização da Educação Superior, a partir da expansão das instituições privadas e direcionamento das instituições públicas para a esfera privada por meio da criação de fundações de direito privado, cobrança de taxas, etc..

É neste cenário que a principal legislação que altera não apenas o ensino superior, mas todos os outros níveis de ensino (...), no Brasil, a lei de diretrizes e bases da educação brasileira – LDB (Lei 9.394/96)⁹ é implantada estabelecendo novos rumos constitucionais à regulamentação, ampliação e expansão da educação superior. De forma geral, descentralização e flexibilidade parecem ser os eixos balizadores da referida regulação (PINHEIRO, 2013, p. 124).

Pinheiro (2013) chama atenção para o fato de que tais medidas estiveram sempre em consonância com o projeto de reestruturação capitalista e com as diretrizes para a educação superior para os países em desenvolvimento elaboradas por organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial. Meneghel (2001) corrobora esse pensamento ao afirmar que análises das possíveis implicações da RU/68 e da LDB/96 podem demonstrar a relação dessas políticas com um processo de ‘modernização’ do país, que se vincula à industrialização e ao ajuste às etapas de reprodução do capital.

Nos anos 2000, referendados a partir da primeira gestão do governo Lula, embora apresente caráter de continuidade das políticas para a Educação Superior implementadas no governo FHC, há algumas medidas que contrastam com o período anterior:

⁹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Consulta realizada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

a descentralização, expansão e criação de universidades federais em todo o território brasileiro depois de um longo período de estagnação, sobretudo na região Nordeste e em especial no Ceará; aumento da oferta de vagas no ensino superior principalmente no turno noturno; fortalecimento e reestruturação da educação superior de caráter tecnológico a partir dos Institutos Federais de Educação Tecnológica; (...) ampliação, difusão e fortalecimento da educação superior à distancia por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB (PINHEIRO, 2013, p. 125).

Para Trópia (2009), a adoção dessas medidas estaria justificada por uma meta de expansão de vagas na educação superior acordada com organismos econômicos internacionais. Assim, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) pode receitar como solução diante da crise a criação de um programa emergencial de apoio ao ensino superior e uma Reforma Universitária mais profunda, incluindo uma alteração na política de financiamento das universidades, com forte incentivo à entrada de recursos privados nas IES. O que Pinheiro (2013) ratifica ao afirmar que “há um fortalecimento das parcerias público/privadas (...) para o cumprimento de metas internacionais e atendimento das demandas locais” (p. 125).

Esta completa redefinição das políticas públicas por meio de reformas que, no Brasil, caracterizaram, principalmente, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, como vimos, tem caracterizado – com bastante vigor – o atual governo de Michel Temer, a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Como resultado de tais reformas econômicas, no aspecto que nos interessa neste trabalho, tem ocorrido uma crescente “perda de prioridade da universidade pública entre os bens públicos produzidos pelo Estado” (SANTOS, 2013, p. 432), expressa na diminuição do compromisso político do Estado com a Universidade, a partir da compreensão de que a educação superior deve ser um investimento – e não um direito do cidadão –, logo que ela não deve ser financiada exclusivamente pelo Estado, gerando forte instabilidade no sistema universitário.

Uma crise fiscal tem sido alegada para a desregulação de carreiras, a ampliação de funções terceirizadas, a diminuição de recursos de investimento, o subfinanciamento (LEHER, 2015). E a tendência é que a crise se intensifique à medida que se cumpre o

programa do governo Temer, Uma Ponte para o Futuro¹⁰, que tem como um de seus pilares a desvinculação constitucional de gastos em educação e saúde¹¹.

De acordo com Amaral (2010), o que acontece é que, na medida em que o fundo público se revele insuficiente para atender as demandas das IES públicas, se exige que essas instituições se dirijam “às atividades de prestação de serviços, oferecendo cursos, assessorias, consultorias, além de demandarem editais que oferecem a possibilidade de financiar determinados projetos”¹², se tornando, assim, suscetíveis ao que o meio externo considera relevante e gerando tensões com o Estado e com o mercado.

Temos acordo que a relação Universidade e Sociedade deva ser fortalecida, que a Universidade, com a competência acerca da construção e da socialização do conhecimento crítico que lhe cabe, se abra para o diálogo democrático com os fins propositados de refletir e apontar caminhos para determinado projeto de país. Mas em que direção tem se dado realmente essa relação Universidade e Sociedade? A relação tem considerado a sociedade em seu conjunto? Que impactos essa aproximação tem gerado para a autonomia da Universidade? Que condições têm sido impostas à Universidade?

A relação Universidade e Sociedade tem se dado, em grande medida, a partir dos convênios de pesquisa, de inovação tecnológica, de consultoria, de estágio para estudantes junto ao mercado e aos setores produtivos da sociedade, por vezes, mesmo com empresas que geram prejuízos ao ambiente.

Recentemente, em 2016, a Universidade Federal do Ceará (UFC) celebrou parceria com a Bayer para a realização de um projeto de pesquisa sobre polinização de culturas agrícolas¹³. Ao mesmo tempo, somos informados que os pesticidas fabricados por essa indústria agroquímica e farmacêutica alemã tem sido os principais responsáveis pela morte de colônias de abelhas em várias partes do mundo. Em 2015, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) assinou um protocolo de intenções com a Samarco

¹⁰ http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

¹¹ Vide PEC 55/2016, chamada PEC do teto dos gastos públicos – Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

¹² Publicação *Online*, sem numeração de página. Disponível em <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes>.

¹³ Polinização de culturas agrícolas é objeto de parceria entre UFC e Bayer. Ver <http://ufc.br/noticias/noticias-de-2016/8982-polinizacao-de-culturas-agricolas-e-objeto-de-parceria-entre-ufc-e-bayer>

Mineração S.A.¹⁴, com o propósito de viabilizar o intercâmbio de conhecimentos entre professores, alunos e empresa, financiar pesquisas de pós-graduação, aportar verbas para reformas de laboratórios na Universidade. Paralelo a isso, testemunhamos os prejuízos que essa mineradora tem imposto às comunidades ribeirinhas e de pescadores artesanais das margens do rio Doce, sobretudo – mas não só – após o rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, considerado o maior desastre ambiental do país e ocorrido menos de um mês após a assinatura do protocolo.

Importante lembrar que a aproximação com os setores produtivos não é um fenômeno recente, mas tem estado nas discussões encorajadas pelos governos desde a RU/68, nomeadamente com a criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ainda atuante, que objetiva integrar universidade e indústria; passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁵, de 1996, a Lei de Inovação Tecnológica¹⁶, de 2004, e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação¹⁷, de 2016.

A lógica de aproximação com o mercado – estimulada também pela necessidade de diversificação do financiamento universitário – tem a) privatizado a universidade e mercantilizado a produção científica; b) criado diferenciações – em termos de condições de trabalho, incentivos financeiros, reconhecimento acadêmico – entre aqueles departamentos e cursos que são contratados e aqueles que não interessam às empresas; c) determinado o fim da isonomia da carreira do professor-pesquisador pelo processo de empresariamento desse profissional; d) criado uma situação que funda nas universidades brasileiras um gradiente que vai de uma instituição pública, gratuita e democrática a uma instituição privada, competitiva e mercadológica (RISTOFF, 2001 *apud* SGUISSARDI, 2009).

Nossa reflexão neste estudo não quer desconsiderar o direito de entidades privadas dialogarem com as universidades públicas a fim de avançar na decifração e nas

¹⁴ Samarco assina protocolo de intenções com a Ufop para parceria e investimentos. Ver <http://www.ouopreto.com.br/noticia/1352/samarco-assina-protocolo-de-intencoes-com-a-ufop-para-parceria-e-investimentos>

¹⁵ Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>.

¹⁶ Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro-2004-534975-norma-actualizada-pl.pdf>.

¹⁷ Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 – Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, etc.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113243.htm.

respostas aos seus problemas que, direta ou indiretamente, estão relacionados com o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico, as transformações na sociedade brasileira. Mas, dado que a instituição universitária deve ter por princípios a autonomia e a liberdade acadêmica e, portanto, deveria ter garantida sua liberdade para questionar, propor, pesquisar e socializar os resultados da pesquisa, indagamos, em consonância com Derrida (2003): “em que medida a organização da pesquisa e do ensino deve ser sustentada, ou seja, direta ou indiretamente controlada, digamos de maneira eufemística ‘patrocinada’, visando a interesses comerciais e industriais?” (p. 21).

Questionamos a prerrogativa a um tipo de relação que dilui a autonomia universitária em relação à definição dos objetos de investigação, às abordagens utilizadas, às discussões realizadas, à divulgação dos resultados, à eleição de estudos e práticas extensionistas socialmente relevantes, e que, portanto, cria um modelo de atuação da Universidade em cuja ação, compreensão e controle sobre a realidade se encontra privatizada.

Esse modelo de “universidade operacional” (CHAUI, 1999) causa um desvio das funções universitárias – de pesquisa, ensino e extensão, bem como da indissociabilidade desse tripé – procedendo ainda com a adaptação dos currículos às necessidades dos setores produtivos, a diminuição do tempo de mestrado e doutorado, a permissão à apropriação privada dos bens públicos, a pressão para a elaboração de editais de financiamento de ações na universidade em que se estabelece critérios de pontuação à associação Universidade-entidades privadas (empresas, fundações de direito privado, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, etc.), a perda da concepção de formação integral do ser humano.

Importante destacar que os

constrangimentos à liberdade acadêmica tendem a ser mais fortes em determinadas conjunturas e certos campos de investigação. As áreas que se revelam mais suscetíveis a pressões são aquelas que podem, pelos resultados de pesquisa obtidos, por em questão o andamento dos negócios de grandes corporações – ao questionar a benignidade social de certas mercadorias, apontar riscos associados a determinadas práticas, justificar restrições ao uso de certos produtos (Pinto, 2014, 50).

É o caso de investigações em contexto de conflitos ambientais, envolvendo, de modo geral, empreendimentos de capital intensivo, com forte influência no/do sistema

político, com capacidade para cercear a liberdade – por meio de processos judiciais por danos morais, notificação para a prestação de esclarecimentos, mandatos de segurança junto aos órgãos estatais a que o pesquisador é vinculado, além de tentativa de desmoralização do pesquisador ante à opinião pública, perseguições, ameaças – em pesquisar e em divulgar resultados de pesquisas científicas (PINTO, 2014).

Esta nossa dissertação, pois, apresenta reflexões sobre a relação Universidade e Sociedade que nos levam a reconhecer a necessidade de a) ampliar a “Sociedade” presente nessa relação, de modo que a relação entre ambas não seja reduzida à relação Universidade e mercado; b) reconstruir a Universidade como “uma instituição verdadeiramente pública, aberta ao controle e à participação política das comunidades às quais ela serve, firmemente comprometida com (...) a equidade e a justiça social” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 192); c) que a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988¹⁸, seja garantida às universidades no país; d) que a razão que embasa a instituição universitária não seja uma “razão indolente” (SANTOS, 2011), mas uma racionalidade que considera a diversidade de sujeitos, de saberes e de propósitos de Universidade e Comunidade, com o fito de construir e socializar, de forma colaborativa, conhecimentos críticos, responsáveis, éticos e solidários.

1.2. As noções de Justiça/Injustiça Ambiental e Conflitos Ambientais

Na década de 1980, comunidades negras nos EUA denunciavam um recorte racial no modo como o governo fazia “vista grossa” ou mesmo permitia aterros de lixo tóxico, tratamento de esgotos, incineradores, atividades industriais perigosas próximas aos locais onde se situavam suas moradias. Mostrava-se aí a necessidade de incluir os temas de raça, de classe, de etnia às discussões ambientais, pois se compreendia que as questões sociais e as questões ambientais são indissociáveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Na década de 1990, um memorando de circulação interna do Banco Mundial impressionou pelas suas proposições. À época, Lawrence Summers, o economista-chefe propunha que as indústrias mais prejudiciais ao ambiente fossem transferidas para os

¹⁸ https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_206_.asp

países periféricos. E deu ali uma série de razões para isso, como sua compreensão de que a ideia de meio ambiente teria a ver com uma preocupação estética e só as populações mais abastadas teriam tais preocupações; justificava que os pobres viviam menos e por isso não chegariam a sofrer os efeitos da poluição ambiental; chamava a atenção para o fato de que a África possuía regiões sub-poluídas; lamentava que o transporte para os resíduos ainda fosse tão caro (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Surgiu, assim, as noções de injustiça ambiental e os movimentos por Justiça Ambiental. Claramente, esses movimentos compreendem que não existe uma distribuição democrática dos riscos ambientais, ou seja, que a degradação ambiental afeta aos vários grupos sociais de maneira diferenciada. E também que há diferença na ação de indivíduos e grupos para produzir impactos negativos ao ambiente. Isto é, a ideia simplista e equivocada de que a “humanidade”, o “homem” ou “toda a sociedade” é afetada de maneira indiferenciada ou que é responsável pela degradação ambiental no planeta passa a ser questionada.

Enquanto algumas corporações de interesse econômico se apropriam das vantagens, dos lucros e das benesses do desenvolvimento gerado pelos grandes empreendimentos, os danos ambientais e as consequências negativas recaem principalmente sobre as populações mais vulneráveis, com menor poder político, no que chamamos de desigualdade ambiental. Essas populações têm seus territórios transformados em “zonas de sacrifício”, termo criado pelo movimento de Justiça Ambiental estadunidense para se referir a localidades pobres que são escolhidas para receber – nessa fase de acumulação flexível do capital – empreendimentos cujo as atividades incluem necessariamente danos ambientais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Importante destacar o papel do Estado em legitimar e em estimular as “zonas de sacrifício”, concorrendo para a promoção da desigualdade ambiental e da acumulação por espoliação, ao oferecer infraestrutura, incentivos fiscais, flexibilização ou afrouxamento da legislação ambiental e trabalhista com a finalidade de atrair os empreendedores. Se tomarmos o caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí, veremos que o governo do estado do Ceará investiu em uma barragem no rio Jaguaribe, uma adutora, canais primários e secundários, estações de bombeamento, uma rede viária (estradas de serviço, estrada de acesso à estação elevatória, estrada de acesso ao

aeroporto) e um aeroporto, além de desonerações tributárias sobre os agrotóxicos concedidas como forma de atrair empresas nacionais e multinacionais do agronegócio – a citar Del Monte Fresh, Banesa, Frutacor, Agrícola Famosa – que se instalaram na região nas décadas de 1990 e 2000 (RIGOTTO; FREITAS, 2014).

As comunidades que sofrem ameaças à continuidade dos processos de apropriação de seus territórios e aos seus modos de vida também resistem, reagem e marcam um claro antagonismo em relação aos usos dos territórios. Esses grupos sociais, vulnerabilizados, revelam as contradições e tensões do modelo de desenvolvimento econômico. Por isso mesmo, somos resistentes – amparados por Martins (1993) – aos estudos de impactos ambientais, pelo fato de que apresentam apenas a incidência das ações do Estado e dos empreendimentos e suas consequências sobre as populações, não dando relevo à postura ativa dessas populações assumida na defesa de seus territórios.

Levam, tais estudos, sobretudo, à acentuação dos efeitos supostamente destrutivos dos grandes projetos econômicos. Esses efeitos existem e são, frequentemente, dramáticos e trágicos. Mas, existe, também, a resposta da vítima. Na realidade, o processo não é unilateral, há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade (p. 64).

A noção de Conflitos Ambientais envolve

aqueles [conflitos] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

As comunidades da Chapada do Apodi, desde os anos 2000, têm oferecido resistências às ações do Estado e das empresas do agronegócio. De forma espontânea, há a permanência de moradores, mesmo após a desapropriação; continuidade de agricultura familiar camponesa; denúncias de empresas por trabalhadores; comentários cotidianos sobre os problemas causados pelo agronegócio. De forma articulada, há organização de assembleias comunitárias; constituição de associações comunitárias e da Associação de Ex-Irrigantes do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA); greve dos trabalhadores da Del Monte; mobilização de movimentos sociais e de grupos acadêmicos para fortalecer as lutas das comunidades; realização de debates e seminários

nas escolas; pressão ao Ministério Público Federal para solicitar ao DNOCS um diagnóstico da condição fundiária; dentre outras (TRAMAS/UFC, 2013).

Esse contexto dos conflitos ambientais desafia campos de estudos acadêmicos, na medida em que compreende não apenas aspectos técnicos ligados a cada área do conhecimento, mas também envolve a) disputas por poder político; b) participação nos processos decisórios e na definição de políticas públicas; c) reconhecimento e respeito às culturas, notadamente no que diz respeito às formas específicas de apropriação material e simbólica dos bens naturais por parte dessas populações.

Pesquisadores em universidades no país tem se questionado sobre como estudar e intervir em tais processos envoltos em injustiças, com vulnerabilização de sujeitos, de modo a politizar o debate e construir um conhecimento com responsabilidade ética e solidariedade àqueles que têm sido, historicamente, destituídos de poder. Martins (2012) afirma um posicionamento político e ético ao lado dos camponeses e indígenas com quem trabalhou em pesquisas sobre as frentes de expansão na Amazônia.

[Optei] por assumir abertamente, ainda que criticamente, o lado da vítima, pois esse era o ângulo mais rico (e moralmente mais justo) para compreender de modo mais abrangente os complicados processos sociais da fronteira e a complexa inteligência que tem da situação os seus protagonistas. É possível ser correto sem deixar de ser objetivo e crítico (...) (p. 16)

Para Martins (2012), as situações de fronteira têm sido no Brasil “o lugar do sacrifício humano da nacionalidade, da liturgia cruenta da nossa identidade, do pranto do nosso nascimento como povo e nação”¹⁹. O avanço da fronteira econômica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”, sobre comunidades camponesas e indígenas tem gerado conflitos permeados de situações de liminaridade entre as populações atingidas e agentes externos (Estado, empresas, pastorais sociais, movimentos sociais, ONGs, universidade). É um espaço de (des)encontros entre diferentes culturas, diferentes tempos históricos, lugar de incertezas, indeterminâncias e choques.

A fronteira tem sido o lugar em que o modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado e pelos setores produtivos tem forçado a diversidade de populações, de saberes, de propósitos, de modos de vida, no que Santos chama de epistemicídio

¹⁹ O trecho citado se encontra na contracapa da edição referida.

(SANTOS; MENESES, 2010). Tem sido ainda o lugar da expropriação, da espoliação e do rapto de terras e de territórios; o lugar da violência física, das emboscadas, dos assassinatos, dos ataques organizados, dos incêndios criminosos. É, sem sombra de dúvidas, uma história de perdas, sobretudo, para uma parte da sociedade que sofre – diretamente – o processo de vulnerabilização e assume o ônus ambiental e social dos grandes empreendimentos, mas é também “uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 2012, p. 132).

1.3. Desenvolvimento, conflitos ambientais e o olhar de camponeses e camponesas

O país vive uma “epidemia” de injustiças ambientais que geram – a partir da resistência das populações atingidas – as situações de conflitos ambientais. São os movimentos legítimos de resistência das populações locais diante de ameaças à sua sobrevivência, contrastando formas de apropriação e uso do território, que os tira da condição de simples atingidos pelas injustiças ambientais e os leva à condição de sujeitos em luta em tais conflitos, ainda que vulnerabilizados pela dissimetria de poder expressa na desigualdade de acesso a recursos financeiros e políticos (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Um modelo de desenvolvimento econômico baseado na apropriação e exportação de bens naturais, com inserção internacional subordinada, denominado neoextrativismo (GUDYNAS, 2009), tem estimulado um processo de reprimarização da economia brasileira e impulsionado uma série de atividades econômicas agressivas ao ambiente natural e às populações residentes em áreas consideradas de interesse por investidores e grandes grupos empresariais. Modalidades econômicas como as do agronegócio (produção agrícola e pecuária), da mineração (extração de minérios e exploração de petróleo e gás), da geração de energia (barragens, hidrelétricas, termelétricas, usinas nucleares) têm atingido agricultores familiares, povos indígenas, trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, marisqueiras, entre outras populações. Os empreendimentos que se dedicam a essas modalidades econômicas, de capital intensivo, têm sido fortemente incentivados pelo Estado para alavancar o desenvolvimento do país, seja em governos mais

progressistas ou mais neoliberais, atendendo a uma divisão internacional do trabalho que lega à América Latina, à África e à parte da Ásia a função de fornecedores de matéria-prima, o “*Consenso de los Commodities*” (SVAMPA, 2011). É sintomático que dos seis países com a maior quantidade de conflitos ambientais em seu território, de acordo com o Atlas Global de Justiça Ambiental²⁰, três deles estejam na América Latina – com o Brasil, entre eles – dois na Ásia e um na África.

Nesse sentido, queremos chamar atenção para o fato de que os conflitos ambientais devem ser compreendidos como um fenômeno analisador-revelador (LEFEBVRE, 1973 *apud* MARTINS, 2012), à medida que não se tratam de eventos isolados mas de situação de crise constituinte da reprodução ampliada de acumulação do capital, que revela contradições sociais.

Tal assimetria de poder, constante no avanço das fronteiras econômicas sobre as fronteiras demográficas em todo o país, na imposição de modelos de desenvolvimento e na implementação de grandes empreendimentos sem consulta prévia às comunidades tradicionais – ferindo o direito das populações e contrariando a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes –, no grau de violência simbólica e física observada em cada uma dessas áreas que, segundo as grandes corporações empresariais, “não podem ser desperdiçadas”, e obrigam, então, o Estado a defini-las como de “interesse público” ou de “interesse nacional”, tudo isso tem nos deixado céticos em relação a um futuro próximo de justiça, de igualdade de direitos, de trabalho digno, de ambiente saudável, de saúde, de liberdade.

A opção política, teórica e metodológica por lançar um olhar para as percepções e vivências, as preocupações e as compreensões de moradores e moradoras da comunidade do Tomé é fundamentada na concepção de que

“são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou se oculta” (MARTINS, 2015, p. 12).

²⁰ O Atlas Global de Justiça Ambiental, coordenado por pesquisadores do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Autônoma de Barcelona está disponível em <https://ejatlas.org/>.

Essa história que é construída nas margens da realidade dominante, nas fronteiras, por quem vive processos de vulnerabilização fabricados por injustiças ambientais decorrentes de um modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado e pelos setores produtivos, deve interessar à universidade. E deve interessar i) porque esse conhecimento – do senso comum e de sua ruptura momentânea – nos oferece elementos para a compreensão do complexo contexto dos conflitos ambientais; ii) porque nos facilita reflexões sobre e para a ação de pesquisadores, professores e estudantes; iii) porque gera tensões que podem evocar mudanças na universidade em termos de concepção de ciência, de percepção da realidade social e de uma outra práxis acadêmica que aponta na direção da construção compartilhada de um conhecimento pautado pela justiça social e ambiental e pela emancipação do ser humano.

1.4. A cultura popular e as comunidades camponesas em contexto de conflitos ambientais

O estudo das culturas populares e, sobretudo, da cultura popular local, é fundamental para uma efetiva compreensão dos saberes e propósitos daquelas populações a fim de permitir um exercício real de construção compartilhada de conhecimentos.

Se as injustiças ambientais geradas pela ação de grandes empreendimentos econômicos, desterritorializados, têm características idênticas sejam quando atuantes no Sul do México, no Nordeste do Brasil ou no Norte de Moçambique, é fundamental percebermos que os conflitos, gestados nos movimentos de resistência das populações locais, assumem diferentes matizes e estratégias dado as especificidades culturais dos povos de Chiapas, da Chapada do Apodi ou de Nampula.

Apenas para apresentar dois exemplos, Malerba (2014), organizando uma série de experiências na América Latina de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral, mostra como agricultores do distrito de Tambogrande, no Peru, conseguiram impedir a instalação de um grande empreendimento da empresa canadense *Manhattan Minerals Corporation* em suas terras por meio de uma consulta popular, em 2002. Mostra ainda como uma proposta elaborada por uma rede de movimentos sociais, posteriormente incorporada ao plano de governo, conseguiu evitar a exploração de três

campos de petróleo em área de influência do povo indígena Waorani, no Parque Nacional de Yasuní, no Equador.

Devemos considerar que a cultura, abrangendo valores, significados, formas de expressão, práticas produtivas, modos de vida, define também como essas populações se relacionam com os agentes externos à comunidade e como estabelece relações de poder. O que os moradores esperam da universidade e o modo como percebem sua atuação diz de suas concepções e representações acerca do papel dessa instituição diante da sociedade, fomentadas na cultura e no cotidiano, ou seja, numa amálgama de elementos de significação local e de experiências mais ou menos recentes com os agentes daquela instituição.

Devemos considerar os modos diversos que uma cultura camponesa, das classes populares, e uma cultura urbana, de base universitária, interpretam e explicam a realidade. Martins (1989) diz da necessidade fundamental de os profissionais que atuam junto às classes populares reconhecerem suas culturas como uma teoria imediata da realidade, devendo ser pensada como um “conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo” (p. 111). As classes populares têm modos particulares e legítimos de representação, visões de mundo, percepção de tempo, e se não podem explicar a realidade como um todo, e por isso recorrem aos mitos, é preciso lembrar que também a cultura universitária ou científica, ou qualquer outro tipo de conhecimento, não explicam tudo.

Ong (1996) afirma que uma das características das culturas populares é a de terem raízes associadas à oralidade, podendo ser consideradas culturas residualmente orais, com inteligência associada a contextos operacionais.

Outro fator que exige um olhar apurado e que constantemente gera conflitos nas relações entre profissionais e sujeitos das classes populares está na tomada de decisão com base nas categorias de previsão e de provisão (VALLA, 1996). Os grupos de profissionais (profissionais da saúde, técnicos extensionistas, militantes políticos, pesquisadores, etc.) costumam tomar decisões olhando para o futuro e se antecipando a situações possíveis (doenças, pragas na agricultura, pleitos eleitorais, conflitos sociais, etc.) se baseando, então, na categoria previsão. Já as classes populares, preocupadas com a sobrevivência e, muitas vezes, com a memória viva da fome, estão preocupadas em prover o dia e, usualmente, se baseiam na categoria provisão. Assim, são comuns incompreensões dos posicionamentos das classes populares pelos profissionais – o que,

no pensamento de Valla (1996), estaria vinculado a uma crise de interpretação desses profissionais – que interpretam como conformismo, falta de iniciativa e/ou apatia aquilo que ”é para a população uma avaliação (conjuntural e material) dos limites de sua melhoria” (VALLA, 1996, p. 181).

Souza (2016) propõe ainda a leitura de que as classes médias – onde se situam os sujeitos da universidade – possuem privilégios em relação às classes populares, economicamente inferiores – onde se situam os sujeitos das comunidades camponesas. Tais privilégios, comumente não reconhecidos ou não assumidos como privilégios, estariam presentes em certas disposições de comportamento com características ligadas à disciplina, a um tipo de concentração para o estudo e a um tipo de pensamento prospectivo (percepção da vida como um afazer racional, com base no cálculo). Essas disposições, tão essenciais ao sucesso escolar e ao êxito no mundo do trabalho, têm influências sobre o modelo hegemônico de mundo com base na reprodução do capital.

Embora tratemos a compreensão de cultura a partir das classes sociais com reservas, por consideramos que tal concepção traz implícito certo reducionismo da realidade, consideramos que essa concepção deve ser também refletida na medida em que urdem relações – ainda que não as abarque completamente – com a necessidade de reconhecimento, pelos profissionais, de uma cultura popular específica (MARTINS, 1989), com características orais e operacionais (ONG, 1996) e com decisões tomadas frequentemente a partir da categoria provisão (VALLA, 1996), marcando diferenças significativas entre os modos de reconhecer e agir sobre a realidade, e suscitando elementos para pensar as ações e interações entre sujeitos da universidade e sujeitos da comunidade.

1.5. A Universidade e as comunidades camponesas com conflitos ambientais

De acordo com Leff (2001), o agravamento dos problemas socioambientais mostrou a necessidade de fomentar nova consciência sobre o ambiente natural e repensar a produção do conhecimento, seu potencial para a resolução de problemas e as formações profissionais.

Foi a partir da década de 1970, com os marcos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi (na antiga URSS), em 1977, que o mundo passou a discutir novos valores acerca da meio ambiente e do conhecimento produzido no mundo – até então assente no propósito de conhecer e dominar a natureza a fim de colocá-la a serviço da humanidade (LEFF, 2001).

Após a II Guerra Mundial, uma aliança entre aqueles que produzem o conhecimento e formam gerações de profissionais e o sistema econômico passou a balizar a pesquisa científica, a formação profissional, a inovação tecnológica, a partir de uma racionalidade produtiva com vistas a atender às demandas do mercado. Desse modo, “o conhecimento científico foi transformado em força produtiva de primeira ordem e a questão das relações entre a ciência e o mercado se transmutou na questão da ciência como mercado” (SANTOS, 2006, p. 19), gerando exploração e espoliação de grande parte dos recursos do planeta, com forte degradação de ecossistemas – sobretudo, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento –, incluindo

processos crescentes de contaminação da atmosfera, de solos e recursos hídricos; desmatamento, erosão e desertificação; perda de fertilidade dos solos, de biodiversidade e de produtividade de seus ecossistemas; destruição das práticas tradicionais e valores culturais constitutivos da diversidade étnica e das identidades dos povos (LEFF, 2001, p. 201).

A crise ambiental realçou o problema – demarcando os limites ecológicos e sociais dessa racionalidade produtiva – e fomentou uma perspectiva ambiental de desenvolvimento, tencionando as políticas econômicas, técnico-científicas e educativas ao reorientar as práticas de produção de conhecimento e formação profissional, introduzindo o saber ambiental em diferentes disciplinas e diferentes instituições, notadamente nos Institutos de Pesquisa e nas IES.

Se, por um lado, compreendemos que as IES possuem autonomia para definir seus valores e suas metas, por outro lado, sabemos que a sociedade ao valorizar determinados conhecimentos, ao demonstrar certas preocupações, ao demandar algumas respostas, ao assumir visões específicas de mundo, acaba por pressionar essas instituições, exigindo-lhes mudanças.

Estas alterações – na contramão do mercado e dos interesses dos setores produtivos e divergindo dos paradigmas dominantes nas IES – se dão em clima de

tensão e de forma desigual nas instituições, em seus departamentos e em suas organizações acadêmica e administrativa.

Um aspecto a ser salientado é que a incorporação do saber ambiental às práticas de pesquisa e de formação exige, de acordo com Leff (2001), “a transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, a hibridação e integração de saberes, assim como a colaboração de diferentes especialidades” (p. 207), ou seja, traz à tona questões relacionadas à limitação do saber disciplinar, compartimentalizado, para a compreensão da complexidade dos problemas ambientais e a urgência de uma construção interdisciplinar na compreensão e resolução dessa problemática. Dito isso, compreendemos que não se trata, porém, nem de um paradigma globalizante, nem da soma dos conhecimentos disciplinares, mas de novos métodos de compreensão da realidade e de produção do conhecimento com base em novas perspectivas epistemológicas, científicas e ambientais.

Entendemos que esses novos métodos de compreensão da realidade e de produção de conhecimento não estão dados, mas têm sido construídos, notadamente, na práxis de pesquisadores e grupos acadêmicos que atuam em contexto de conflitos ambientais, a partir de bases teóricas como as da Ecologia Política (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), das Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2010), das Teorias Decoloniais (LANDER, 2005), da Ciência Pós-Normal (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997), da Epistemologia Política (PORTO, 2011).

Em nossa revisão bibliográfica, percebemos que a produção acadêmica de sujeitos de diferentes universidades que atuam em contexto de conflitos ambientais segue, de modo geral, uma estruturação complexa que envolve elementos bastante definidos. Além de tratar temáticas específicas dos diferentes campos do saber, as produções destacam alguns objetivos recorrentes. Abaixo, apresentamos um quadro com cinco desses objetivos, que consideramos recorrentes nas produções sobre conflitos ambientais, contendo trechos de produções e a indicação das universidades as quais os autores são vinculados. As cinco diferentes produções foram apresentadas no Seminário Temático *Conflitos e desastres ambientais: violação de direitos, resistência e produção do conhecimento*, no 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 2016.

Quadro 1 - Objetivos recorrentes nas produções sobre conflitos ambientais

Objetivo	Trecho da produção	Universidade
a) identificar as contradições e proceder com a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento e ao papel do Estado na gênese e na manutenção das injustiças ambientais;	“Na implantação da Cidade Industrial, o Estado trouxe para si a tarefa de assegurar os requisitos necessários ao desenvolvimento: discriminou o espaço necessário, dotou-o de infraestrutura, urbanizou-o e, simultaneamente, logrou afastar tais instalações industriais das áreas urbanizadas da capital. Preservou-se, assim, a imagem imaculada da metrópole ordenada com seu centro urbano livre dos efeitos adversos ‘das atividades secundárias’. O parque, portanto, foi planejado desde o princípio como algo que, segundo Paula, ‘visava completar Belo Horizonte sem desfigurá-la’” (TEIXEIRA, 2016, p. 4).	UFMG
b) denunciar as injustiças ambientais, a violação de direitos de indivíduos e comunidades e os diversos tipos de violência física e simbólica por entidades privadas, estatais ou organismos multilaterais sobre populações desfavorecidas política e economicamente, bem como a falta de fiscalização/gerenciamento/controle/informação por parte do Estado;	“Na reunião, os relatos dos moradores foram confirmando que estes não sabiam bem quem era a empresa responsável pelo porto. Os agentes que agiam em favor da WPR apresentaram-se, primeiramente, por intermédio de funcionários da sua consultoria ambiental (Urbaniza). Em seguida, mudaram a estratégia de comunicação e alegaram serem representantes do Estado, responsáveis por levantar dados das famílias que seriam beneficiadas por uma ação de governo. Por fim, revelaram ser os funcionários de uma empresa que seria a ‘real proprietária do Cajueiro’, de uma área de aproximadamente dois milhões e um metros quadrados, o que incluiria o Parnauçu” (PEDRO, 2016, p. 5-6)	UFMA
c) reconhecer e anunciar estratégias de resistências, de lutas e de construção de alternativas pelas comunidades e pelos movimentos sociais constituídos;	“Cientes da morosidade da contrapartida dos órgãos públicos, a comunidade passou a buscar alternativas técnicas e operacionais, para além do escopo institucional municipal. Assessorados pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), entraram em contato com o coordenador do ‘Projeto Maria de Barro’ e iniciaram negociações para dar início às obras de contenção” (PEREIRA; CARNEIRO, 2016, p. 13)	UFRJ / UFSJ
d) demonstrar as limitações da ciência moderna nos aspectos relacionados a desconsideração do saber local (ruptura com o senso comum), a desconsideração do sujeito local (relação sujeito-objeto), a pretensão à neutralidade (neutralidade axiológica), à fragmentação do conhecimento (disciplinaridade), etc.;	“Para Garcés (2007) o conhecimento e as ciências sociais se foram construindo a serviço da empresa de dominação, conquista e controle da Europa sobre o mundo. De modo que, sem o desenvolvimento de um tipo de conhecimento útil dirigido a controlar todas as ordens da vida social, não teria sido possível o projeto de expansão capitalista. A colonização inaugura, por conseguinte, uma nova episteme direcionada a legitimar a rapina, a escravização, o aniquilamento da diferença, a superioridade dos europeus e a expropriação	UFAL

	dos territórios” (ASSIS; LAGES, 2016, p. 6)	
e) apontar elementos para a construção de uma ciência com base emancipatória com consideração ao saber local (ecologia de saberes), consideração ao sujeito local (relação sujeito-sujeito, reconhecimento do outro como sujeito epistêmico), consideração pelas demandas da comunidade e compromisso ético e solidário com o conhecimento produzido e suas consequências (solidariedade com os sujeitos vulnerabilizados pelas injustiças ambientais), reconhecimento da complexidade dos fenômenos ambientais e da necessidade de estudos Inter/Transdisciplinares;	“Dois procedimentos de investigação formam os pilares sobre o qual estrutura esta análise. Primeiro, a ‘ecologia dos saberes’ e a ‘sociologia das emergências’. (...) busco registrar experiências [de ambientalistas populares] na construção de alternativas que emergem da luta dos movimentos sociais aprendidos como um processo epistêmico” (MILANEZ, 2016, p. 3)	UFRB

(Fonte: organizado pelo autor)

Ferreira (2012) apresenta uma reflexão acerca da práxis científica do Núcleo Tramas, a partir da experiência vivenciada pelo grupo no “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, entre 2007 e 2010, em comunidades da Chapada do Apodi, entre elas a comunidade do Tomé. Em seus apontamentos, ficam bastante claras na ação e no pensamento do grupo as críticas a) ao paradigma da ciência moderna, com base em Santos (2010) e Morin (2002), sublinhando i) o paradigma simplificador e a “razão metonímica”; ii) a postura totalitária e universalista; iii) as promessas não cumpridas de eliminação de excessos e déficits da modernidade; iv) a “falsa neutralidade” que pretende dissociar política e ciência; e b) ao modelo de desenvolvimento econômico assumido pelo Estado e pelos setores produtivos, apresentado sob o discurso ideológico de progresso e geração de emprego e renda, ocultando as desigualdades que desencadeia e mistificando, assim, a realidade.

O mesmo autor afirma que o propósito do Núcleo Tramas é caminhar em direção a uma “epistemologia transgressora com vistas à emancipação social” (p. 109), fazendo uma ciência crítica preocupada com a destinação social do conhecimento que ela produz, em diálogo com os movimentos sociais e os moradores das comunidades. O autor diz ainda da preocupação dos pesquisadores do grupo no sentido de possibilitar a apropriação do conhecimento construído no território pelos sujeitos locais, de modo que

possam utilizar esse saber para a elaboração de estratégias que venham a amainar o quadro de vulnerabilidade social.

No capítulo de resultados, o referido autor salienta uma ideia de Santos (2008) ao se referir a “uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos”, perspectiva admitida pelo grupo ao respeitar a diversidade de experiências, ao dialogar com o campo empírico e os sujeitos locais, ao partilhar a construção do saber. Tal perspectiva é a condição para uma “ecologia de saberes”, ou seja, “uma forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento, visando a construção de um sociedade mais justa e mais democrática” (SANTOS, 2008, p. 108 *apud* FERREIRA, 2012), que mostra o esforço do grupo para fazer dialogar conhecimentos e saberes científicos e populares camponeses. Outro aspecto enfatizado é a adoção de um compromisso ético-político, rompendo com o ideal de neutralidade axiológica, ao incorporar a participação dos sujeitos locais na pesquisa, seja na definição do objeto de estudo, no delineamento da metodologia, na interpretação e divulgação dos resultados – postura também percebida em parte dos grupos de pesquisa que participaram da pesquisa. Um terceiro aspecto que ganha destaque é a interdisciplinaridade, ou a transdisciplinaridade, exigida pela complexidade do real e pela compreensão de que os saberes disciplinares são fragmentados, logo, incompletos. O autor lembra que a equipe de pesquisa do “Estudo epidemiológico” contou com vinte e quatro profissionais, de dezesseis formações diferentes, e, embora reconheça o que a diversidade de pesquisadores e formações não garante a natureza interdisciplinar, o grupo buscou lançar olhares em direção ao mesmo foco, de modo a iluminar o fenômeno por diferentes ângulos, admitindo possíveis disparidades como parte do exercício de reflexão sobre a realidade.

O Núcleo Tramas vem, nos últimos anos, desenvolvendo a noção de Pedagogia do Território, a partir da qual tem embasado sua práxis acadêmica.

A Pedagogia do Território se pauta na diversidade e no diálogo de sujeitos, saberes e propósitos desde a construção do problema de estudo, do estudo em si – realizado em grupos ampliados de pesquisa, associado ao engajamento solidário nas lutas dos sujeitos do território – até a finalização do processo, quando acontece a validação e a comunicação do conhecimento co-construído (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016, p. 10)

Essa noção parte da compreensão de que as ações que envolvem a construção do conhecimento, notadamente num contexto que envolve populações vulnerabilizadas por injustiças ambientais, deve se dar por meio da co-laboração (FREIRE, 2005), ou seja, da ação de um trabalho conjunto, entre sujeitos cognoscentes, considerando os diferentes tipos de conhecimento, o diálogo entre os campos científicos e desses com o saber do povo e dos movimentos sociais presentes no território, respeitando os valores, as preocupações e as demandas daqueles que têm seus modos de vida impactados por empreendimentos econômicos. Assim, em vez de um conhecimento-regulação que mantém os sujeitos vulnerabilizados, poder gerar um conhecimento-emancipação (SANTOS, 1991), nomeando um saber ético, solidário, prudente e direcionado para a emancipação do ser humano.

CAPÍTULO 02 – A COMUNIDADE DO TOMÉ, A CHEGADA DO ESTRANHO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Cheguei à comunidade do Tomé, pela primeira vez, em 2012. Como arte/educador, conduziria um momento de um grupo focal, parte da pesquisa de minha namorada. Eu sabia, basicamente, três coisas: dos impactos do agronegócio sobre aquela população; do assassinato do seu líder comunitário, Zé Maria do Tomé; do medo e do silêncio da comunidade após esse assassinato. A comunidade, para mim, era um corpo homogêneo, vitimado, calado. Dei início à atividade cantando uma canção que dizia “nem sempre tudo está a nos favorecer, mas o dia pode ser o que se quer”²¹. Em minhas idas à comunidade, nos últimos cinco anos, aprendi muito, e destacaria três percepções ausentes na primeira visita: i) não, a vida não podia ser o que aqueles moradores e moradoras quisessem, como eu afirmei na mensagem existencialista presente na canção. Ainda que estivessem construindo sua história, esta se dava (se dá) num jogo de dissimetria de forças bastante desfavorável a eles; ii) havia resistência, contudo, de parte daquela comunidade e daí a existência dos conflitos ali instalados; iii) a história da comunidade é permeada pela chegada do estrangeiro, do estranho, dos “de fora” – da Universidade, inclusive, como a minha chegada naquela ocasião – sendo um dos fortes fatores, ainda que não o único, para a sua transformação.

Neste capítulo, pretendo apresentar um histórico da comunidade do Tomé, demarcando a chegada do estrangeiro como um fator de transformações socioeconômica, política e culturais. A chegada do estranho inaugura uma situação de pluralidade de ideias, de tempos históricos, de descompassos e de conflitos. Isso porque as relações sociais “têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 2012, p. 15).

Procuo fazer um diálogo entre a percepção de moradores, presente na primeira parte do roteiro de entrevistas – acerca do cotidiano da comunidade, antes e depois da instalação do conflito ambiental –, estudos sobre a “chegada do estranho”, sobretudo em

²¹ A canção se chama Solencanto (Canto ao sol), do compositor e interprete cearense Pingo de Fortaleza.

Martins (1993), e pesquisas anteriores realizadas na Chapada do Apodi e, mais especificamente, na comunidade do Tomé (ROCHA, 2013; SILVA, 2014).

O conceito de comunidade, que permanece importante para a Sociologia até os dias atuais, é prenhe de controvérsias. Se há concordância que o conceito indica, de modo geral, algum nível de homogeneidade, coesão, consenso e solidariedade em um grupo de pessoas, não há concordância, por exemplo, em relação aos problemas de origem, de interação, de desenvolvimento, de dissolução, apenas para citar os grandes problemas. Historicamente, na Sociologia clássica, o conceito de comunidade foi estudado por aqueles que buscavam compreender as transformações suscitadas pela modernidade e as marcas de ruptura com as tradições. Para Tönnies (1995), em seu importante estudo *Comunidade e Sociedade*, tendo sua primeira edição publicada em 1887, ao tratar o tema da solidariedade, compreende uma solidariedade orgânica na comunidade – dado que as relações são naturais, espontâneas – e uma solidariedade mecânica na sociedade – em vista da necessidade de regras artificiais para que seja mantida a unidade.

Durkheim, em uma resenha sobre a obra de Tönnies (DURKHEIM, 1995), de 1889, e, sobretudo, em *Da divisão do trabalho social* (DURKHEIM, 1999), publicado em 1893, compreende de modo diverso: a solidariedade orgânica é constituída na sociedade, gerada pela divisão do trabalho social. Durkheim (1999) afirma que os serviços econômicos prestados pela divisão do trabalho “são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (p. 21); enquanto a solidariedade mecânica é própria das relações comunitárias, sem diferenciação significativa das funções sociais, dotada de uma consciência coletiva que leva os indivíduos a agirem de acordo com ela – como uma peça de engrenagem. Na comunidade, o todo tem primazia sobre as partes; na sociedade, são as partes que formam o todo e, portanto, têm precedência.

Outro ponto controverso se refere à motivação para as mudanças sociais, se de ordem endógena ou exógena. Para Marx (*apud* HARVEY, 2013), a dissolução das comunidades camponesas está relacionada ao processo de acumulação primitiva, consistindo na transformação dos meios de subsistência e de produção em capital e na conversão dos produtores em trabalhadores assalariados e, assim, a ruptura com as práticas produtivas tradicionais é o ápice desse processo. Harvey (2013) afirma que,

para Marx, a lógica do capital é responsável por dissolver a comunidade tradicional a fim de reestruturá-la em torno desse capital: “passamos de um mundo em que a ‘comunidade’ é definida em termos de estruturas de relações interpessoais para um mundo em que prevalece a comunidade do dinheiro” (p. 282). Já para Weber (1991), observando a dissolução das comunidades na Europa, são os processos endógenos relacionados à formação educacional e cultural dos indivíduos das gerações mais recentes, em contato com diferentes “organizações” e instrumentos – escolas, associações, livros, músicas –, que os levam a estranhar a comunidade doméstica e buscar objetivamente a sociedade. Ao longo do tempo, teóricos como Polanyi (2000) e Castel (1998) se aproximaram mais de uma ou de outra percepção – ou mesmo juntaram elementos das duas – acerca da motivação para a mudança social nesse processo de estabelecimento da modernidade.

Martins (1993) reflete sobre comunidades – notadamente, indígenas e camponesas – no Norte do Brasil, na década de 1970, atingidas pela expansão do capital e por isso expropriadas de suas terras, submetidas a outras práticas produtivas, tendo suas relações sociais interrompidas, seus valores, suas regras e seu modo de vida menosprezados, quando não interditos, para dar lugar àquele que será reconstituído. O outro que ali já existia, que já habitava aquele território por décadas, não é percebido pelo agente da modernidade, do desenvolvimento – tal como, no século XV, o outro também não foi percebido quando os conquistadores europeus chegaram à América.

O avanço da fronteira econômica sobre territórios indígenas e camponeses traz consigo o estranho, o que vem “de fora”, o estrangeiro; e inaugura, assim, uma situação de desencontro, de estranheza, de perda, de dor, mas também de resistência e de luta, que denota na constituição desses indígenas e camponeses como sujeitos políticos.

A cerca só num sentido cerca a terra do índio e do pobre. Cerca, também, os direitos do proprietário, do fazendeiro, do capitalista. Cerca-os todos. Define o do pobre e o do rico. Mas, se o do pobre está dentro do que cercou o rico, então ao fechar, a cerca abre. Pois, a cerca fala, também, sobre os direitos daquele que foi cercado, os direitos do índio, do posseiro, do pequeno agricultor. Se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito. É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência para o direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça. E mostra não só a injustiça do cercamento, da usurpação, da má e errada distribuição da riqueza construída sobre a fome do pobre; mas também a injustiça da justiça, das instituições do Estado, das leis. A foice que roça, que limpa, que faz a juquirá, também tem aberto a cerca. A cerca cria o sentido

político do corte do arame farpado e do direito implícito que ele carrega (MARTINS, 1988, p. 11).

A comunidade do Tomé insere-se nesse processo de expansão do capital a partir da implantação do PIJA, intervenção estatal na década de 1980, que promoveu a reestruturação produtiva e o reordenamento do espaço agrário. Tal intervenção transformou o camponês, o agricultor familiar, em irrigante; em seguida, converteu a maior parte desses irrigantes e de outros trabalhadores rurais em “trabalhadores livres” para atender as demandas das empresas agrícolas nacionais e multinacionais, que ali foram se instalar; submeteu indivíduos e famílias que não se mostravam resignados aos interesses empresariais a ameaças e perseguições violentas; promoveu uma degradação da saúde da população, exposta à contaminação por agrotóxicos. Mas tudo isso, também, despertou para a necessidade da resistência, da disputa pelos bens naturais e pelas formas de viver e produzir no campo; instigou a constituição de organizações associativas pelos moradores; envolveu parte da comunidade em movimentos sociais; suscitou a participação das pessoas em ações organizadas pela Igreja ou pela Universidade (SILVA, 2014).

Nesse caso, porém, como observa Martins (1993), “o estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social” (p. 13). São esses que, vindo “de fora”, pertencendo, então, a outro mundo social, envolvidos em diferentes projetos e ações – contrários, alheios ou solidários às populações locais – permeiam a história dessa comunidade e provocam transformações, novas relações sociais e de produção, novos sujeitos políticos, portanto, como podemos perceber no momento atual.

2.1. As origens da comunidade e seu estabelecimento

Moradores da comunidade do Tomé dizem que nas primeiras décadas do século XX um índio ou, talvez, um vaqueiro – “um índio forasteiro”, como consta em um relato escrito pela comunidade (ROCHA, 2013, p. 153) –, um estranho, se “arranchou” no “beirão da lagoa” e ali passou algum tempo. Num período de estiagem,

em que a lagoa secou, o índio partiu, deixando o seu apelido, Tomé – o nome dele não se conhece –, gravado em uma pedra no fundo dessa lagoa.

É o começo, é o mito de origem (ELIADE, 2004), momento que demarca o início da própria cultura, que se deve preservar com um bem valioso. “A origem de uma coisa corresponde à criação dessa coisa” (p. 39). Essa história é contada com frequência para os visitantes que chegam à comunidade e, assim, o mito é atualizado periodicamente, impingindo um marco inicial a partir do qual se dá as transformações ulteriores.

Nessa história, destaco três pontos: a) o tempo que o índio permaneceu; b) o nome do índio; c) o lugar em que ele se “arranchou”. Por quanto tempo mesmo ele ficou? Alguns relatos dizem que alguns dos primeiros moradores, como Lino de Zezé e Inácio Lixando, que chegaram à região entre as décadas de 1920 e 1930, conheceram o índio que tinha permanecido ali por bastante tempo. No entanto, apesar do tempo longo, permaneceu sendo o “forasteiro”, o estrangeiro, possivelmente porque, como afirma Simmel (2005), era visto como não pertencente àquele lugar, suas qualidades não se originavam dali e não havia superado o “movimento de ir e vir”, era um viajor. O índio ficou, então, o tempo suficiente para conferir um destino a esse lugar.

Sobre o nome Tomé, escolhido para denominar a comunidade, o que é, por demais, significativo, trata-se de uma palavra em aramaico que quer dizer “gêmeo”²², também pode ser entendido como “irmão”, mas, sobretudo, é reconhecido nome bíblico, tendo sido um dos doze apóstolos do Cristo. Vamos perceber que um segundo marco de fundação da comunidade é a construção de uma igreja e que a religião católica estará na base da sociabilidade e da sua organização. É curiosa, contudo, a ideia de que Tomé era o apelido e não o nome próprio do índio. Entre os Ticuna, mas não só entre eles, pois a ideia é difundida entre vários povos indígenas no Brasil, a palavra é mágica, a palavra pode criar a realidade (DIAS; GAMBINI, 1999), e, para alguns povos Tupi, o nome próprio é resguardado a ponto da pessoa não saber o seu nome, e só a mãe o sabe. Se considerarmos que foram os Potiguar (do ramo Tupi), um dos primeiros povos a habitarem as margens do rio Jaguaribe, a partir do século XVI (STUDART FILHO, 1965), podemos pensar que, mesmo Tomé não sendo um nome indígena, o que está por trás do nome ocultado confere uma base indígena mais profunda à história, ao mito fundador da comunidade.

²² Cf. Tomás, em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_\(prenome\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_(prenome)).

Por fim, a história demarca o território natural, terras livres, onde se pode arrancar por muito tempo, com disponibilidade de água. O espaço físico natural estava dado para que camponeses e camponesas pudessem socializá-lo, por meio do trabalho, fornecendo-lhes elementos de sua própria natureza (humana), conformando uma dimensão imaterial do território, ou seja, a dimensão da cultura, que significa, valora e (re)cria a realidade. Não há histórico da comunidade que não se refira à lagoa, e mesmo alguns moradores que sequer chegaram a vê-la – dado que foi drenada em obra da prefeitura municipal de Limoeiro do Norte, no início da década de 1990, após um transbordamento (ROCHA, 2013) – se referem a ela como algo presente. Emanuel²³, um morador, de 22 anos, nascido após a drenagem da lagoa, assim se expressa:

(...) nós temos uma lagoa, que você conhece, é um marco importantíssimo no crescimento da comunidade, foi a partir dali que surgiu a comunidade, agora que valorização nós damos pra essa lagoa? Porque não vir uma pesquisa, da engenharia, pra descobrir algo inovador, juntamente com o contexto histórico, para revitalizar, para que aquela lagoa fosse preservada?

Percebemos o quanto a história da lagoa e do índio de apelido Tomé permeia o imaginário e o cotidiano dos moradores da comunidade. No entanto, se essa história apresenta o lugar natural, passível de ser habitado, e marca a origem mítica do nome, a história que explica a organização do povoado é outra.

Relatos de moradores indicam que, nos períodos chuvosos, eram comuns as inundações das terras que ficavam às margens do rio Jaguaribe, áreas de várzea. Para escapar das cheias e fazer suas plantações, algumas famílias buscavam as terras mais altas da Chapada do Apodi. “O dono da casa vinha trabalhar por aqui, se agradava, a terra muito produtiva, muito fértil, aí trazia a família, dava fé construía um barracozinho e, assim, foi construindo. Foi quando passou a se chamar povoado do Tomé”, diz D. Bete, moradora, 58 anos. Eram moradores transitórios, de hábitos seminômades, que se dedicavam a uma agricultura de sequeiro em meio à plantação nativa – como afirma Gatto (1999) ao dizer que a vegetação original, a caatinga (savana estépica) era “entremeada por plantios tradicionais como milho e feijão” (p. 17). Também havia aqueles que trabalhavam em sistema de “arrendamento”, alugando a terra de grandes proprietários – os “senhores dos carnaubais” – e pagando em parcelas da produção.

²³ Utilizaremos nomes fictícios para os entrevistados.

Nessa região, como no país, de modo geral, também era grande a concentração de terras e o desequilíbrio na estrutura fundiária (GATTO, 1999).

Foi na década de 1930, no entanto, que ocorreu um fato que marcou decisivamente a constituição da comunidade: um padre, vindo de Quixeré para dar uma extrema unção na Chapada, resolveu se “arranchar” na casa de um morador, Lino de Zezé, para descansar. Ali, teve um sonho em que uma voz lhe dizia que aquele seria o lugar a ser construído um santuário à Nossa Senhora de Fátima. Nos meses seguintes, bem próximo à lagoa, o Padre Oliveira – depois, Monsenhor Oliveira – se dedicou a construir uma capela. “Era uma capelinha com um cruzeiro na frente, um comodozinho pequenininho, cercado de cerca de arame”, diz Helena, moradora, 40 anos. A capela foi inaugurada em 1940²⁴ e o pároco organizava missas no dia 13 de cada mês, reunindo um grande número de pessoas. D. Bete afirma,

(...) tinha as missões na época do Monsenhor Oliveira, todos os meses tinha aquela missa do dia 13, aí vinha muita gente, ia se agradando e, graças a Deus, não foi tão vagoroso pra formar a nossa comunidade. Muito bom o local, a gente se sentia muito à vontade, porque só existiam pessoas boas, que a gente se considerava praticamente família.

D. Bete mostra como a sociabilidade religiosa foi fundamental para reunir e manter as pessoas no lugar, criando um sentimento de localidade. Cândido (2001) tratando dos bairros rurais em São Paulo – embora as comunidades não sejam conhecidas por tal denominação no Ceará, podemos reconhecer validade no conceito – refere-se a uma “porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (p. 84).

Os moradores transitórios foram se tornando posseiros dada a possibilidade de trabalho, com a existência de terras férteis e livres, como afirma D. Bete: “todo mundo tinha o seu cercado pra plantar, tinha uma manga pra colocar os animais, fazia uma casa lá no meio do mato, tinha sua criação, seu gadinho, suas cabecinha de gado e quando você soltava na manga tinha pasto pra criar”. Os hábitos religiosos foram se firmando com as missões, as festividades, a promessa feita pelo padre para conter um surto de malária, estabelecendo que as mulheres só poderiam entrar na igreja trajando blusa de

²⁴ A capela é motivo de uma querela política, pois sendo o Padre Oliveira o pároco da Vila de Quixeré, à época pertencente ao município de Russas, constrói a capela em área do município de Limoeiro do Norte, exigindo um posterior acordo entre os municípios que acabaram por definir a capela como os novos limites municipais, a despeito de dividir a comunidade que havia crescido em torno da capela. A área da comunidade permanece dividida até hoje, trazendo diversos problemas para os moradores.

manga longa. E, assim, se foi gestando as tramas da sociabilidade na comunidade do Tomé.

Para Tönnies (1995), podemos reconhecer três tipos de comunidade, que se entrelaçam, envolvendo diferentes relações: comunidade de sangue (relações de parentesco), comunidade de lugar (relações de vizinhança) e comunidade de espírito (relações de amizade). Tönnies parece criar um certo gradiente de organicidade entre os tipos, ao dizer que a comunidade de espírito é de natureza mental, portanto menos interior e orgânica que as outras, mas demonstra o caráter estruturante dos três tipos de comunidade (LIFSCHITZ, 2011). E, ainda que não fique tão claro na obra de Tönnies o delineamento da comunidade de espírito, ele afirma que “aqueles que compartilham uma mesma profissão ou uma mesma condição, como aqueles que em verdade participam da mesma fé, reconhecem-se entre si, pois estão ligados pelos mesmos laços e trabalhando em uma mesma obra” (TÖNNIES, 1995, p. 240), o que nos leva a depreender que esse tipo de comunidade se forma, notadamente, baseada nas relações construídas por meio do trabalho e da religião. E, desse modo, no cruzamento dos três tipos de comunidade é que vamos compreendendo a constituição da comunidade do Tomé.

Entre as décadas de 1940 e 1980, a comunidade se estabeleceu com significativo nível de homogeneidade, coesão, consenso e solidariedade. Em termos de trabalho se praticava, pela maior parte dos moradores, uma agricultura de sequeiro – com a roça plantada no período chuvoso, sem a necessidade de irrigação –, voltada para a subsistência – às vezes, contando com excedente –, envolvendo o trabalho de toda a família. Lembra Helena,

A gente colhia milho, feijão, mandioca, melancia, jerimum, maxixe, quiabo, pimentão, tudo tinha. Ele [o pai] plantava e a gente colhia. Lembro da minha mãe, aqui (aponta o lugar da casa), ralando o milho. A gente tinha o moinho pra passar o milho que secava pra fazer cuscuz, tinha tipo uma escala de cada um, na semana, moer o milho pro almoço.

Helena nos diz que a dieta básica era retirada da roça da família, no entanto, alguns produtos não faziam parte da produção familiar – sal, açúcar, óleo, arroz, etc. –, e para adquiri-los era necessário algum dinheiro, conseguido por meio de trabalho na colheita do algodão.

O algodão de Seu Alderico Pinto, que era um homem aqui da comunidade que tinha muitas terras, plantava o algodão e na época da colheita empregava muita gente, todo mundo ia pro algodão de Seu Alderico. Mamãe ia e levava os meninos porque “quanto mais cabra, mais cabrito”, ou seja, quanto mais gente, mais conseguia encher, e era pago no peso.

Importante perceber que na organização familiar das comunidades tradicionais, o trabalho é compartilhado por todos, inclusive pelas crianças. Para Martins (2004-2005), “tem remota tradição o estar junto no trabalho como modo de trabalhar que reúne pais e filhos em diversas funções de uma mesma atividade” (p. 34), simplesmente porque o viver e o educar não estão separados, não há dicotomia entre trabalhar e aprender, como acontece, de modo geral, no meio urbano, notadamente, nas escolas. Canclini (1983) mostra que o trabalho nas comunidades tradicionais é apoiado numa interpenetração de funções, onde se entrelaçam “unidade básica de produção agrícola, oficina artesanal e aparelho educacional e ideológico” (p. 77). Ou seja, trata-se de um trabalho que, além de produzir o alimento para a manutenção familiar, oferece a oportunidade para o aprendizado de saberes e para a partilha de sentidos e significados fundamentais para a reprodução do grupo social.

Nas épocas de seca, ou nos anos de estio, moradores da comunidade faziam a criação de animais, extraíam madeira, faziam pequenas caieiras (forno para fazer cal), as mulheres se dedicavam à produção de pequenos utensílios e objetos de palha de carnaúba – vassoura, bolsa, chapéu, boneca, corda, etc. – para vender nos distritos e nas sedes dos municípios – Flores, Miguel Pereira, Quixeré, Limoeiro do Norte. Já os homens, nos períodos mais longos de seca, eram obrigados a buscar emprego nas construções de estrada e de açudes, na região, ou na construção civil, em estados do Sudeste. Martins (1993) chama atenção para a situação de exploração vivida por milhares de camponeses em tais períodos (estima-se dois milhões de camponeses do semiárido nordestino em construção de estradas, barragens e açudes, em 1983), trabalhando para o Estado – pagos com dinheiro público mas, não raras vezes, em terras privadas e sob a pressão dos fazendeiros e seus jagunços –, recebendo um salário mensal de Cr\$ 15.300,00 (cerca de US\$ 21,00).

A solidariedade na comunidade era expressa fortemente nos mutirões. Há relatos de, pelo menos, três tipos de trabalho em que os mutirões eram requeridos: nas roças, principalmente no período de colheitas; nos reboques das casas de taipa após a

estação chuvosa, dado que o barro desmanchava com as chuvas; na debulha do feijão. Helena lembra o clima de amizade e solidariedade presente nessas ocasiões.

(...) eu lembro aqui, nessa casa, as debulhas de feijão, desse lado da casa até o final era um quarto só, como se fosse um corredor, onde meu pai colocava os “buiões” pra armazenar o feijão. Eram quatro ou cinco “buiões”, e a gente “debuiava” à noite, reunia todo mundo, conversava, fazia o café, fazia a pamonha, fazia a canjica, e quando cuidava tinha umas quarenta pessoas, na sala, na calçada, em todo canto, uns com bacia, outros sentados no chão.

Nesse caso da debulha do feijão, tudo indica que se tratava de uma reunião espontânea da vizinhança que ia chegando e participando do trabalho. Em outras ocasiões, poderia haver uma convocação por um dos vizinhos para a realização de um trabalho conjunto, se colocando na obrigação moral de retribuir o trabalho daqueles que o ajudaram. Para Cândido (2001), o regime de mutirão acaba por estabelecer “a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para sua unidade estrutural e funcional” (p. 89), ou seja, a proximidade física e o tipo de trabalho agrícola que, muitas vezes, os “braços” da família não davam conta, levavam à necessidade de cooperação, que fortalecia as relações sociais.

Pensando acerca da unidade do grupo comunitário, perguntei à Helena se havia algum tipo de associação para debater e deliberar sobre os problemas ou necessidades da comunidade. Ela disse que não havia nenhum tipo de organização até a década de 1980, e que as decisões eram consensuadas, sendo a religião católica responsável pela união da comunidade. Para Tönnies (1995), o consenso, entendido como “os sentimentos recíprocos comuns e associados, enquanto vontade própria de uma comunidade, (...) representa a força e a solidariedade social particular que associa os homens enquanto membros de um todo” (p. 243), e é fator primordial para definir uma comunidade.

Vale destacar que não ouvi relatos de desavenças ou de agressões entre os moradores até este período, a década de 1980; no entanto, esse quadro mudou a partir da chegada das empresas, dos trabalhadores vindos “de fora” e da abertura de bares com venda de bebidas alcoólicas, como veremos adiante.

Ainda nesse período também não existia uma escola, propriamente dita, na comunidade, mas um pequeno espaço, com duas classes multisseriadas, em que as

professoras – “mestres-escola”, educadoras leigas, ou seja, pessoas da comunidade que tinham conseguido fazer as séries iniciais da educação formal – compartilhavam o pouco do que sabiam, ensinavam a base da leitura, da escrita e das operações matemáticas e conferiam as séries de acordo com o que tinham realizado. Como afirma D. Bete,

Eu vim estudar aos 8 anos [em 1967]. Não existia creche, primeiro grau, segundo grau... era uma escolazinha, a professora era a Dalvani Lima, filha de Seu José Galdino, e a Diniz, de Seu Cândido. Eram as duas professoras que tinha aqui na comunidade. Era de 15 a 20 alunos em cada sala, de toda a comunidade. E era misturado, adultos de 18 anos, 16 anos, e criancinha de 5 ou 6 anos que a mãe queria que fossem lá. Era tudo misturado. Mas elas atendiam muito bem. E quando a criança terminava o ano, aquela criança pequena saía, já sabia ler a carta do ABC. Ela era muito boa professora. (...) Ah, Fernando, eu tinha um orgulho muito grande e muito mais dessa professora. Porque eu parei de estudar na quinta série, que era a escolaridade dela.

Em seguida, D. Bete diz como, estando agradecida pela oportunidade de aprender, pode retribuir o que recebeu, passando a ensinar na comunidade por meio de programas do governo e de organizações da sociedade civil para a diminuição do índice de analfabetismo no país.

Eu ensinei pro MOBREAL [Movimento Brasileiro de Alfabetização], não sei se você se lembra que tinha (...); ensinei o MEB [Movimento de Educação de Base], o MEB era pelo rádio, aí você captava aquilo e passava pros alunos. Ensinei naquele colégio ali, Raimundo Albino, seis meses, no lugar de outra professora, Dona Margarida, lá do Cercado do Meio. Ela adoeceu e eu ensinei seis meses. Tudo isso, praticamente, com o quinto ano. Porque nesse quinto ano, eu aprendi tudo. Aprendi a contar, aprendi a escrever, aprendi a lidar com pessoas, pra mim foi muito muito muito (*sic.*) bom até esse quinto ano.

Chama a atenção a referência que D. Bete faz em relação a “aprendi a lidar com pessoas” como um dos aprendizados de tudo o que ela aprendeu até o quinto ano. Trata-se de um conteúdo atitudinal no processo de educação formal – que não consegui aprofundar porque não atentei para ele no momento da entrevista – que nos leva a considerá-lo como um desses conhecimentos vindos “de fora”, e que é um potencial gerador de transformações nas relações comunitárias.

Os dois movimentos que ela se refere guardam diferenças bastante significativas. O MEB foi um movimento de educação de jovens e adultos, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com uma forte influência de

Paulo Freire, enquanto o MOBRAL foi um movimento criado pelo Governo Militar, voltado para uma alfabetização funcional, para substituir o método freireano de educação de jovens e adultos, o que torna claro os aspectos políticos e ideológicos subjacentes às proposições educacionais. Na década de 1970, as relações entre a Igreja e o governo ditatorial tornaram-se bastante problemáticas, inclusive, com a prisão de sacerdotes, motivada principalmente pelo envolvimento da Igreja com as lutas dos camponeses²⁵.

A década de 1980, período de redemocratização no país, marca também a chegada de um novo pároco em Quixeré, que assumiria as atividades da capela de Nossa Senhora de Fátima, na comunidade do Tomé. Lembra Helena que

(...) quando o Monsenhor Oliveira ficou doente, se afastou, chegou o Padre Diomedes de Carvalho, que era um padre idoso, mas muito mais moderno em termos de pensamento. Aí foi na época que ele começou a agregar as pessoas na igreja, convidar, e a disseminar as pastorais, porque com o pároco antigo a gente não tinha essa ideia de uma Igreja participativa, era ele centralizando a missa e, acabou, era todo mundo pra casa.

O Padre Diomedes – mais tarde, Monsenhor Diomedes – implantou na comunidade do Tomé a ideia de um “novo jeito de ser Igreja”²⁶, afinado com o *aggiornamento* (atualização ou renovação da Igreja), como proposto pelo papa João XXIII²⁷, na década de 1960. Sublinhou a dimensão da participação comunitária, instituiu os círculos bíblicos, interrompeu a obrigatoriedade de as mulheres trajarem blusa de manga longa para entrar na Igreja – hábito que durou mais de 40 anos –, aproximou a Igreja da realidade vivida pela comunidade, dialogou com os jovens.

(...) teve uma época que a gente tinha um grupo de jovens muito ativo, a gente mesmo fazia as reuniões, preparava apresentações culturais pra a gente fazer na praça, dramatizações de uma música, de uma história, principalmente, depois das celebrações, envolvia os jovens para que eles fossem se desinibindo. Nas reuniões, a gente escolhia um tema que o grupo quisesse falar e sentava todo mundo na casa paroquial e a gente ia conversar sobre o tema. Nessa época, ninguém falava em drogas, mas falava de gentileza, do envolvimento com as pessoas da comunidade, de várias temáticas.

²⁵ Cf. Repressão na Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968/1978), documento informativo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), de 1978.

²⁶ Como consta na música Ofertório da Comunidade, de Zé Vicente, “novo jeito de sermos Igreja, nós buscamos, Senhor, na Tua mesa. (...) Na busca de um mundo novo, onde os pobres vão viver”.

²⁷ O papa João XXIII, o “papa da bondade”, além da renovação da Igreja, propunha o ecumenismo e a liberdade religiosa, sendo chamado por católicos tradicionalistas de “radical esquerdista”.

O momento da chegada do padre e o estímulo a novas formas de relação com a igreja, com a comunidade, com a juventude coincidiu com o momento da implantação do projeto de irrigação, que mudaria completamente o perfil da região.

2.2. “O bom tempo por pouco tempo” – a implantação do PIJA

Em meados da década de 1980, o Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)²⁸, iniciou a implantação do PIJA²⁹, na Chapada do Apodi, com a intenção de alterar a base técnica da agricultura e, assim, aumentar a produtividade, fruto do processo de modernização agrícola que teve início na década de 1960 (RIGOTTO, 2011). A racionalidade no uso dos espaços agrários, com o conseqüente reordenamento do território, previstos nessa política pensada pelos militares e consoante com um determinado modelo de desenvolvimento, significaram profundas mudanças nas práticas produtivas e nas relações sociais dos moradores da região que ali habitavam por, pelo menos, quatro décadas.

Nesse momento uma Assembleia Nacional Constituinte estava sendo convocada para elaborar nova Constituição para o país. Deputados e senadores tinham a oportunidade de atender as reivindicações dos milhões de camponeses brasileiros que pediam uma Reforma Agrária. A Constituição Federal de 1988 nada significou acerca de avanços estruturais para a Reforma Agrária e, outra vez, se legislava no Brasil atendendo aos interesses das classes dominantes (MARTINS, 1993).

Na Chapada do Apodi, de acordo com Freitas (2011), a implementação do PIJA significou a desapropriação das terras de 320 famílias e a extinção de diversas pequenas comunidades. Talvez, seja mais preciso definir o ocorrido como uma expulsão, em vez de desapropriação ou expropriação, dado que em sua maioria eram famílias de posseiros que não tinham o título de propriedade – logo, não se lhe podia tirar a propriedade – e, nesse caso, foram expulsos recebendo apenas a indenização pelas benfeitorias. Houve a ação de um grupo de 16 grandes e médios proprietários que

²⁸ O DNOS foi extinto em 1990. O PIJA passou à responsabilidade do Ministério da Integração e, posteriormente, em 1998, foi assumido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (FREITAS, 2011).

²⁹ O PIJA é um dos 38 perímetros irrigados construídos no nordeste brasileiro, entre 1968 e 1992, na área conhecida como “polígono das secas”.

persuadiu os posseiros de que o melhor a fazer era se reunirem para pedir o usucapião coletivo, pois, assim, regularizavam as terras e receberiam maiores quantias. A estratégia foi utilizada, mas o valor pago não foi repassado aos posseiros (FREITAS, 2010). Muitos desses posseiros também ofereceram resistência e só saíram após o convencimento de funcionários governamentais – iludidos pelo argumento de que logo eles voltariam a ter terra, de forma organizada, com garantia de água, com acompanhamento técnico, com empréstimo pelos bancos para a compra de equipamentos; ou pela pressão com a ideia de que não havia escolha e, querendo ou não, eles teriam de sair.

No entanto, a Lei municipal 569/87, do município de Limoeiro do Norte, que autorizava a doação de terras para o projeto de irrigação, preservava algumas comunidades constituídas, entre elas, a comunidade do Tomé – com vistas ao assentamento de famílias que, não ingressando no projeto de irrigação, poderiam servir de mão-de-obra para os irrigantes (RIGOTTO; FREITAS, 2014). Muitas das famílias expulsas de suas terras, então, migraram para a comunidade do Tomé, promovendo um aumento populacional significativo. E muitas das famílias da comunidade do Tomé, apesar de terem garantidas as suas casas, perderam suas terras de trabalho, onde plantavam sua roça, criavam seus animais, como se referiu D. Bete anteriormente.

Apesar do ocorrido, quando perguntei à Helena sobre a reação dos moradores no momento em que se anunciou a implementação do projeto de irrigação, ela falou de um sentimento de euforia na comunidade, principalmente, entre aqueles moradores que já haviam sido cadastrados para serem irrigantes, porque se acreditava que o Perímetro Irrigado traria muitos benefícios para esses agricultores - garantia de água para a irrigação, acompanhamento técnico, equipamentos, apoio do Estado para a comercialização dos produtos.

(...) lembro, até porque meu pai tinha as terras que foram do meu avô, e eu lembro muito da “zoeira” que aconteceu porque era uma riqueza, as pessoas diziam, “quem tem [terra], vai ficar rico” (...). Quem tinha terra foi pra lá, acompanhar, ver as máquinas chegar, começar a delimitação dessas terras, os donos colocarem as placas, e tinha aquela animação porque o povo ia plantar e ia ter dinheiro.

Os relatos dão conta de que nos primeiros anos os irrigantes conseguiram “tirar saldo da plantação”, ou seja, a produção deu lucro, o que animou ainda mais a

comunidade. Daí, as famílias começaram a construir suas casas de tijolos, comprar eletrodomésticos, televisão, guarda-roupa. Começou, de repente, a aparecer um grande número de motocicletas na comunidade. Alguns irrigantes, assumindo certo espírito empreendedor, começaram a comprar mais terras, a investir na construção de casas.

No entanto, essa realidade não durou muito tempo. “Porque [muitos agricultores] receberam a terra e foram obrigados a vender, eles não sabiam plantar, não sabiam produzir em cima daquilo que estava sendo reorganizado”, diz Emanuel, um dos moradores entrevistados. Bursztyn (2008) se referindo, de um modo geral à implementação dos Perímetros Irrigados, fala do autoritarismo dentro das áreas irrigadas por parte do Estado, direcionando a organização social e técnica da produção, que exigia não só uma mudança nas práticas produtivas, como a constituição de outra identidade dos irrigantes. Estes eram levados a comportamentos individualistas e de competição, na perspectiva de que era necessário promover a ideia da livre-concorrência pelo mercado. Para ter acesso aos créditos subsidiados pelo Banco do Brasil, tinham que atender a uma série de burocracias, incluindo a elaboração de projetos e relatórios técnico-financeiros. Para atender a isso, eram praticamente obrigados a buscar a Empresa de Assistência Técnica e Rural (EMATER), que elaborava e administrava a execução do projeto, mas, em contrapartida, exigia a implementação dos pacotes tecnológicos, acompanhada por técnicos que determinavam “o quê, como, quando, quanto e onde produzir” (p. 58). E, assim, o Estado agiu no sentido de dissolver as relações sociais tradicionais e gerar novas relações sedimentadas sobre a lógica do capital, como definido por Harvey (2013).

Muitas dificuldades surgiram para os irrigantes do PIJA. Para além do estorvo de ter que lidar com as novas técnicas de produção, eles ainda enfrentaram outros problemas, como o da falta de honestidade de algumas pessoas (o que era raro nas relações comunitárias). Moradores relatam que os responsáveis pela criação de uma cooperativa, criada para intermediar os empréstimos com o banco, não fez o repasse do pagamento efetuado pelos irrigantes, tornando-os inadimplentes e, desse modo, sem acesso ao crédito. Por conta disso, os irrigantes ficaram sem poder adquirir novos insumos e sem plantar, começaram a vender ou arrendar os lotes, pensando que era melhor se livrar das terras do que tê-las paradas. Diana, moradora, 45 anos, lembra que seu pai ainda conseguiu se sustentar por um tempo.

Ele tinha outra terra que não era dentro da área do projeto, e os meus três irmãos, homens, trabalhavam com ele. Ele levava os meninos na garupa da bicicleta e plantavam o feijão, o milho, o jerimun, a batata. E conseguiam plantar e conseguiam vender. (...) até que chegou um tempo que não tinha mais condições e começaram a vender os lotes, acabou que os pequenos irrigantes ficaram sem nada e os grandes tomaram conta.

O que permitiu uma sobrevivência no projeto de irrigação para esse agricultor foi a utilização paralela das práticas tradicionais. Isso porque, a lógica dos projetos de irrigação não oferecia a possibilidade de continuidade para os agricultores camponeses. E o resultado foi a exclusão de grande percentual desses irrigantes nas áreas do PIJA (ultrapassando os 80%), entre os anos de 1990 e 2000, sendo tal exclusão justificada pela inaptidão tecnológica e a falta de capacidade gerencial (RIGOTTO; FREITAS, 2014).

D. Bete vê aí uma profecia dita há muitos anos por seus avós.

(...) Porque assim que esses projetos chegaram por aqui, era muito bom tempo. (...) meus avós diziam, “minha filha, chegará um tempo que é bom tempo por pouco tempo”. Eu não compreendia, não sabia o que era. Quem já viu, “bom tempo por pouco tempo”? Porque que esse tempo, que é bom, não é por toda a vida? Eu não entendia.

Segundo Lefebvre (1981), o equilíbrio material que garantiu a reprodução social das comunidades rurais, por séculos, não se dá de forma irracional e mecânica, ao contrário, está firmemente assentado numa espécie de sabedoria camponesa, “curiosa combinação de prudência, iniciativa, desconfiança, credibilidade e costume” (p. 145). Pois é essa sabedoria que profetiza uma possível interrupção no processo de reprodução da comunidade se, de forma imprudente, as gerações futuras se deixarem iludir pela novidade de uma propalada riqueza – o bom tempo –, pois essa, vinda “de fora”, não sendo gestada nos costumes e na concretude do real, está fadada a uma existência reduzida – por pouco tempo.

A existência das populações camponesas é constituída por um conjunto de dimensões: da cultura; do sentimento de comunidade, presente na história da capela do Padre Oliveira; do imaginário do mito, que trata do acampamento de um índio de apelido Tomé nas margens da lagoa; enfim, construções simbólicas que gestam o território, que tornam o lugar conhecido e apropriado e sustentam um modo de vida, ou seja, têm importância vital para ela. Tudo isso é, constantemente, desprezado pelos economistas e técnicos do governo. Mesmo um economista crítico e sensível aos

problemas sociais no campo, como Celso Furtado, advogou no sentido de alterar as práticas de produção – reduzindo a agricultura tradicional, facilitando a criação de pequenas indústrias – e de transferir as populações para outras áreas: “(...) não cabe nenhuma dúvida de que o futuro do Nordeste está em criar emprego fora da zona semiárida. (...) levar gente para outras áreas, para o Maranhão, colonizar onde há terras abundantes” (FURTADO, 1998, p. 31). Como se essa gente fosse uma massa a ser manuseada, independente de sua vontade. Não havia nenhuma consulta a essas populações sobre as mudanças que alterariam drasticamente o seu modo de vida.

Para o Estado autoritário, paternalista, as decisões deviam ser tomadas por “quem entende”, e ao povo cabia cumprir as decisões pois aquilo era o melhor para ele. Não cabia, pois, – como ainda não cabe, em pleno século XXI – às populações analfabetas discutir sobre as decisões que diziam respeito à sua própria condição de reprodução, de permanência, de vida. Os técnicos, sejam os do governo, os das universidades ou os do mercado, constantemente confundiram a ausência do letramento – ou o analfabetismo, como se chamava – com a ignorância, com a ausência da sabedoria.

Martins (1989) afirma a necessidade fundamental de os profissionais que atuam junto às classes populares reconhecerem suas culturas como uma teoria imediata da realidade, devendo ser pensada como um “conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo” (p. 111). As classes populares têm modos particulares e legítimos de representação, visões de mundo, percepção de tempo, e se não podem explicar a realidade como um todo, e por isso recorrem aos mitos, é preciso lembrar que também a cultura universitária ou científica, ou qualquer outro tipo de conhecimento, não explica tudo.

Foi também Furtado que, quando criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no governo de Juscelino Kubitschek, tentou aprovar um plano de irrigação, associando irrigação à desapropriação de terras – com o intuito de intervir na estrutura agrária, com propriedade e renda bastante concentradas. Esse plano foi rejeitado pelo Congresso – à época, como agora, havia uma firme representação dos ruralistas. Posteriormente, a ideia foi utilizada pelo Governo Militar para a implantação de perímetros públicos de irrigação. Os militares já haviam apoiado Furtado quando da apresentação do projeto pela SUDENE, no início da década de 1960, dado o interesse de manter a ordem e extinguir os conflitos por terras que

irrompiam pelo país. Furtado, fazendo uma análise do que ocorreu no projeto de irrigação no rio São Francisco, em meados da década de 1960, conclui que a estrutura agrária no Brasil tende a se (re)concentrar e que o Estado deve agir para evitar certos desequilíbrios (FURTADO, 1998).

Quando saí [da SUDENE], já haviam desapropriado bastante terra, que era utilizada para irrigação, em projetos com pequenos lotes. Isso foi um pouco modificado. Na verdade, a terra voltou a se concentrar, como sempre acontece. Se não houver uma vigilância muito grande, essa terra dividida tende a ser comprada por um e por outro (p. 22).

Foi exatamente esse fenômeno de reconcentração de terras que vimos no PIJA, em que “os pequenos irrigantes ficaram sem nada e os grandes tomaram conta”, como nos contou Diana.

Nos anos 2000, empresas como Frutacor, *Del Monte Fresh Produce Brasil e Companhia de Promoção Agrícola* se instalaram no perímetro, atraídas pelo “novo modelo de irrigação” (MMA; SRH; DNOCS, 1997), e provocaram a conversão de parte dos moradores da região em força de trabalho, demarcando a funcionalização das terras para a produção de *commodities* agrícolas, num movimento de expansão das fronteiras de acumulação do capital.

Para Geraldo, morador da comunidade, 45 anos, a chegada das empresas trouxe duas coisas diferentes: “Primeiro, o desenvolvimento, o emprego, a renda. Mas, também, a questão dos conflitos. Com a chegada das empresas agrícolas, veio o conflito com o pequeno produtor, tirando ele de seu setor para a implantação de grandes empresas”. Geraldo toca no tema dos conflitos, central para nossa análise. E nos vem algumas perguntas: que desenvolvimento é esse que gera conflitos? E que tipo de conflitos são gerados por tal desenvolvimento?

Entendemos que o termo conflito pressupõe um antagonismo, um desacordo, um choque; logo, só pode se dar quando um grupo social, tendo sua terra e/ou seu território ameaçados por outro grupo social, decide mover uma resistência. Portanto, só há conflito se há resposta da vítima. Por isso mesmo, esse não é um estudo sobre o impacto da ação do Estado, dos empreendimentos ou do que vem “de fora” sobre a comunidade, o que levaria facilmente a uma concepção unilateral das consequências da ação. Compreendemos que as populações são atingidas, sim, mas há, ao mesmo tempo, “uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos

vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios” (MARTINS, 1993, p. 64). Um exemplo disso é que as comunidades organizadas em uma associação – Associação de Ex-irrigantes do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA) – denunciou a invasão de terras por empresas nacionais e transnacionais. O Ministério Público Federal, em audiência, em 2009, exigiu que o DNOCS procedesse com medidas de retomada e regularização da área pública em poder das empresas (FREITAS, 2010).

Sabemos, com base em E. P. Thompson (1998), que, em países como a Inglaterra, notadamente no século XVIII, havia entre as classes populares um pensamento conservador, consensuado, disposto a defender os direitos e os costumes tradicionais. Tratando dos grandes motins movidos pela população pobre, em decorrência do aumento de preços de produtos alimentícios – do pão, por exemplo –, de certas práticas dos comerciantes ou da fome, o autor mostra que na base dessas ações populares estavam concepções acerca do que é legítimo em termos de comércio, das atividades dos que faziam o pão ou dos moleiros (proprietários das moendas de trigo, que também interferiam no preço do pão), ao mesmo tempo em que havia uma visão acerca das normas e das obrigações sociais, que ele chamou de “economia moral”. Pois é essa economia moral, assente em direitos pré-capitalistas, que exigia certas condições e limites à autoridade do Estado – ainda incipiente, naquele período – e à reprodução ampliada do capital. Para E. P. Thompson, a economia moral dos pobres trazia noções a respeito do bem estar comum tão apaixonadamente defendidas e “que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, refêns do povo” (p. 152).

Porém, como explica Martins (1993), no Brasil, o processo foi outro. “A começar pelo fato de que não houve, no país, uma forte tradição das corporações de ofícios (extintas com a Constituição de 1824) que pudessem exigir o reconhecimento de um direito anterior à grande expansão do capital” (p. 66). Ou seja, não havia organizações que pudessem dar forma à luta – os camponeses não tinham ao seu lado quem os apoiasse – e, o que é mais grave, não havia direitos assegurados pelos quais se pudesse brigar. “Os hoje chamados camponeses não tinham direitos, nem mesmo direito de propriedade (ou de co-propriedade, como na Europa medieval). Eram moradores de favor ou ocupantes de terra” (p. 67). Se formos analisar a Lei de Terras, no Brasil, promulgada em 1850, veremos que se trata de um conchavo das oligarquias rurais para impedir que os camponeses pobres expulsos de suas terras, os ex-escravizados e seus

descendentes – lembremos que o tráfico negreiro estava proibido desde 1830, e logo a escravidão seria abolida – e os imigrantes estrangeiros – em muitos casos, camponeses pobres expulsos de suas terras na Europa, que vieram para o Brasil como trabalhadores livres, para substituir a mão-de-obra escrava – não tivessem direito às terras, se não pela via da compra, o que exigiria um longo tempo de trabalho nas grandes propriedades, a fim de que pudessem juntar algum dinheiro e comprar sua diminuta parcela de terra.

As comunidades da Chapada do Apodi eram formadas praticamente de posseiros – que, em geral, desconhecem a situação legal da terra – e de agregados – trabalhadores em terras alheias. Esses não possuíam a titularidade das terras nem contavam com associações comunitárias ou sindicatos de trabalhadores rurais (ou não eram vinculados aos poucos sindicatos da região) que os auxiliassem na organização de uma reação. Por isso mesmo, a ação do Estado e, posteriormente, do mercado com o fim de reordenar o espaço agrário, a despeito de alguma resistência, não teve maiores dificuldades no primeiro momento para expulsar centenas de agricultores camponeses de suas terras. Assim, a terra ocupada pelos camponeses – por uma agricultura de roça – passa a servir às grandes empresas agrícolas, que desenvolvem um tipo de agricultura moderna, com insumos de alta tecnologia, maquinário especializado e reduzida mão-de-obra (em relação à área plantada e índice de produtividade), gerando conflitos por terra, como indicado pelo morador Geraldo.

Importante lembrar que esse processo de expropriação do campesinato acaba por converter o posseiro e o agregado em “trabalhador livre”, a fim de atender às demandas por força de trabalho das empresas da fruticultura irrigada que se instalam na região. Sobre isso, Martins (1993) explicita que a transformação do trabalhador familiar camponês em trabalhador livre acontece, em primeiro lugar, com a “libertação” dos trabalhadores de qualquer propriedade – seja de posse da terra, de instrumentos de trabalho, de matérias-primas –, salvo a propriedade da força de trabalho. Isso exige a expropriação/expulsão da terra e a alteração da prática produtiva – que tinha por base o trabalho da família e a produção para a reprodução familiar e de excedentes. Assim, também alforria os indivíduos de qualquer situação de submissão ou dependência dos “coronéis”; a fim de que, como trabalhadores livres, possam vender a sua capacidade de trabalho ao empresário capitalista, proprietário dos meios de produção. E, só desse modo, proprietários da força de trabalho e proprietários dos meios de produção – porque jurídica e formalmente iguais e livres – podem celebrar um contrato de trabalho.

Acontece, no entanto, que o desenvolvimento impulsionado pelas empresas do agronegócio, a despeito dos empregos gerados, não significou propriamente a modernização das relações sociais – com direitos e deveres de cada lado – como se esperava. Ao contrário, utilizou formas de submissão e exploração do trabalhador, o que gerou conflitos trabalhistas. As principais razões para os conflitos eram a) trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho extenuantes; b) a presença de um “técnico de segurança”, uma espécie de capataz, a supervisionar o trabalho; c) exposição aos agrotóxicos, que gerou um sério quadro de adoecimento entre os trabalhadores e os moradores da região; d) baixa remuneração; e) contratos provisórios e inconsistentes; f) fornecimento irregular de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); g) tempo exíguo para as refeições (dada a distância entre o refeitório e o local de trabalho, levando muitos trabalhadores a almoçarem em meio às plantações); e h) não fornecimento das refeições pela empresa (o que exigia que o trabalhador levasse sua comida de casa, feita pela madrugada, e que, em decorrência do longo tempo até o consumo e da exposição das marmitas ao sol, era comum que a comida se estragasse (TEIXEIRA, 2011). Em 2008, mais de mil e quinhentos trabalhadores de uma empresa multinacional ali instalada, motivados, sobretudo, pela questão da alimentação, deflagraram uma greve de 10 dias – de forma espontânea e consensual – que só foi encerrada com notificação judicial, obrigando a empresa a conceder cesta básica aos empregados.

Desde então, permanece, entre os moradores da comunidade do Tomé, a ideia de que as empresas agrícolas exploram os trabalhadores. Tanto que muitos jovens da comunidade, do sexo masculino, não querem trabalhar nas empresas ali instaladas. Ao menos, seis jovens com os quais conversei informalmente, durante a observação participante, trabalham na construção civil, como montadores ou soldadores, em contratos temporários, em outros estados do país. No início do mês de julho de 2017, quando estive na comunidade para a realização de entrevistas, todos esses jovens estavam sem trabalhar, aguardando que os “encarregados” das construtoras os contatasse.

O intrigante é que os depoimentos desses jovens sobre o trabalho na construção civil são também repletos de situações de exploração e violação das leis trabalhistas. Ao argumentar com um desses jovens, 24 anos, sobre as violações, ele rebateu um a um meus argumentos, responsabilizando os próprios trabalhadores. Para ele, os casos em

que os jovens ficam doentes são, simplesmente, porque não se adaptam ao clima do estado ou mesmo ao tipo de trabalho; quando me referi ao grande número de acidentes, ele disse que os trabalhadores são “teimosos” e não seguem as indicações dadas pelo técnico em segurança do trabalho, e quase nunca usam os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos pelas empresas; quando falei sobre oferecer alimentação estragada, me referindo ao caso real contado por seu primo, que trabalhou em uma obra em Anapu, Pará, ele disse que era devido aos trabalhadores, às vezes, chegarem tarde nos alojamentos, e a comida estragava com a demora, não era que a empresa fornecesse comida estragada; por fim, ainda falei sobre um outro caso, de um jovem da comunidade que relatou “trabalho confinado”, no metrô do Rio de Janeiro, mas ele reagiu dizendo que as empresas permitiam quinze minutos de descanso, em lugar aberto, a cada período de tempo.

O jovem internalizou um discurso de responsabilização e relativização da percepção do trabalhador, defendendo a empresa. Mas onde está, então, a exploração das empresas do agronegócio e o que tanto as diferencia das empresas da construção civil? Para eles, em uma palavra, no salário. Como montadores ou soldadores, esses jovens têm um salário duas ou até três vezes maior que aqueles empregados no agronegócio.

Penso que haja, ainda, dois outros motivos que levam os jovens a preferirem o trabalho na construção civil, não expressos diretamente: o primeiro refere-se a certo preconceito em relação ao trabalhador agrícola e, desse modo, o trabalho nas obras poderia conferir um status diferenciado; o outro, observado por Martins (1997), se trata de uma oportunidade para o trabalhador, sobretudo o jovem, sair de seu lugar, viajar, ampliar sua leitura de mundo, construir novas relações, ganhar consciência de si e dos outros.

Em um contato informal, no fim de agosto de 2017, um dos jovens com quem conversei na comunidade, me disse que se encontrava em Salvador, trabalhando na construção de um hospital cardiopulmonar. No diálogo, por meio do *Facebook Messenger*³⁰, disse o jovem, “Estou na Av. Anita Garibaldi, fica próximo ao zoológico de Salvador, top demais! Conheço um lugar diferente todos os finais de semana. Se vc estivesse aqui, ia visitar vc num dia”.

³⁰ Aplicativo no celular para mensagens de texto.

As novas formas de organização experimentadas pela comunidade, em associações e sindicatos, que não eram parte de sua cultura até a década de 1980, como vimos, se gestaram também a partir do aprendizado daqueles moradores que migraram para trabalhar. Se, para Emanuel, “esse novo perfil de organização social, que a comunidade tá tendo, foi criado junto com a Universidade”, é fundamental lembrar que, desde a década de 1970, a comunidade do Tomé já não era um povoado isolado, sem contato com as grandes cidades.

Identificamos ao menos cinco fatores que puderam estimular estratégias de organização política na comunidade, antes mesmo da chegada dos Movimentos Sociais constituídos e das universidades, por volta de 2006.

a) o rádio e, sobretudo, o rádio como instrumento para a educação, conforme o programa radiofônico de educação popular libertadora ou educação de base, proposto pelo MEB, citado por D. Bete;

b) a migração temporária dos trabalhadores, homens, da comunidade para trabalhar na construção civil em outros estados. Essa migração foi significativa, desde os anos 1980, sendo comum saírem ônibus lotados de trabalhadores da comunidade em direção ao Sudeste do país. Algumas entrevistadas dizem que era perceptível, em algumas épocas do ano, que a comunidade passava a ser habitada apenas pelas mulheres e as crianças, enquanto os homens estavam fora para trabalhar. O contato desses trabalhadores com as organizações sindicais pode ter sido um fator a estimular formas de organização na comunidade. José Maria Filho, também chamado Zé Maria do Tomé, presidente de uma das primeiras associações da comunidade, foi um desses trabalhadores, migrante-temporário, empregado numa fábrica de cerveja, em São Paulo;

c) a dinâmica de reuniões e reflexões em grupo sobre a realidade e os problemas da comunidade incentivada pelo Padre Diomedes de Carvalho, especialmente, entre os jovens, como lembrou Helena;

d) a necessidade de mobilização para reivindicar ações do município em torno da questão da água, que foi um problema frequente para a comunidade até a década de 1990, quando moradores, reunidos na Associação Comunitária São José, conseguiram a perfuração de um poço e a instalação de um dessalinizador para melhorar a qualidade da água, bastante salobra (ROCHA, 2013). Chamo a atenção para o detalhe do nome da Associação, São José, santo católico, padroeiro do Ceará, tido na religiosidade popular

como um intercessor junto a Deus para a garantia de bom inverno³¹. Outras associações foram criadas posteriormente, com outras finalidades, sendo algumas exclusivas de moradores da comunidade, como a Associação São João, e outras integrando moradores de diferentes comunidades, como a Associação dos Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi e Associação dos Ex-irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi;

e) a necessidade de mobilização dos trabalhadores do agronegócio para reivindicar melhores condições de trabalho, chegando a deflagrar uma greve em 2008.

Além destes fatores, vale ainda ressaltar que a instalação das empresas na área do PIJA atraiu um grande número de trabalhadores “de fora” para a Chapada do Apodi, sendo a comunidade do Tomé, um dos principais destinos de nova residência, até hoje, como nos diz Diana.

(...) o pessoal que trabalha na Agrícola [Famosa] fica hospedado aqui. Hoje já não fica mais tanto porque a Agrícola tá dando hospedagem lá mesmo, na firma. O pessoal da Banesa também vem pra cá, da Delmont também vem pra cá. Aqui é como se fosse um ponto de apoio pra eles. De manhã, o ônibus passa e leva eles pra firma, de noite traz de novo. Eu acho que aqui é onde tem mais gente de fora.

Se esse aumento populacional foi intensificado com a instalação das empresas agrícolas, seu início deve ser demarcado ainda nos primeiros anos do projeto irrigado, quando a produção era realizada pelos irrigantes, como lembra Helena.

Na comunidade, a gente conhecia todo mundo e chegou uma época que a gente começou a ver caras diferentes, pessoas diferentes. Aí começaram a dizer, “esse pessoal tá hospedado, alugou um canto porque tão trabalhando...”, isso, a princípio, eram só homens, começou a chegar muitos homens, alugavam uma casa pra oito, dez homens. Eu lembro que quando começou a chegar alguns homens – eu lembro porque da segunda remessa chegou esse meu [risos] – ainda não era pras empresas, ainda era pro projeto irrigado.

Os trabalhadores migrantes – as “caras diferentes”, as “pessoas diferentes” – que chegavam à comunidade eram tratados com estranheza. A situação era incomum aos seus membros. Os outros “estranhos” que chegaram anteriormente – padres, comerciantes ocasionais, técnicos do governo, empresários, engenheiros agrônomos,

³¹ No Nordeste do Brasil, bom inverno é sinônimo de bom período chuvoso.

etc. – não vieram para morar. Esses trabalhadores “estrangeiros”, chegando em grupos para se fixar na comunidade, inauguraram um processo de síntese entre proximidade e distância, como afirma Simmel (2005). “A distância nas relações significa que o próximo está remoto” (p. 265), ou seja, aquele que ali está, avizinjado – e que por ali estar já estabelece uma relação –, na verdade, permanece distante, simplesmente, porque é percebido como não pertencente ao lugar.

Assim, o estrangeiro é um “não proprietário do solo”, entendido aqui não só em seu sentido físico, mas o solo enquanto uma derivação da vida no lugar. Portanto, o estrangeiro também tem uma característica de mobilidade, o que enceta outra síntese, entre o fixar-se e o mover-se. O termo hospedado, usado tanto por Diana quanto por Helena, dá essa ideia daquele que permanece, mas não em definitivo. Essas duas sínteses – próximo-distante; fixar-se-mover-se – ficam bastante claras em uma fala de Helena ao se referir às reações sobre seu namoro com um dos trabalhadores e que, posteriormente, se transformou em casamento.

(...) lembro que minha mãe não queria, porque, primeiro, tinha aquela ideia de a gente não conhecer e aquele homem que vinha poderia ser casado, tá mentindo, já ter uma outra família constituída, e tava aqui só de passagem. (...) eu lembro que o Padre Diomedes pegou um carro lá em Quixeré e veio aqui conversar, perguntar “e esse namoro dá certo? Já conversaram com esse rapaz?”. E isso era uma preocupação que não era só da minha família, nem só do padre. Outras famílias também se preocupavam, porque uma comunidade pacata, com meninas de dentro da comunidade, qual era a mãe que ia querer que acontecesse uma coisa diferente daquilo que elas tinham sonhado. Digamos que eu tive uma sorte imensa, porque a gente começou [a namorar] e ele demonstrou que era uma pessoa boa (...) Mas teve outras colegas que (...) engravidaram, e depois a gente soube que ele era casado, tinha a família dele lá, e passou um tempo aqui e foi embora.

Importante vemos que o estrangeiro é percebido como um não-membro desse grupo social, ao mesmo tempo que é membro de outro grupo, e que o mesmo indivíduo pode ter condutas diferentes nas relações com os dois grupos – ter uma família constituída lá e envolver-se em relações afetivas casuais aqui, falar a verdade lá e mentir aqui, ser uma pessoa boa lá e desfazer sonhos aqui. A possibilidade desse comportamento duplice e a não superação do movimento de ir e vir pelo “estranho” – de passar um tempo fixado e, depois, ir embora – gera desconfiança entre os membros da comunidade e também entre aqueles que, não sendo membros, ou seja, sendo também “estrangeiros”, estabeleceram um vínculo duradouro, como o caso do padre. Mas a desconfiança, por fim, parece que não era infundada ou baseada apenas em

preconceitos. Dada a condição de provisoriedade dos contratos de trabalho, era comum que muitos trabalhadores não permanecessem na comunidade; e, de fato, o relato aponta que garotas da comunidade engravidaram e, em seguida, os pais das crianças foram embora.

Excetuando Helena, que casou com um dos trabalhadores que vieram “de fora”, nenhum dos outros moradores entrevistados formalmente nessa pesquisa – tampouco os entrevistados informalmente – disseram ter uma relação de proximidade com os trabalhadores migrantes com residência na comunidade. Geraldo diz que, como já trabalhou como encarregado em empresa agrícola, “tinha muito contato com as pessoas que vinham de fora, principalmente do estado do Rio Grande do Norte”; no entanto, esse contato se restringia ao local de trabalho e um “contato” não quer dizer, exatamente, o estabelecimento de uma relação de estima ou de simpatia. No geral, os moradores demarcam a distância, como afirma Cláudia: “eles ficam mais na deles. São pessoas que a gente vê que eles vieram de fora, mas se sente, às vezes, até excluídas, porque eles vivem lá no mundo deles e também nós não procuramos eles”. Cláudia, no entanto, contrasta com outros moradores da comunidade, com quem conversei, porque traz um elemento de discriminação de ordem religiosa.

São pessoas que a gente vê... se não procurou a Igreja – porque tem uma Igreja aqui no centro, dia de domingo tem uma celebração. Se você busca Deus, o que você tem que fazer nos domingos? Ir pra igreja, pra você rezar, pra você agradecer. Se hora nenhuma você vê essas pessoas dentro da Igreja, são pessoas que são afastadas de Deus. Eu sei que pra pessoa ter Deus não precisa tá direto dentro da igreja, rezando, mas a gente tem que procurar a casa do Senhor, pelo menos uma vez por semana. E se você não vê, nem uma vez no ano, essas pessoas [na Igreja], são pessoas que praticamente nem acredita que Deus existe, e se existe eu não sei qual o Deus deles.

Não cabe, nesse caso, estabelecer uma relação direta de tal discriminação com a religiosidade presente na comunidade. Por dois motivos: 1) como observei anteriormente, contrasta com as percepções de outros moradores; e 2) porque Cláudia, sendo moradora já há 24 anos, nasceu em Limoeiro do Norte e apenas se mudou para o Tomé por ocasião de seu casamento. Porém, essa percepção é importante para a nossa análise porque Cláudia exerce influência na comunidade, dado que realiza um trabalho na igreja, e a representação dos trabalhadores enquanto pessoas afastadas de Deus pode ecoar entre aqueles que lá nasceram e se socializaram.

Os relatos apontaram, com maior frequência, a associação entre a chegada do trabalhadores e o aumento no número de bares, de festas – diferentes das tertúlias familiares –, assim como de brigas, de maior circulação de drogas, porque “os que vem pra cá, pra trabalhar, ficam morando aqui e já começam a trazer também certas coisas erradas pra cá”, como afirma Fabiana.

Aos conflitos por terra, trabalhistas e sociais, vem somar os conflitos ambientais. Sabemos que as empresas do agronegócio de fruticultura irrigada, inseridas no processo de modernização agrícola, são baseadas num modelo de monocultura de larga escala que exige grandes extensões de terra – promove, assim, a (re)concentração das terras –, utiliza o trabalho assalariado e é dependente do uso intensivo de agrotóxicos – expondo as populações, em especial, os trabalhadores, à contaminação. Duas situações foram marcantes para a instalação do conflito. A primeira situação se deu em 2004, quando houve um “acidente” que contaminou com agrotóxicos a piscina que abastece algumas comunidades – Tomé, entre elas – causando grande mortandade de peixes e doenças dermatológicas em moradores. Relatos indicam que um funcionário de uma empresa do agronegócio foi encher o tanque de pulverização de um trator com a água do canal que enche a piscina de abastecimento das comunidades. O tanque já continha o agrotóxico que seria diluído. Por algum motivo, parte da água – já contendo agrotóxicos – retornou pela mangueira, contaminando o canal.

Estou utilizando o termo “acidente” aspeado porque a empresa, ao fazer uso de substância com tal toxicidade, ao não oferecer o devido treinamento aos funcionários, ao utilizar a água do canal para encher os tanques de pulverização, assume o risco de um acontecimento bastante provável e não de uma ocorrência imprevista. Fabiana, moradora, 43 anos, lembra que Zé Maria chegou e “disse que tinham soltado veneno na piscina e tinham morrido muitos peixes, que ninguém usasse a água da caixa, que a gente derramasse a água, que fechasse a torneira pra não subir mais água [pra caixa] e saiu avisando pras pessoas da comunidade”. Parece ser esse o momento em que Zé Maria, presidente de uma das associações do Tomé e já bastante ativo nas ações de resistência da comunidade frente aos problemas gerados pelo PIJA, passou a dar grande importância ao problema ambiental.

A outra situação que enseja o conflito ambiental tem a ver com a pulverização aérea que começa a ser utilizada na região. Moradores denunciam que as roupas no varal ficavam com forte cheiro de veneno, animais morriam – segundo uma

entrevistada, em uma única tarde, oitenta galinhas morreram –, crianças apresentavam sintomas de intoxicação – irritação na pele, dor de cabeça, vômito, etc. Zé Maria iniciou uma reação e conseguiu com organização e pressão popular que fosse aprovada uma lei municipal, em Limoeiro do Norte, proibindo a pulverização aérea. A lei foi revogada um mês após o seu assassinato.

Importante apontar que Zé Maria, embora fosse da comunidade, era visto de formas controversa pelos moradores: “Zé Maria foi um ponto fora da curva na nossa comunidade”; “Achavam que Zé Maria era um falador”; “Zé Maria era barulhento”; “Ele ficava na calçada e todo mundo que passava ele parava: ‘olha, eu vim de Limoeiro hoje, tava cheio de peixe morto na piscina, nós temos que fazer alguma coisa, temos que reunir o povo’”; “Ah, é o doido, tá lutando por coisas que nem existem, ele quer se amostrar demais”. Aventamos, inclusive, a hipótese de que seu comportamento contrastante com o de outros moradores – urdido em relações sociais fora da comunidade, dado o tempo que passou trabalhando fora do estado e até fora do país³² – o fizessem ser percebido como um “estrangeiro” dentro de sua própria comunidade.

As denúncias do líder comunitário, no entanto, fomentaram um movimento que reuniu diversas entidades – movimentos sociais constituídos, pastorais sociais, universidades, etc. – a apoiarem as lutas de resistência das comunidades da Chapada do Apodi diante das injustiças ambientais geradas pelas empresas do agronegócio.

Sobre a chegada dos movimentos sociais na comunidade do Tomé, com ênfase na presença da Universidade, trataremos no próximo capítulo. Isso porque, como veremos, os moradores não fazem uma diferenciação clara do que são as ações de uma ou outra entidade e, em vez disso, percebem um movimento homogêneo que se pauta pela crítica ao modelo de desenvolvimento, pela denúncia das injustiças e pelo anúncio das resistências das populações vulnerabilizadas.

³² Zé Maria chegou a trabalhar em uma empresa na Bolívia.

2.3. A comunidade do Tomé ainda é uma comunidade?

Para concluir, percebemos que muitos foram os hábitos assimilados nesse tempo junto aos “estrangeiros”, muitos foram os “estranhos” que deixaram de sê-lo, muitas foram as mudanças de ordem econômica, social, política e cultural.

A organização de uma associação na comunidade, ponto muitas vezes abordado por Zé Maria – “ele dizia pra comunidade que era preciso se organizar, que através da Associação era mais fácil a comunidade ganhar alguma coisa”, lembra Helena –, é hoje uma realidade. Emanuel comenta a motivação para se envolver na regularização da Associação, que estava pendente desde a morte de Zé Maria.

Era uma questão fundamental. A comunidade estava sendo prejudicada por falta de saúde, falta de educação e várias outras coisas, mas não tinha essa luta. Então, quando chegou esse ponto, a necessidade de eu ver a minha história naquela escola sendo interrompida por causa de uma ordem de cima pra baixo, eu disse “tá na hora da comunidade voltar, vamos lutar de verdade, vamos se unir e trazer a Associação de volta”. E hoje os professores da escola são pagos pela Associação, através de um convênio com a prefeitura.

A necessidade de conquistar ou manter um serviço público de qualidade e o conhecimento da importância da organização da população integra o senso comum³³ dos moradores da comunidade, vindo na esteira das “bandeiras” levantadas por Zé Maria.

Outro fenômeno, que sintetiza mudanças nas dimensões econômica, política e cultural, não relacionado aos conflitos ambientais, tem a ver com a participação da mulher no mundo do trabalho.

Hoje, quase todas as mulheres são empregadas, já conseguem ganhar o seu dinheiro e gastarem como elas querem. (...) Agora, uma coisa que eu vi muito com isso é que as mulheres ficaram independente, e por conta dessa independência elas não são muito tolerante mais com os homens, não, viu. Tem muitas separações.

A mulher trabalhar fora, ganhar seu próprio dinheiro, garantir o seu sustento – seja nas empresas agrícolas, em pequenos comércios, etc. –, altera as relações de poder na família e na comunidade. Um tipo de relação de controle baseada no homem como o

³³ Aqui, compreendemos senso comum como “conhecimento [e significado] compartilhado[s] entre os sujeitos da relação social” (MARTINS, 2015, p. 54).

provedor da reprodução familiar começa a dar lugar a relações mais horizontais, em que homem e mulher são responsáveis pelo sustento da casa, o que abre discussões acerca da situação da mulher, da igualdade de direitos, da divisão sexual do trabalho e da dupla jornada (trabalhar fora e cuidar das tarefas domésticas).

Todas essas mudanças me levaram a questionar: o que é uma comunidade para os moradores da comunidade do Tomé e será que a comunidade do Tomé ainda é considerada uma comunidade pelos moradores? Os entrevistados não demonstraram consenso nas respostas: a comunidade é um grupo de pessoas, pessoas que gostam de ajudar umas às outras, “aquele senso comum de que tudo se resolve entre nós”, “dividir os problemas”, “envolver todo mundo, independente da idade”, “uma ideia, uma perspectiva”. Para um deles, o Tomé permanece sendo uma comunidade, no sentido de manter a solidariedade entre as pessoas: “comunidade é como a gente vive, morando numa vila, quando alguém precisa de um, ele chega junto”; outro entende que não é mais comunidade, porque já desenvolveu, passou a ser um distrito. Outro, concordando ainda que não se trata mais de uma comunidade, admite que no tempo em que era comunidade “a gente não tinha índice de morte, não se falava em drogas, ficava até meia noite conversando, papai dormia com a janela aberta quando tava com calor, armava rede nas árvores lá fora, era isso”.

Mas certa coesão entre os moradores – um dos elementos da noção de comunidade – permanece diante do “estrangeiro”. Pude acompanhar o momento em que passava um carro de som na comunidade, pedindo um auxílio para uma senhora enferma de outra comunidade, no Rio Grande do Norte. Um grupo de mulheres, na calçada, imediatamente comentou, expressou opiniões de que não confiava nas pessoas que vinham “de fora” pedir ajuda, que se fosse alguém de dentro da comunidade elas iriam colaborar, que já estava difícil acudir os “de dentro”. Mantém-se a ideia de um grupo circunscrito que estabelece a posição do outro, de fora, em relação ao socialmente determinado (SIMMEL, 2005).

Se, da primeira vez que estive na comunidade do Tomé, imaginava um corpo homogêneo, vitimado, calado; atualmente, percebo a diversidade entre seus moradores, suas vozes – oras harmônicas, oras dissonantes –, suas atitudes de resistência, mesmo quando para nós – estrangeiros – poderia soar como conformismo, falta de iniciativa ou apatia. Percebo, ainda, o quanto um caso de conflito ambiental em uma comunidade camponesa, no interior do Ceará, coexistindo formas ditas “atrasadas” com aquelas mais

modernas, envolvendo uma população que não é considerada no centro do desenvolvimento do país, nos lança questões substanciais para entender o Brasil de hoje e para pensar um modelo de Universidade do futuro.

CAPÍTULO 3 – DE UNIVERSIDADES E COMUNIDADES, ENTRE CIÊNCIA, POLÍTICA E LINGUAGENS

Para observar é preciso aprender a comparar. Para comparar, é preciso já ter observado. A observação constrói um saber, mas um certo saber é necessário para saber observar. E observa mal aquele que registra suas observações, mas não sabe o que fazer delas (Bertolt Brecht).

A literatura narra o drama da perda das conexões de cada gesto, cada ato, cada relação com um todo imaginário, um todo pressuposto, uma estrutura social de referência; já a Sociologia explica essa perda (José de Souza Martins).

As epígrafes que abrem esse capítulo de análise tratam de ciência, arte, política, linguagens. Mas, para além de anunciarem os temas, também fundamentam a estrutura do capítulo que se vale num primeiro momento de um texto dramático, uma obra teatral, *O extensionista* (SANTANDER, 1987), lido à luz de Freire (1977), para apresentar uma situação representativa da relação Universidade e Sociedade, com elementos que poderíamos situar em uma relação antidialógica. Se considerarmos que o texto teatral é uma obra de arte; que pode nos evocar, antes de tudo, uma impressão em nossos sentidos – *aisthesis*, estética, é aprender pelos sentidos – o objetivo da análise de um texto teatral é “realizar a passagem da intuição para a consciência” (NEVES, 1997, p. 17).

Já na segunda parte do capítulo, nos debruçamos sobre as entrevistas dos moradores da comunidade do Tomé, acerca das ações realizadas e da presença das universidades, destacando a percepção geral dos moradores, a relação entre os sujeitos, os saberes e os propósitos, a pertinência das ações para o contexto comunitário e as representações acerca da Universidade e sua função social. Analisamos e tecemos considerações ao comparar com a situação apresentada no texto teatral, em diálogo com dados da observação participante, com a produção acadêmica sobre os conflitos ambientais na Chapada do Apodi (RIGOTTO, 2011), sobre o estudo das populações camponesas (MARTINS, 1989) e sobre relações dialógicas (FREIRE, 2005).

A primeira epígrafe, do teatrólogo e dramaturgo alemão Bertolt Brecht, é um trecho de um discurso a atores operários dinamarqueses sobre a arte da observação (PEIXOTO, 1981, p. 191). Nesta, o autor provoca aos trabalhadores, atores não profissionais, uma reflexão sobre os propósitos de fazer Teatro e sobre a aprendizagem

que poderia estar contida nesse ato. Representar uma história, experimentar o jogo de forças entre as personagens na arregimentação da cena, ensaiar a deflagração de um conflito, são passíveis de observação e de comparação com a realidade social, assim como a realidade social também é passível de observação e de comparação com a obra teatral. De tais observações e comparações se gestam os conhecimentos que podem transformar a realidade da cena e da vida.

Na segunda epígrafe, Martins (2014) aproxima a arte literária e as Ciências Sociais. Seu intuito é demonstrar que, apesar de serem modos diferentes de adentrar, conhecer e apresentar a realidade social, ambas, nos séculos XIX e XX, dedicaram amplos esforços para refletir sobre a desagregação da sociedade tradicional e a constituição da sociedade moderna. A Literatura, porém, não estando limitada aos cânones da objetividade e da exatidão que marcam a ciência moderna, podendo lidar com liberdade para reconstruir o real a partir do imaginário, têm maiores possibilidades de descrever a realidade de forma pujante, comovendo enquanto desvela fatos. Isso traz a lembrança de Wright Mills, enquanto trata dos estudos sociológicos empíricos das décadas de 1940 e 1950, que chegou a afirmar que “apesar das provas que encerram, os infundáveis ‘estudos de comunidade’ dos sociólogos parecem frequentemente romances mal escritos; e os romances, sociologia bem escrita” (MILLS *apud* MARTINS, 2014, p. 19). Literatura e Sociologia, desse modo, deviam empreender diálogos para confrontar, provocar e desafiar os diferentes tipos de conhecimento e, assim, lançarem o seu olhar de admiração e de dúvida sobre o mundo. É o que propomos neste capítulo.

3.1. “O extensionista”: Extensão ou comunicação?

A apresentação da obra teatral *O extensionista* (SANTANDER, 1987), na primeira parte desse capítulo, se dá por entendermos que é possível apontar na ação da personagem Cruz Lopes características comuns da relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas. A análise desse texto literário à luz do ensaio teórico *Extensão ou comunicação?* (FREIRE, 1977) se justifica por compreendermos que a trajetória da personagem central do texto realiza um movimento que vai de uma ação de extensão a uma ação de comunicação, ou seja, de uma relação antidialógica a uma

relação dialógica, compreendendo a passagem de um modelo de ação universitária cujo intuito é assistencialista a um modelo de ação emancipatória.

O extensionista é uma obra teatral escrita pelo dramaturgo mexicano Felipe Santander, na década de 1970, autor conhecido por retratar em suas obras importantes problemas sociais da América Latina. O texto apresenta a história de Cruz Lopes, engenheiro agrônomo, 25 anos, formado há oito meses, considerado um dos melhores alunos do curso de Agronomia. Em seu primeiro trabalho na extensão rural, no povoado de Tenochtlén, o jovem agrônomo chega dotado de uma perspectiva de ação autoritária e unidirecional apreendida na Universidade, com a finalidade de aumentar a produtividade dos camponeses e tirá-los, assim, de um cotidiano de pobreza e vulnerabilidade.

Mas Lopes, nada conhecendo do cotidiano do povoado, ignora os conflitos fundiários, os conchavos entre o latifundiário da região e os políticos locais, a corrupção, entre outros aspectos, que impedem aos camponeses de saírem da situação em que se encontram. Ingênuo, ele busca fazer um acordo com as lideranças econômicas e políticas locais com o intuito de implementar o seu programa de desenvolvimento regional, mas acaba sendo enganado, momento em que percebe a teia de injustiças que assola os pequenos agricultores. Ao final da peça, Lopes, compreendendo a estrutura de poder no território, entende que as razões que condenam os camponeses à baixa produtividade são mais políticas do que técnicas – ainda que haja também motivos técnicos –, e daí assume outra perspectiva de ação, empreendendo uma relação dialógica, de reconhecimento dos saberes tradicionais e de afirmação dos camponeses como sujeitos.

Paulo Freire, já no final da década de 1970, chamava atenção para o termo “extensão”, em sua obra *Extensão ou comunicação?* (FREIRE, 1977). Ele, que tinha criado e dirigido o Serviço de Extensão Universitária da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizava nessa obra uma leitura semântica do termo e identificava ali um equívoco gnosiológico. O termo extensão é concebido no sentido de estender algo a alguém, ou seja, no caso da extensão universitária, estender conhecimentos e técnicas a determinado grupo social, com o fim de sanar um problema. Nesse sentido, utilizando o conceito linguístico de campo associativo, em que “dentro de uma unidade estrutural linguística se estabelecem relações associativas que se vão desdobrando entre os campos significativos dos vários

termos” (p. 21), Freire encontra relações significativas do termo extensão com transmissão, superioridade-inferioridade, mecanicismo, messianismo, “invasão cultural”, etc., o que denota em negação da práxis daqueles a quem a ação se destina. Ora, como esse conhecimento, dado num conjunto de procedimentos técnicos, pode ser gestado se o sujeito cognoscente é transformado em objeto num ato mecanicista de transmissão de um conteúdo? Para Freire, fazer extensão é um ato antidialógico, e se o sujeito da universidade se propõe a uma relação dialógica com o sujeito a quem se destina a ação, isto é, uma relação sujeito-sujeito mediatizada pelo problema, ele deixa de fazer extensão, e passa a fazer comunicação.

O extensionista (SANTANDER, 1987) apresenta, entre suas personagens, além de Cruz Lopes, o jovem agrônomo; um grupo de camponeses: Benito, Manuela, Nazário, Cuquillo, Juancho, entre outros; Máximo, o latifundiário; Mário, agente de crédito, funcionário do banco e ex-extensionista no povoado; Ismael, o prefeito; cooperativistas; outras personagens eventuais; e o Cancioneiro, que representa a opinião popular, “essa que nem sempre é emitida abertamente, seja por timidez, por temor, por hipocrisia, por impotência, por falta de energia, mas que está sempre presente” (p. 15), como quer deixar claro o autor desde o início da peça teatral.

No prólogo da peça, um camponês canta um *corrido*, uma espécie de narrativa cantada, muito popular no México, denunciando a ideia propalada de que o atraso dos camponeses, do “povinho” da roça, é sempre o fator responsável pela miséria, quando não se distingue a pilhagem, a corrupção e o clientelismo, presentes na ação de quem detém o poder econômico e político na região como geradoras de injustiças sociais³⁴.

Se ampliarmos essa percepção do camponês da peça para o sistema-mundo, identificamos que as teorias da modernização – originadas no sistema colonial do chamado “Primeiro Mundo”, dominantes na Ciência Política das décadas de 1960 e 1970 – “responsabilizavam as tradições culturais pelo subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e afirmavam que tudo que este último deveria fazer para atingir o progresso econômico era seguir os passos do ocidente” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 43). Não apenas a Ciência Política, toda a perspectiva epistemológica da ciência moderna, desde

³⁴ Em outras regiões camponesas espalhadas pelo mundo, há também cantigas que denunciam injustiças dos patrões frente aos camponeses. Eis um canto popular da Calábria, Itália: “Olha que patrão que encontramos este ano! Quer bastante cansaço, mas nos trata mal. O pão nos dá blasfemado e o cansaço quer que saia correndo. Se por acaso vier um outro ano, mando-o, com os diabos, ao inferno” (SATRIANI, 1986, p. 116).

o século XIX, seguiu a lógica de descontinuidade e ruptura com o conhecimento anterior (pensamento explanatório, senso comum, “saber de experiência feito”) como elemento de propulsão ao desenvolvimento da razão e, em consequência, ao progresso (BACHELARD, 1996).

Importante apontarmos para o fato de que Freire (2014), compreendendo o ser humano como inconcluso e em busca de “ser mais”, considera um movimento que parte do “saber só de experiência feito” em direção a um saber crítico. Ou seja, elementos do senso comum, ainda que respeitados, devem ser problematizados e, algumas vezes, superados. E nisso o educador, o intelectual, o mediador, tem um importante papel. “O intelectual interfere, o intelectual não se omite. A postura democrática difere da postura autoritária apenas porque a intervenção democrática envolve o outro também como sujeito da própria intervenção” (p. 291).

Essa perspectiva democrática não estava, a princípio, na postura do engenheiro-agrônomo Cruz Lopes ao chegar ao povoado de Tenochtlén, para dar início à sua atividade de extensão rural. Sua fala estava repleta da ideia autoritária de impor aos camponeses a substituição de seus conhecimentos, construídos em sua ação sobre a realidade, pelo conhecimento técnico de que o extensionista era portador: “poderemos mudar rapidamente a mentalidade destes camponeses” (p. 27); “eles devem assumir uma mentalidade produtiva empresarial. (...) devemos chegar a que cada camponês, além de estar preparado para a produção, se transforme num empresário, num comerciante e, se possível, até num industrial” (p. 27); “Como é possível que ainda hoje as pessoas usem enxada para semear? (...) Como é possível que ainda seque o milho ao sol? É preciso que se organize a agricultura deste povoado” (p. 28); “(...) tendo a base técnica, poderemos chegar lá. (...) é isso que os bancos estão querendo. Você não vê que havendo uma boa produção eles recuperam seus créditos? E só se pode melhorar a produção melhorando a técnica” (p. 28).

O argumento do desenvolvimento técnico estava em contraposição com a afirmação dos camponeses como sujeitos dotados de uma experiência e de uma identidade cultural, capazes de refletir sobre suas práticas produtivas. O agrônomo, nesse caso, se colocava como o agente da mudança, objetificando os camponeses.

Para Freire (1977), o argumento da autoridade técnica embasa relações autoritárias. Há autoritarismo quando se argumenta que a técnica deve ser aplicada, e não questionada, já que foram efetuados estudos anteriores que comprovam sua

eficácia. Anula-se, assim, a possibilidade do diálogo e o hábito saudável – inclusive, cientificamente – de perguntar, questionar, considerar os riscos da aplicação de tal técnica diante da complexidade de um novo contexto que inclui elementos sócio-historico-culturais.

A postura autoritária, e de não-diálogo, do agrônomo gera uma reação dos camponeses, que respondem com ironia “Mas é muito bom o senhor vir pra nos ensinar a plantar milho” (p. 26); “E o senhor vai nos ensinar isso tudo?” (p. 27); “Veio nos dar alguns conselhos para que trabalhemos melhor a terra e para que paremos de pensar como burros (risadas)” (p. 30); “Para que entendamos melhor as coisas, como as entendem as pessoas da cidade, os industriais, que são realmente pessoas sabidas e estudadas, e não ignorantes como nós” (p. 30).

No momento seguinte do texto, alguns camponeses tentam explicar ao agrônomo que há outros problemas – para além da carência de técnicas – que também interferem na sua produção: “Olhe, engenheiro, em Tenochtlén o problema da posse das terras e suas medidas já leva muito tempo e as autoridades nunca quiseram resolver” (p. 30); “(...) agora inventaram a ‘demarcação’ e um monte de besteiras, o cadastro se pronunciou em favor de Seu Máximo [o latifundiário], imagine, esse bandido nem sequer morava aqui quando meu pai já arava estas terras” (p. 30); “E eu quero saber como é que eu faço para que o pessoal de Seu Máximo não continue ficando com a minha água!” (p. 39). Ao que o agrônomo responde: “Eu sei que o problema de que vocês me falam é muito importante, mas está fora do meu campo de ação. Eu posso ajudar vocês é dizendo o que está sendo mal feito e de que forma pode ser corrigido” (p. 34); “Eu estou aqui para dar assistência técnica, não para resolver os conflitos que eles apresentam...” (p. 41).

Nítidamente, Cruz Lopes não consegue perceber que a produção agrícola para os camponeses não se dá apartada de outras dimensões da vida. A perda da terra e a falta de acesso à água, expressões da dissimetria de poder que geram conflitos no território, são mesmo anteriores em grau de prioridade para essa população, pois é base para sua produção alimentar e sua reprodução cultural. Assim como também não percebe o agrônomo que a substituição de práticas produtivas tradicionais por técnicas especializadas também gera repercussões sobre outras esferas da vida do camponês, como vimos no capítulo anterior ao tratar da chegada do projeto de irrigação na comunidade do Tomé. Por isso mesmo, há na ação do agrônomo – ou de outro sujeito

da universidade – que assume uma postura de pretensa neutralidade, mantendo-se, como técnico, isolado de outras preocupações da comunidade, um verdadeiro epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010). A sugestão do Cancioneiro no início do texto – “Três conselhos eu lhe dou, meu amigo da cidade, quando você for ao campo, escute com atenção, observe a tradição, respeite quem está arando” (p. 23) – é ignorada pelo extensionista.

É interessante observar também que o engenheiro-agrônomo, se dizendo preocupado em estabelecer uma mentalidade capitalista entre os camponeses, apenas enfatiza a produtividade (maior quantidade de produto por unidade de área) e sequer se refere à rentabilidade do capital (lucro por unidade de capital), considerada pelos camponeses, apresentado no seguinte diálogo:

Cruz: Quero que você me diga, quanto você espera obter de milho este ano, por hectare?

Nazário: Bem... uns quatrocentos quilos.

Cruz: E você não gostaria, em lugar disso, tirar de lá duas toneladas?

Nazário: Pois eu, na verdade, não gostaria!

Cruz: (*surpreendido*) Como não?

Nazário: Claro que não!

(...)

Cruz: (*exasperado*) E você poderia fazer a gentileza de me explicar por que não? Realmente, não vejo lógica de manter terrenos tão mal aproveitados.

(...)

Nazário: Olhe, o assunto é longo, mas eu vou tentar que fique fácil pro senhor: pra tirar duas toneladas e meia de milho, é preciso gastar dinheiro, arriscar, e no fim das contas pra quê? Se tudo saiu bem eles nos compram a colheita mais barata, cobram mais caro o crédito e com o passar do tempo acabamos ficando na mesma (...) (p. 35-37).

Martins (1975), ao estudar a modernização agrária e a industrialização no Brasil, nos sugere que comumente a orientação da extensão rural e de seus técnicos, conferindo especial relevo à dimensão da produtividade, está muito mais relacionada a uma ideologia urbana – em uma dimensão econômica, dada a crescente demanda por itens de alimentação, com necessidade de preços cada vez mais baixos, pelo mundo urbano; em uma dimensão cultural, que estabelece a integração do rural ao urbano por meio do consumo de produtos e da adoção de métodos “modernos e práticos” para viver e trabalhar – que a um processo de modernização capitalista.

Lopes também não conhecia a dinâmica de comercialização da produção em que técnicos do governo depreciavam o milho para reduzir o valor a ponto de os agricultores serem obrigados a vender para um intermediário que os explorava. Dizem

os camponeses: “Tá na cara que o senhor nunca vendeu milho pro governo” (p. 37); “Quando não é porque está molhado, que tem praga, que está carcomido, sujo, descorado... que cheira mal!” (p. 37). Em vez de ouvir e dialogar com os camponeses, o engenheiro-agrônomo se manteve fechado em sua posição: “Seja lá como for, eu tenho que fazer com que eles me ouçam” (p. 42). A frase deixa claro que “o que os camponeses devem ouvir” carece de objetividade, estando seu posicionamento fundado em diagnósticos unilaterais e em estereótipos, o que reforça a ideia de uma ideologia.

De acordo com Freire (1977), os principais argumentos dos engenheiros-agrônomos para não empreenderem uma relação dialógica e agirem de modo antidialógico, apenas transmitindo o conhecimento – e defendendo, assim, uma espécie de “invasão cultural” – são dois:

- a) Os tempos para o plantio e para a colheita devem ser respeitados para o bom resultado da produção;
- b) O déficit de compreensão dos camponeses não permitiria uma discussão sobre o conhecimento técnico-especializado;

Ou seja, no ponto ‘a’ não se pode “perder tempo”; no ponto ‘b’ é inútil “perder tempo”. Logo, uma relação dialógica teria resultados incertos, demorados, e poderia mesmo pôr em risco a produção. A ação antidialógica, nesse caso, é eleita por ter resultados mais rápidos e mais efetivos no que diz respeito à substituição dos conhecimentos empíricos pelas técnicas especializadas. Questionamos: que fatos empíricos podem comprovar que a dialogicidade implica em perda de tempo? Os que fazem essa afirmação já experimentaram esse tipo de relação? Ou estão pautados por preconceitos e/ou ideologias? As falas de Mário, agente de crédito, funcionário do banco, deixam claro o preconceito e o desrespeito de profissionais com os camponeses: “[Benito, um camponês] é um corno, igual a todos esse macacos. Eu posso falar de cadeira, pois já fui extensionista e senti o problema na pele” (SANTANDER, 1987, p. 44); “Ele [Seu Máximo, o latifundiário], sim, é que sabe trabalhar as terras e, aliás, tem dinheiro para fazer isso; não é como estes coitados fodidos, que a cada dia produzem menos” (p. 51).

Há, expressa, uma descrença no homem simples, uma subestimação de sua capacidade de refletir, revelando uma absolutização da ignorância do camponês. Na mesma medida, o profissional que chega ao povoado para trabalhar reconhece a si mesmo como aquele que sabe, como o que estudou, demarcando claramente uma

posição social diferente, como não cansa de dizer Lopes: “Eu sou engenheiro-agrônomo. (...) Me formei faz oito meses, com menção honrosa” (p. 22); “Se cooperarem comigo, pode ser que eu ainda consiga salvar uma parte da colheita... a coisa está ruim” (p. 29); “Mas me escutem, eu sou engenheiro-agrônomo” (p. 34); “Olha, eu estou por dentro disso. Eu sou engenheiro-agrônomo; para conseguir meu canudo estudei cinco anos” (p. 66). O ato do profissional técnico, no caso, é o de alienar a ignorância, ou seja, fundar a ignorância como parte do outro, e nunca de si. Ao outro, ignorante, é negada a condição de sujeito.

Para Freire (1977), a condição de sujeito está relacionada ao “ato de dizer a palavra”. No entanto, na ação exposta na obra teatral, quem tem tal possibilidade de dizer a palavra é o engenheiro-agrônomo, o técnico, e não o camponês – tratado por “macaco”, “coitado”, “fodido” – que deve apenas escutar a palavra do outro. Não há a possibilidade do diálogo e, portanto, o extensionista jamais pensaria com os camponeses, mas, no máximo, poderia pensar sobre os camponeses. No lugar do diálogo, está implícita a ação de persuadir o outro – por meio de propaganda, de *slogans*, de mitos – a serem objetos de uma conquista. Há, nesse sentido, certa exploração da condição emocional do camponês que o leva a ter a ilusão de que atua na atuação daquele que manipula.

Aí está presente, de acordo com Freire (1977), o equívoco gnosiológico constante na ideia de extensão: “quanto mais ativo seja aquele que deposita [o conteúdo técnico] e mais passivos e dóceis sejam aqueles que recebem os depósitos, mais conhecimento haverá” (p. 46). No entanto, o ato da construção do conhecimento exige, ao contrário, sujeitos ativos, inquietos, dispostos a movimentar-se em busca de “ser mais”. E tais condições apenas se dão quando se trilha um caminho de libertação, em que é facultado aos camponeses o poder de optar e decidir (do latim, *decidere*, cortar), quando se permite a eles fazerem uma cisão em relação ao mundo a fim de admirá-lo e transformá-lo, e nunca serem levados a submeter-se – pela força ou por estratégias de convencimento – à adaptação a um mundo que foi imposto pelo outro, pelo “estrangeiro”.

Tal ação antidialógica reforça certo mutismo camponês, a opinião popular não emitida “por temor” ou “por impotência”, como expressa o Cancioneiro no início da peça. Mas que razões levam os camponeses ao silêncio? Que condições sócio-históricoculturais os condicionam? “Sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras

do antidiálogo” (FREIRE, 1977, p. 48). O latifúndio, o coronel, o Estado, o exército, o agrônomo são antidualógicos. É sob relações rígidas e verticais que se tem constituído, historicamente, a subjetividade camponesa. “Quem somos nós, peixe pequeno, na frente de peixe grande?”, perguntava uma moradora da comunidade do Tomé, expressando a desconfiança dos camponeses em relação à sua própria capacidade, introjetando o mito de sua ignorância absoluta, não cabendo, pois, a eles o “ato de dizer a palavra”, mas o de ouvir o que os “grandes” têm a dizer. A estrutura social opressora gera o mutismo dos camponeses.

Martins (2013) lembra a história do vaqueiro Aparecido Galdino Jacinto, vítima da ditadura, acusado de curandeirismo e prática ilegal da medicina, depois diagnosticado esquizofrênico paranoide, pelo fato de benzer as pessoas e ter criado uma irmandade religiosa com o nome de “exército divino”. Aparecido passou anos preso no manicômio judiciário, resignado, calado. Na oportunidade que teve de entrevistá-lo, Martins se refere a linguagens cifradas que permitem ao camponês expressar sua verdade, quando esta é interdita na linguagem falada. Martins anota em seu diário de campo:

Os médicos tomam como indício da doença [esquizofrenia paranoide] a falta de criticidade de Aparecido. Mas sua crítica não está na palavra falada – está ruidosamente em coisas como o ‘sorriso inadequado’ ou o ‘Deus te abençoe’ com que se despede dos médicos. Aparecido faz a modalidade de crítica característica do subalterno – usa a linguagem dissimulada, própria do caipira (para dizer a sua verdade, discordando, na simulação verbal de que concorda) (p. 286).

O que poderia dizer o camponês diante do discurso do médico, do general, do juiz? O que poderia dizer o camponês diante do latifundiário pernambucano Constâncio Maranhão, em cena do documentário *Brazil: The troubled land*³⁵ (ROGERS, 1964), em que ele tira da cinta um revólver, calibre 38, e se exhibe disparando vários tiros, rindo, e afirmando que mata quem tentar organizar os “seus” trabalhadores.

Cruz Lopes enfrentou o mutismo, as frases curtas, a má-vontade dos camponeses em seguir suas recomendações: “A nós ele foi fazer uma visita na segunda-feira. Andou examinando tudo; media as coisas com os passos e escrevia. Depois quis falar com Seu Eduviges e com o Chalio, mas esses dois que já conhecem a figura

³⁵ Vídeo-Documentário, filmado em 1961, sobre as Ligas Camponesas e a luta pela terra em Pernambuco, para a rede de televisão estadunidense ABC. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jWq4_898mg

deixaram ele falando sozinho” (SANTANDER, 1987, p. 54); “Cruz: Como vão os alqueives? / Nazário: Estão indo, engenheiro, estão indo! / Cruz: Já está começando a fechar o tempo... talvez, para o mês que vem já teremos água. / Nazário: Talvez” (p. 56); “Cruz: (*irritado*) Olha, vou te deixar as árvores, você deve saber se as planta ou não... / Pilo: Não deixe aí, engenheiro, vão secar!” (p. 65); “Cruz: (...) olha, deixa um sulco, só um, e semeia da forma que eu digo; você vai ver que eu tenho razão. / Juancho: O engenheiro vai me desculpar, mas não tenho sulcos sobrando (*continua semeando*) (p. 66).

Para Winne (2005), “as pessoas não usam, assimilam ou vivenciam a ciência separadamente de outros elementos de conhecimentos, julgamentos ou recomendações” (p. 31). O dado científico apresentado pelos sujeitos da universidade é tencionado e relacionado com um complexo de conhecimentos, valores, percepções e interesses. Um criador de ovelhas é capaz de entender o dado científico de que um animal contaminado por radiação, por exemplo, pode se curar mais facilmente se vier a pastar em vales cultivados que em colinas rochosas. No entanto, o que os criadores sabem – e o que o técnico da Universidade ou o cientista provavelmente não saibam – é que as pastoreações intensivas na frágil grama do vale pode gerar perdas para as futuras gerações de criação. Atento a esse saber contextualizado, construído na experiência com o território, Freire (1977) afirma que o conteúdo programático da ação do extensionista deve ser organizado com base nas preocupações e demandas concretas da comunidade, numa relação dialógica que não hierarquiza os saberes.

Não era essa a perspectiva de Cruz Lopes, no entanto. O tecnicista esperava que o modo de ser dos camponeses se modificasse mecanicamente, e não conseguia compreender a força da estrutura empírica, constituída ao longo de muitas gerações, que teimava em se manter, mesmo diante da nova estrutura de técnicas especializadas que ele oferecia. Não reconhecia o camponês como um ser cultural, porque o reificava, ou seja, o objetificava.

O autor da obra teatral, utilizando de uma técnica dramatúrgica de construção da personagem, começa a apresentar indícios mais claros de que pode haver mudanças na perspectiva da ação do extensionista. Cruz Lopes, ainda que torne a relação mais autoritária ao buscar a parceria de Seu Máximo para a implementação de seu programa de desenvolvimento regional, assume o lado dos camponeses e demonstra boas

intenções para com eles, em contraste com o tom agressivo da fala do fazendeiro, como demonstra o diálogo:

Máximo: (...) você fez tudo ao contrário. Para começar, a esse povo não se deve perguntar o que deseja fazer; deve-lhes dizer o que é para ser feito.

Cruz: Isso é fácil de dizer, mas não se pode tratá-los aos empurrões para que façam o que a gente quer.

Máximo: Aí é que você deve buscar apoio naqueles que, como eu, já passamos por isso e sabemos como se trata com eles, de que forma devem ser obrigados a que as coisas se façam como devem ser feitas... claro, em seu próprio benefício.

Cruz: isto é, obrigá-los a que se deixem ajudar?

Máximo: Exatamente, é o único caminho. Entendo tuas preocupações, mas é uma pena que teu trabalho esteja se perdendo inutilmente.

(...)

Cruz: (...) penso que o meu programa deveria ajudar este povo que já está fodido... (SANTANDER, 1987, p. 83-85)

Também em outros momentos, o extensionista já havia demonstrado uma boa vontade em se aproximar dos problemas dos camponeses, ainda que fosse como uma estratégia para alcançar seus intentos: “Estou muito afastado desta gente. Gostaria de falar um pouco mais com eles, conhecê-los mais um pouco, e acho que isso só vai ser possível fora das horas de trabalho; quando já estão mais tranquilos” (p. 48); “Talvez, se eu me enfronhar no assunto e conseguir ajudar na legalização das terras, me aceitem com mais facilidade” (p. 49).

Lopes fecha o acordo com Seu Máximo para semear algodão na região, certo do sucesso da empreitada, em benefício dos camponeses. Aparecem os vários sujeitos que participarão da implementação do programa: o engenheiro de irrigação, o gerente do banco, o responsável pelas obras de infraestrutura de canais e barragens, representantes dos setores do comércio, da agricultura, das relações públicas, dos camponeses e o prefeito. A reunião se dá sem o convencimento de Benito, representante dos camponeses, que lembra as experiências anteriores que condenaram os camponeses à fome, como mostra o diálogo:

Ismael: (...) quero insistir em que desta vez vocês não têm nada a perder e sim muito a ganhar.

Benito: Nada a perder? A nossa comida lhe parece pouco? A gente ainda lembra de quando nos convenceram para que semeássemos alho, e o que

aconteceu? Passamos um monte de tempo engolindo alho porque ninguém quis comprar!

Porras: Com a produção de excedentes caiu o preço.

Benito: E porque aconselharam que semeássemos?

(...)

Máximo: Desta vez é diferente. O algodão terá um preço garantido.

Hans: E nós garantimos a compra.

Benito: Nossa única garantia de que vamos comer é semeando milho e feijão.

Cruz: Mas Benito com o que vocês tirarem do algodão vão poder comer também carne, ovos, leite...

(...)

Ismael: Antes de você ir embora, Benito, seria conveniente que você pensasse um pouco; o programa algodoeiro será realizado, com ou sem vocês, pois é necessário para Tenochtlén. Isto já está decidido (p. 101-102).

Se fizermos um recorte buscando as categorias que, de modo geral, fundamentam as decisões para as classes subalternas, incluindo os camponeses, e para os profissionais e técnicos que trabalham junto a essas populações, iremos perceber duas categorias: os profissionais costumam tomar decisões olhando para o futuro, antecipando situações possíveis, se baseando, então, na categoria previsão; já os camponeses, preocupados com a sobrevivência e com a memória viva da fome, estão ocupados em prover o dia e, usualmente, se baseiam na categoria provisão (VALLA, 1996).

Diante da incompreensão do posicionamento das classes populares, interpretado erroneamente como conformismo, apatia ou falta de iniciativa, os profissionais e técnicos, em geral com o apoio do Estado, assumem novamente o discurso autoritário. No caso da peça, o próprio prefeito sentenciou: “o programa algodoeiro será realizado, com ou sem vocês, pois é necessário para Tenochtlén”; no projeto de irrigação na Chapada do Apodi, os técnicos do DNOS “convenceram” aos agricultores de que não havia escolha e, querendo ou não, eles teriam de sair, como vimos no capítulo anterior.

Os camponeses de Tenochtlén foram, assim, obrigados a aceitar a imposição do programa. Ainda tentaram, como estratégia, trocar parte das sementes de algodão por sementes de milho e plantá-las sem que o engenheiro-agrônomo descobrisse. Lopes atentou não apenas para o plano dos camponeses, como também se deparou com um grande esquema de corrupção envolvendo a cooperativa, o banco, o agiota, o escritório

de irrigação, a distribuidora de fertilizantes e inseticidas e, por fim, Seu Máximo, que “enterrou” o programa de desenvolvimento regional e colocou o ingênuo extensionista e os camponeses numa situação de difícil solução. A ação do engenheiro-agrônomo, focada na técnica, alheia aos conflitos e à correlação de forças no território, havia sido cooptada pelos agentes de poder na região, para servir a intuítos ilícitos.

No desfecho da peça teatral, Lopes decidiu romper de vez com quem o enganou. Os camponeses, tendo percebido que o jovem extensionista tinha agido de boa-fé, fizeram o convite para que ele permanecesse prestando assistência técnica ao povoado. O engenheiro-agrônomo aceitou o convite e passou a estabelecer outro tipo de relação com os camponeses, expressa na fala seguinte:

(...) depois de trabalharmos juntos, percebo que eu tenho mais a aprender com vocês do que vocês comigo (risadas). Talvez, minha única vantagem seja que, quando acontecer um desastre, uma praga que nem vocês nem eu saibamos o que é nem como pode se combater, eu sei onde se deve perguntar, de que forma consultar e a quem recorrer. Isto é a única coisa que eu vou ensinar a vocês, para que se algum dia eu precisar ir embora daqui, vocês saibam o que fazer. O resto a gente tem que aprender junto (SANTANDER, 1987, p. 138).

Nessa fala, Cruz Lopes toca nas características de uma relação dialógica – colaboração, união, organização popular, síntese cultural (FREIRE, 2005) –, passando a considerar e valorizar o conhecimento empírico do camponês, reconhecendo que ele também, enquanto sujeito da relação, têm conhecimentos que podem ser ensinados, se dispendo à construção coletiva, apontando para uma relação que intenta a autonomia e a emancipação do outro. Desse modo, há uma mudança de polaridade e de modelo de relação entre o sujeito da Universidade e os sujeitos da comunidade, no decorrer da peça, com mudanças de atitudes da personagem principal que passa a estabelecer uma ação de comunicação, em vez da ação de extensão – antidialógica – que estava patente no início da trama.

3.2. As universidades e a comunidade do Tomé

Entre a ação apresentada no texto literário *O extensionista* e a ação das universidades na comunidade do Tomé há significativas diferenças, em especial: a) a

área do conhecimento acadêmico que envolve as ações: em um, as Ciências Agrárias (extensão rural, manejo e tratos culturais, fertilidade do solo e adubação) e, em outro, as Ciências da Saúde (saúde coletiva, epidemiologia, saúde e ambiente), as Ciências Humanas (Geografia, Educação, Sociologia) e Multidisciplinares (Desenvolvimento e Meio Ambiente, Mediação Cultural, Metodologias participativas); b) o tempo histórico em que se dão as ações: o texto teatral foi escrito na década de 1970; as ações na comunidade do Tomé ocorreram entre 2007 e 2017.

No decurso das décadas que separam as ações, uma série de fatores históricos e sociais produziram as condições para mudanças de perspectiva na relação Universidade e Sociedade, mesmo em áreas – como a das Ciências Agrárias – cuja ação, em geral, sempre foi muito diretiva, como a que se mostra na peça teatral. Importante salientar a contribuição decisiva dos movimentos sociais do campo, no Brasil, a partir do processo de redemocratização na década de 1980, na direção de tencionar a sociedade e suas instituições a refletir sobre o campo como um lugar de vida, não apenas de produção de alimentos para atender as demandas crescentes das cidades (MARTINS, 1989). As universidades foram convidadas, assim, a diversificar seus propósitos e suas ações, abandonando a perspectiva assistencialista, e considerando em sua relação com a sociedade uma maior abertura para o diálogo democrático e para a indissociabilidade do tripé pesquisa-ensino-extensão.

As diferenças de tempos históricos e de áreas do conhecimento, no entanto, não impedem uma aproximação entre tais ações, no sentido de refletir acerca de relações antidialógicas e dialógicas entre as universidades e as comunidades, mesmo por que “ainda são recorrentes as práticas extensionistas que hierarquizam os saberes e são compreendidas como unidimensionais entre o conhecimento elaborado na universidade e os conhecimentos advindos das práticas sociais dos povos” (LEHER, 2015, p. 02).

3.2.1. Como as universidades chegaram na comunidade do Tomé?

De acordo com alguns moradores, por volta do ano 2004, os conflitos vinham se intensificando entre as empresas do agronegócio e a comunidade. Zé Maria, presidente da Associação Comunitária, tentava alertar os moradores para os riscos da exposição aos agrotóxicos, denunciava os casos de doenças que estavam surgindo,

marcava reuniões para debater o problema da contaminação da água. No entanto, ele era, em grande medida, ignorado pelos seus vizinhos. A estratégia utilizada pelo líder comunitário para tentar ser ouvido foi sensibilizar o pároco, Pe. Almir Costa, membro da diretoria da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. O envolvimento da Cáritas foi muito importante para dar início a um movimento mais amplo, articulando Movimentos Sociais constituídos, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, sindicatos de trabalhadores, como a Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas, Pastorais Sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Além destes, foram articuladas Instituições de Ensino Superior (IES), como a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, da Universidade Estadual do Ceará (UECE) –, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus de Limoeiro do Norte, a Universidade Federal do Ceará (UFC), permitindo dar visibilidade aos conflitos ambientais deflagrados na Chapada do Apodi.

Em 2005, o Núcleo de Epidemiologia da Secretaria Estadual de Saúde divulgou a informação de que o número de internação por intoxicação por pesticidas foi elevado em mais de 40% de um ano para o outro, sendo oficialmente 639 casos em 2004 e 1106 casos em 2005, com predominância na região do Baixo Jaguaribe, com 414 casos (aprox. 38%) só no município de Limoeiro do Norte (TRAMAS/UFC, 2012).

Em 2006, um edital do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi lançado com uma linha de atuação em estudos epidemiológicos em populações expostas à contaminação ambiental no nordeste do Brasil. Cáritas e MST provocaram a alguns pesquisadores e professores das universidades para elaborarem um projeto voltado para as populações do Baixo Jaguaribe, onde está situada a Chapada do Apodi e a comunidade do Tomé, para concorrerem a esse edital. Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) junto a agentes de saúde, técnicos agrícolas, militantes de movimentos sociais se reuniram para elaborar e executar o “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, realizado entre 2007 e 2009 (TRAMAS, 2012).

O Estudo epidemiológico foi a primeira ação da Universidade que envolveu um grande número de profissionais – de dezesseis diferentes formações, entre médicos, enfermeiras, fonoaudióloga, assistente social, psicóloga, fisioterapeuta, farmacêutica,

educador físico, biólogo, geógrafos, geólogo, engenheiro agrônomo, economista, pedagoga, além de estudantes de direito e ciências ambientais – e muitos moradores da região, incluindo 545 trabalhadores. O complexo desenho metodológico do estudo contou com a) caracterização socioambiental da área; b) fluxo dos agrotóxicos, da aquisição ao descarte de resíduos; c) estudos dos processo de produção, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e práticas de manejo; d) aplicação de questionários e exame clínico - n = 545; e) mapeamento de vulnerabilidades socioambientais junto às comunidades; f) análises clínicas e imunogenéticas; análise de água, solo e sedimentos; g) acompanhamento da pulverização aérea; h) etnografia / pesquisa-ação; i) avaliação dos mecanismos institucionais de monitoramento e controle; j) seminários públicos. Seus resultados atestaram alto grau de contaminação ambiental pelo uso intensivo de agrotóxicos e impactos sobre a saúde humana e do ambiente, e puderam servir de reflexão e de alerta para a população, de base para a discussão de políticas públicas, de sustentáculo para argumentos em processos judiciais, de subsídios para outras pesquisas e para o avanço da ciência (RIGOTTO, 2011).

Em 2010, o brutal assassinato do líder Zé Maria do Tomé comoveu um grande número de pessoas, principalmente aquelas vinculadas aos Movimentos Sociais, aumentou a visibilidade e o número de visitantes nas comunidades da Chapada do Apodi. Pesquisadores vinculados a universidades de outros estados do Brasil, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) realizaram atividades na região. Nos anos seguintes, pesquisadores, professores e estudantes da UFC, da UECE, do IFCE, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), realizaram pesquisas de graduação e pós-graduação, pesquisas financiadas por órgãos públicos, atividades de extensão, oficinas e seminários na Chapada do Apodi, sobretudo, na comunidade do Tomé, com temáticas relacionadas aos conflitos ambientais. No período compreendido entre 2007 e 2017, encontramos cerca de quarenta publicações referentes aos conflitos ambientais na Chapada do Apodi, com referência à comunidade do Tomé, entre livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos em anais de eventos científicos, monografias, dissertações, teses e outros materiais de cunho educativo (Dossiê, Almanaque, cordéis, vídeos, mapas, etc.).

Mas o que pensam os moradores da comunidade do Tomé acerca dessas ações das universidades? Apresentaremos as respostas a esta questão dividida em quatro partes: 1) percepção geral sobre as ações das universidades; 2) o diálogo entre sujeitos,

saberes e propósitos de Universidade e Comunidade; 3) as ações da Universidade e sua pertinência para a comunidade; 4) representações sobre a Universidade e sua função social.

3.2.2. Percepção dos moradores sobre a presença das universidades

Ao questionar sobre a presença da Universidade no cotidiano da comunidade, percebemos que havia uma clara divisão entre aqueles moradores que acolhiam e aprovavam as ações, aceitando participar de atividades, e outros moradores que reagiam negativamente à presença da Universidade, recusando participar das ações. Nesse primeiro tópico daremos uma ênfase maior às percepções negativas e às recusas de participação, pretendendo deixar claro os desafios e os limites das ações da Universidade na comunidade. Nos tópicos seguintes, falaremos sobre as potencialidades desse tipo de ação.

A expansão das fronteiras do capital a partir da instalação de grandes empreendimentos gera contradições, tensões, oposições, disputas por modelos de desenvolvimento, conflitos de ordem ambiental, política e de interesses – entre a empresa capitalista e a comunidade, mas também entre os próprios membros da comunidade –, que são expressos nas resistências, nas críticas, nos julgamentos, nas predisposições dos moradores em relação às universidades.

Aproximando a realidade observada na comunidade do Tomé com a obra teatral *O extensionista* (SANTANDER, 1987), um primeiro ponto trata-se da representação dos camponeses. A peça simplifica essa representação, apresentando-os num todo homogêneo. É possível compreender as razões do autor do texto para tal simplificação, dado o curto espaço de tempo para levar à cena um debate tão complexo. No entanto, não podemos descuidar da compreensão, como bem observa Foucault (1979), de que o poder é exercido nas relações sociais e se opera em várias direções (não apenas em sentido vertical entre dominador e dominado), sob pena de reduzirmos a complexidade da realidade a uma relação dicotomizada e romantizada – logo, equivocada – entre “puros opressores” e “puros oprimidos”. O que se observa na comunidade do Tomé é uma teia de relações de poder, complementares e conflitantes, refletida naquilo que os moradores pensam acerca da Universidade.

A questão econômica – embora não seja a única – é fulcral para compreender, sobretudo, o distanciamento de boa parte – talvez, a maior – da comunidade em relação à Universidade. No período em que a atividade do agronegócio estava mais forte, muitos moradores se recusavam, por diferentes motivos, a participar das ações da Universidade – porque familiares tinham envolvimento ou interesse no agronegócio; porque estavam preocupados com a manutenção dos empregos; porque consideravam que o modelo do agronegócio poderia trazer desenvolvimento; porque diante do clima de tensão era melhor não incomodar aquele que detinha maior poder; etc.. Porém, já mais recentemente, no período em que a atividade do agronegócio sofreu uma queda, em razão, principalmente, de uma longa temporada de chuvas abaixo da média e da consequente diminuição da oferta de água, a partir do ano de 2014, muitos relatos tratam de uma maior aceitação dos moradores em relação às ações da Universidade.

Como tratado no capítulo anterior, para muitos moradores da comunidade do Tomé, o sujeito da Universidade é um estrangeiro; suas ações representam “o advento do estranho, aquele que modifica o significado das coisas” (MARTINS, 1993, p. 41), e isso gera uma reação dos moradores. Helena, moradora, 40 anos, lembra a reação de alguns vizinhos: “as pessoas torciam a cara quando a gente andava com elas [as pessoas da Universidade] aqui na rua, diziam que era ‘um pessoal esquisito’”. O esquisito é o incomum, o diferente, o que pertence a outro mundo social, diverso daquele mundo da comunidade, e que, sendo de outro mundo, chega para apontar um problema cujo parte dos moradores não tinha conhecimento ou não estava convencida de que o problema realmente existia.

As novas práticas produtivas, adotadas na região quando da chegada da atividade do agronegócio, traziam consigo uma série de riscos até então desconhecidos dos moradores, que, por isso mesmo, tinham dificuldades de relacionar os efeitos com as causas. É preciso lembrar que o conhecimento popular camponês, de um modo geral, é um “saber de experiência feito” (FREIRE, 2014); logo o conhecimento relacionado aos riscos à contaminação por agrotóxicos, por exemplo, tanto por seu caráter técnico, quanto pelo curto espaço de tempo desde que a utilização de agrotóxicos na produção agrícola se tornara prática na região, ainda não haviam se integrado ao conjunto de conhecimentos acumulados e sistematizados por aquele grupo social. A falta de conhecimento acerca do grau de toxicidade dos agrotóxicos utilizados na produção das frutas, bem como dos sintomas nos casos de exposição, não permitia a uma parte dos

moradores relacionar a causalidade da sensação de náusea e mal estar após a passagem do avião da pulverização, a irritação e a coceira na pele após o banho, o aumento dos casos de câncer, entre outros efeitos.

O “pessoal esquisito” da Universidade tinha, então, como propósitos mais bem definidos em suas ações, de acordo com Rigotto e Ellery (2011), a) denunciar as injustiças, apresentado um conhecimento – também vindo de fora – que pudesse melhor explicitar os riscos decorrentes da introdução de procedimentos e práticas modernas (com riscos químicos e ambientais gerados pela utilização dos agrotóxicos, por exemplo), ao mesmo tempo em que intenta b) fazer a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento e ao papel do Estado e do mercado na gênese e na manutenção das injustiças ambientais, como bem expressam ao tratar do desenho do “Estudo epidemiológico”:

Nos agravos à saúde, o corpo dos trabalhadores e moradores da região registra e expressa de alguma forma o contexto histórico-social de risco em que estão vivendo. Ler e interpretar estes registros é dar início a um processo de desocultamento das características do modo de produção e consumo, evidenciando a desigualdade na distribuição dos benefícios e dos danos do modelo de desenvolvimento em curso (p. 78).

Ou seja, o estudo devia dar conta da complexidade de abordar a dimensão específica – nesse caso, a dimensão da saúde da população exposta à contaminação ambiental – e integrá-la ao plano de análise política, considerando as determinantes sociais do processo saúde-doença a partir de uma epidemiologia crítica (BREILH, 2006). Tal abordagem levava a um terceiro propósito, o de c) aportar elementos para uma ciência emancipatória e uma Universidade democrática:

A necessidade de criar bases e vínculos para a pesquisa junto aos sujeitos, comunidades e autoridades da região foi ficando cada vez mais clara para nós: o problema em estudo é vivido por eles; eles detêm conhecimentos especiais e insubstituíveis; a eles caberá apropriar-se do processo e dos resultados, como esperamos, ferramentas de transformação e emancipação. (RIGOTTO; ELLERY, 2011, p. 75-76)

Importante perceber como o grupo que se dispôs a realizar o “Estudo epidemiológico” no Baixo Jaguaribe, com diversas ações na comunidade do Tomé, chegou com uma perspectiva bastante diferente daquela eleita pelo engenheiro-agrônomo na obra teatral analisada nesse capítulo. É preciso considerar as

especificidades de cada trabalho, no entanto, se sobressaem as diferenças entre pensamento complexo *versus* conhecimento técnico e unidirecional, atitude dialógica *versus* atitude antidialógica, proposta de transformação e emancipação *versus* objetivo de aumento da produtividade.

De um modo ou de outro, ainda que se apresentem como aliados, parece ser comum que os sujeitos da Universidade sejam recebidos, pelos menos por parte da comunidade, com desconfiança, porque estrangeiros, e com algum grau de descontentamento, porque apontam um problema.

Outro grupo de moradores da comunidade do Tomé reagia negativamente à presença da Universidade ou se recusava a participar de suas pelo fato de que tinham parentes ou pessoas próximas trabalhando nas empresas do agronegócio ou mesmo possuíam uma pequena produção agrícola, fazendo o uso de agrotóxicos. Também Helena nos oferece uma análise dessa situação, mostrando mesmo uma postura de negação do problema e deslegitimação do saber acadêmico por parte dessas pessoas.

(...) elas se sentiam ofendidas porque a Universidade tava aqui, estudando algo, dizendo que esse algo podia ser prejudicial à saúde das pessoas, e elas tinham contato diretamente com esse algo porque os esposos tinham sítio, tinham interesse no agronegócio, e isso gerava uma barreira pra que elas se fechassem e dissessem que não queriam nem saber, dizendo “esse povo tá aí, inventando essas coisas, porque isso não existe”.

Diferente da situação anterior em que a reação negativa era, pelo menos em alguma medida, inconsciente ou instintiva, há aqui uma intenção deliberada de oposição. Interessante notar, no entanto, que a oposição nesta situação é gerada por um processo de alienação, expressa no desencontro entre a situação e a consciência (MARTINS, 1989).

Sujeitos da Universidade e dos Movimentos Sociais que participaram do Estudo epidemiológico identificaram uma ideologia de sustentação simbólica do agronegócio na região, que pode ser explicitada didaticamente em temas que vem sendo denominados por “mitos do agronegócio” (TRAMAS, 2012). Reconhecemos alguns desses “mitos”³⁶ em uma série de assertivas de uma moradora entrevistada:

³⁶ Além dos cinco “mitos” aqui apresentados, há dois outros igualmente identificados na região – o agronegócio demonstra preocupação com o meio ambiente; não há problemas com o uso de agrotóxicos pois o Estado faz a regulação –, que não incluímos no quadro por não terem sido manifestados por esta ou por outra/o entrevistada/o. Cf. TRAMAS, 2012.

Quadro 2 - Mitos do agronegócio na fala de uma moradora

O que diz o mito?	O que diz a entrevistada?
Não existia vida na Chapada do Apodi antes do agronegócio chegar	a) “Aqui não tinha outra coisa, não, agricultura era só do inverno. Não teve inverno, era seca, e se era seca o pessoal ia procurar emprego em rodagem ou ia embora pras firma. Não ficava ninguém aqui pra trabalhar. Aí com a vinda dessas empresas, que foi desmatada a Chapada do Apodi pra fazer esse projeto irrigado e as outras empresas foram chegando, tomando de conta, pronto, as pessoas hoje não viajam tanto”.
É possível usar veneno com segurança	b) “Eu sou contra que eles plantem perto [das casas], porque melão eles usam enxofre e é um dos agrotóxicos pior que tem, então eles tem que deixar não sei quantos metros, não sei quantos hectare, afastado da comunidade”. “Claro que já foi tirado aquela pulverização aérea, aquilo já foi tirado, foi proibido por lei, que eu também era ‘contríssima’, porque a partir do momento que aquele avião andava soltando, o vento levava longe, ia pra todo canto, não era só ali dentro da plantação, não, ia pras casas, ia pras água, poluía as água mais ainda”.
O agronegócio promove o desenvolvimento local	c) Porque as empresas não podem parar. A agricultura pode parar? Não, não pode. Em termos de Nordeste, de Ceará – não tem muitas indústrias – é agricultura mesmo, agronegócio, avicultura, agricultura, pecuária, agora eles estão fazendo criação de camarão.
Não existe outra forma de produzir que não seja a do agronegócio	d) Até eu falei pra uma pessoa, pois venham vocês, pegue uns quatro hectares e plante sem usar nenhum tipo de agrotóxico, se vocês tiverem uma boa colheita, vocês estão de parabéns. Por que não dá! Não dá! Eles já trabalham aí há muitos anos, e usando [o agrotóxico], [a produção] já não está de boa qualidade. E não usando? Já foi o tempo que a terra era sadia.
O agronegócio é moderno e traz progresso, gera emprego e renda	e) A crise que afeta o Brasil afeta nós aqui, mas pouco. Porque aqui nós trabalha com água, com agricultura, aqui a nossa crise é da água. Se nós tivesse a água, favorável como tinha, do [Açude] Castanhão, nós não ia ouvir falar em crise. (...) porque se eles davam emprego a duas mil pessoas no ano retrasado, ano passado foi mil e esse ano, talvez, caia pra quinhentos. Os poços secaram. Se chegar água nos poços, voltam a empregar, vão plantar mais.

(Fonte: TRAMAS/UFC, 2012; entrevista com moradora)

Argumentamos as assertivas da moradora enquanto “mitos”, amparados na dominação simbólica, por algumas razões que elencamos:

a) Mito 1 – Não existia vida na Chapada do Apodi antes do agronegócio chegar. Desde as primeiras décadas do século XX há um processo de ocupação da Chapada do Apodi, com a utilização de diferentes práticas produtivas (agricultura de sequeiro, criação de pequenos animais, extração de madeira e carvão, caieira, etc.) e marcadores de territorialização (construção da Igreja já na década de 1940, diferentes formas de socialização por meio da religião e do trabalho, relações de vizinhança, identidade e cultura comunitária, etc.);

b) Mito 2 – É possível usar veneno com segurança. O uso de EPIs ou o cumprimento de legislações e normas de segurança quanto à distância das áreas residenciais, por exemplo, não garantem a supressão dos riscos de exposição aos agrotóxicos. Mesmo aquelas pessoas que não trabalham nas empresas e que não moram próximas às plantações estão suscetíveis à contaminação, seja por meio da água contaminada que utiliza para tomar banho, dos alimentos ou mesmo enquanto lavam a roupa de pessoas da família que trabalham nas empresas;

c) Mito 3 – O agronegócio promove o desenvolvimento local. O agronegócio é uma atividade que recebe do Estado inúmeros incentivos fiscais – os agrotóxicos no Ceará, por exemplo, recebem 100% de isenção de ICMS, IPI, PIS/PASEP, Cofins³⁷ –, concessão de uso da água, baixos preços de energia, empréstimos de bancos públicos, ao mesmo tempo em que causa uma série de efeitos danosos que gera custos para o Estado, aumento do quadro de doenças demandando do sistema público de saúde, contaminação de corpos hídricos exigindo pesquisas e medidas de resolução, entre outros efeitos indiretos, a exemplo do inchaço populacional devido a migração de trabalhadores, da desorganização da vida comunitária, que também geram demandas para o Estado;

d) Mito 4 – Não existe outra forma de produzir que não seja a do agronegócio. Experiências em agroecologia e de agricultura familiar de base camponesa têm demonstrado possibilidades de produzir sem o uso de agrotóxicos e sem sementes transgênicas, numa relação saudável com o ambiente;

e) Mito 5 – O agronegócio é moderno e traz progresso, gera emprego e renda. Poderíamos situar a atividade do agronegócio como uma modernização conservadora, ampliando os números de produção de *commodities* para atender ao mercado internacional ao tempo que mantem a precariedade no trabalho, a exploração do trabalhador e a espoliação do ambiente (TRAMAS, 2012).

O arcaico, ainda presente nas relações de trabalho em empresas do agronegócio, fica patente em alguns argumentos de recusa à participação em atividades da Universidade, como comenta Ana, moradora, 43 anos.

³⁷ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços; Imposto sobre produtos industrializados; Programa Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Quando eu conversava com uma mulher, pedindo pra ela dar uma entrevista, porque ela tava com problema de hérnia de disco, um problema de coluna, e a Ada³⁸ queria fazer um acompanhamento com essas pessoas. Aí, ela foi e disse assim: - “Não, eu não me envolvo com isso, porque minha família inteira trabalha em empresa, o dono da empresa é acusado de ser o mandante do assassinato de Zé Maria, e aí eu prefiro ficar de fora, porque se eu der uma entrevista a você podem achar que estou falando mal deles, aí podem querer vir me matar ou fazer alguma coisa com meu marido que trabalha lá na empresa”.

Alguns aspectos a tratar a partir dessa fala é que a) essa verbalização tão direta da mulher só se deu porque foi uma resposta à Ana, também moradora, sem a presença de sujeitos da Universidade; b) retaliações de diversas ordens são expedientes utilizados por algumas empresas, fartamente comentados pelos moradores; c) o assassinato de Zé Maria gerou um sentimento de medo em boa parte da comunidade, elevando a resistência à participação em ações da Universidade.

Em 2014, iniciando uma pesquisa-ação na comunidade do Tomé, como aluno de uma pós-graduação *lato sensu*³⁹, tentei de diversas maneiras convidar as pessoas para participar das atividades que estava organizando. Tratava-se de uma série de oficinas com técnicas de Teatro do Oprimido⁴⁰ (BOAL, 2013). Conversei com lideranças, visitei algumas residências, me reuni com professoras de arte – de modo que pudessem incentivar seus alunos –, organizei uma apresentação de teatro de rua com um grupo convidado – reunindo mais de uma centena de pessoas na praça – e divulguei antes e após a apresentação. No entanto, não consegui um grupo para participar das oficinas. Também Ana lembra que um professor do Departamento de História da UFC tentou realizar um projeto de extensão relacionado com a memória e a história da comunidade, mas não houve a participação dos moradores: “infelizmente, em todas as reuniões, a única que tava era eu [ri]. Aí, só uma pessoa não dava pra fazer”. Essa ausência, esse silêncio, tão expressivos, é outra forma de dizer aos sujeitos da Universidade tudo o que a mulher disse à Ana na intimidade da relação entre pessoas da comunidade. Lembremos o que diz o Cancioneiro, na obra *O extensionista*, revelando que a opinião popular, embora sempre presente, nem sempre se expressa, seja “por timidez”, “por temor”, “por hipocrisia”, “por impotência” ou “por falta de energia” (SANTANDER, 1987, p. 15).

³⁸ Médica, pesquisadora do Núcleo Tramas – UFC.

³⁹ Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo – Residência Agrária, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

⁴⁰ Método de teatro, sistematizado pelo teatrólogo Augusto Boal.

Martins (1989) fala do “duplo código cultural”, utilizado pelas populações camponesas – e por outras populações subalternizadas – como estratégia de sobrevivência e resistência, como um modo de dizer e não dizer ao mesmo tempo, negar e afirmar, por meio de metáforas, de ocultações, dissimulações e silêncios, revelando a violência e a dominação de indivíduos, grupos ou estruturas de poder que lhes legaram a condição de vulnerabilidade. Satriani (1980) afirma que “o silêncio parece ser sinal de uma epifania dos pobres, no sentido de que o silêncio se inscreve em uma ordem de verdade – a verdade histórica da dominação – e a palavra em uma ordem de poder” (*apud* MARTINS, 1989, p. 116).

Em algumas entrevistas, as pausas, o olhar apreensivo, a frase interrompida e as reticências, a mudança de sentido no curso da frase, as sentenças curtas apenas para responder a pergunta elaborada, e afirmações do tipo “tinha muitos [momentos em que era procurada para falar] que eu me incomodava, tinha vergonha e tinha medo também, até mesmo de me expor, por causa do acontecido [o assassinato de Zé Maria]”, parecem reforçar a afirmação de Satriani, inscrevendo o silêncio em uma “ordem de verdade”. Do mesmo modo, mostram a palavra em uma “ordem de poder”, exigindo de indivíduos e grupos sociais vulnerabilizados a escolha cuidadosa da palavra permitida, consentida, ou o silêncio, inclusive diante daquele que, sendo também um “estrangeiro”, pode representar uma ameaça, o pesquisador da Universidade. Como comenta Ana acerca do que alguns moradores dizem em relação aos sujeitos da Universidade, “eu tô conversando com você, não conheço você, não sei quem anda mais você, quem são suas amizades, e o que pode acontecer comigo depois”.

Se no momento de implantação do perímetro irrigado, de uma etapa da chamada modernização agrícola, o Estado intentou transformar o agricultor ou o camponês em colono ou irrigante, retirando os traços do tradicionalismo rural e o colocando sob uma lógica moderna e capitalista, é preciso problematizar, então, a chegada de médias e grandes empresas de fruticultura na região, acompanhada de práticas e relações “não-modernas” e “não capitalistas”.

Após a expansão da empresa multinacional, a expulsão das famílias tornara-se inevitável, conforme conta uma moradora: “A empresa assombrou primeiro, dizendo que o veneno matava e o enxofre fazia mal, aí todo mundo ficou com medo e foi embora”. O uso do enxofre foi uma das principais estratégias da empresa para a “expulsão” das famílias, que se obrigaram a vender as terras pelos preços por ela estabelecidos (FREITAS; CARVALHO; MENDES, 2016, p. 95).

O enxofre é utilizado para equilibrar a acidez do solo, reduzindo o pH, principalmente para a plantação do abacaxi. Nesse caso, no entanto, ele era queimado, produzindo uma fumaça mal cheirosa para amedrontar os moradores e impulsioná-los a deixar as terras. Esse tipo de estratégia em que a empresa se utilizou da falta de conhecimento da comunidade de um dado específico – porque ausente até então de sua experiência – e a força a uma tomada de decisão com base em um fato inverídico, gerando medo, insegurança e perdas materiais aos moradores, é apenas uma das formas de violência admitida por algumas empresas a fim de atingir seus objetivos de persecução do lucro.

Mas existem outras formas de violência, identificadas por pesquisadores e relatadas em entrevistas por moradores, que atingem a comunidade, de modo geral, mas, especialmente, os trabalhadores: passagens constantes de caminhão ocasionando poeira e rachaduras nas casas, ameaças, jornadas extenuantes de trabalho, mudanças de função (para funções que exigem maior esforço físico), assédio dos “encarregados”, etc. –, cujo o propósito é o de manter a dominação simbólica sobre essa população (FREITAS; CARVALHO; MENDES, 2016).

Se pensarmos em violência física, podemos considerar, em primeiro lugar, a própria exposição, sobretudo dos trabalhadores, aos agrotóxicos, levando a um quadro patológico que apresenta desde sofrimento psicossocial, doenças mentais, intoxicações, lesões hepáticas, alterações hematológicas e um significativo aumento de 38% nas internações por cânceres (TRAMAS/UFC, 2010). Outros tipos de violência física – embora, não frequentes – podem também ser considerados no rol de expedientes “não-modernos” e “não-capitalistas” de algumas empresas instaladas na Chapada do Apodi. O assassinato de Zé Maria do Tomé, em abril de 2010, é um desses casos que valem por muitos, porque é uma sentença dada também à tentativa de consolidação de um sujeito político, “é uma violência dirigida concretamente para demolir a capacidade de organização e expressão política dessas populações” (MARTINS, 1993, p. 32), tendo como um de seus acusados – em denúncia realizada pelo Ministério Público em 2012 – o proprietário de uma empresa do agronegócio instalada no PIJA.

Após o assassinato de Zé Maria, os espaços de organização política da comunidade sofreram um esvaziamento. As ações conduzidas pela Igreja, pelos

Movimentos Sociais ou pela Universidade, porque associadas ao líder comunitário, eram vistas como arriscadas, como comenta D. Bete, moradora, 58 anos:

Quando ia acontecer uma reunião, se eu ia convidar, tinha pais que diziam: “Vai nada. (...) você é doida. Qualquer dia desses você vai ter seus miolo estourado. Você é maluca em se envolver com um negócio desse”. “Minha gente, pelo amor de Deus, não tem nada a ver, Zé Maria foi apenas um defensor, a gente tá tratando dos problemas que ele queria nos defender, isso não vai prejudicar ninguém, não”. “Não, minha menina não vai, não. E muito menos eu”.

Como diz Ana, “falou no nome Zé Maria a comunidade se fecha porque tem medo de falar e ser assassinado”. O medo da violência assumia caráter ainda mais definitivo no sentido do silenciamento dos moradores porque era atualizado em boatos. Em 2011, nos preparativos para a Semana Zé Maria e para a Romaria dos Mártires – programação anual que lembra a luta do líder comunitário e reivindica a punição dos responsáveis – espalhou-se rumores de que durante a missa o padre iria revelar o nome do assassino de Zé Maria e que aconteceria um grande tiroteio na comunidade. Isso foi o suficiente para que os moradores se resguardassem, permanecessem em suas casas e não participassem das atividades, como comenta Ana.

Na missa de 1 ano [da morte do Zé Maria], que houve a primeira Romaria da Chapada, teve gente que se trancou dentro de casa com a família. Alguns jovens iam fazer apresentação na praça, e teve uns três grupos que não se apresentaram porque os pais não deixaram sair de dentro de casa, trancaram os filhos dentro de casa porque disseram que ia ter uma chacina naquele dia, na praça. Aí foi algo terrível na comunidade, e onde a gente passava, quando deu duas horas da tarde, era todo mundo com as portas tudo trancada, com medo.

Lembrando Freire (1977), “os camponeses não recusam o diálogo porque sejam, por natureza, refratários a ele. Há razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo” (p. 48). O Estado não estabeleceu um diálogo ao propor o PIJA e decidir pela expulsão dos posseiros, as empresas não propuseram um diálogo diante da utilização dos agrotóxicos, inclusive com pulverização aérea que atingia os moradores em suas casas, a própria Universidade – embora em contato com lideranças e Movimentos Sociais – não arquitetou um diálogo com o conjunto da comunidade para decidir as ações a serem realizadas e nem mesmo sua proposta de transformação e emancipação foi colocada à apreciação dos moradores. Os episódios de violência simbólica e uma emboscada que culminou num assassinato de

uma liderança comunitária com mais de vinte tiros é extremamente antidialógico. A história e a consciência camponesas vem sendo moldadas a partir de um elenco de experiências verticais, rígidas, com pouco ou nenhum espaço para a participação e para o diálogo.

Essa situação de repressão vivida ao longo dos anos criou insegurança entre os camponeses e uma desesperança no próprio exercício da democracia, como comenta D. Bete,

Quando se dizia: “vem uma equipe da universidade fazer uma reunião no salão paroquial, no Memorial Zé Maria”, a gente convidava: “fulana, vamos assistir”. “E eu vou assistir pra quê, se sempre eles não resolvem nada? Quem é nós, peixe pequeno, diante de peixe grande? Tá vendo que não resolve nada? Eu mesmo não vou perder meu tempo pra isso, não”.

A afirmação expressa a internalização de uma ideologia assentada numa hierarquia de camadas sociais que estabelece uma inferioridade às camadas populares e mais vulneráveis.

Outro importante elemento que leva alguns moradores a se posicionarem contrários à ação da Universidade tem a ver com a priorização do aspecto econômico. Em uma entrevista informal, durante a observação participante, enquanto tomava um café na casa de uma senhora muito simpática, ela me dizia que há muita gente na comunidade que não quer admitir que a universidade trabalha para o bem da comunidade. Segundo ela, essas pessoas são contrárias à Universidade porque seu interesse está no dinheiro, enquanto as pessoas que são a favor têm interesse na saúde e no bem da comunidade. Disse que as empresas proporcionaram que a comunidade crescesse, que tivesse mais riqueza, e o que aconteceu foi que, antigamente, as pessoas eram pobres, mas ricas, porque tinham saúde, comiam uma alimentação saudável; e hoje, com mais dinheiro, as pessoas são mais ricas, mas mais pobres, porque muitas estão doentes, não podem comer nada, nem beber água, sem ter medo de ficar doente.

Também Diana, moradora, 42 anos, tem opinião semelhante; ela afirma que as pessoas até tomavam conhecimento do que a Universidade propunha pra comunidade,

só que ninguém queria, porque eles achavam assim, quem tem um comercio achava uma maravilha ter uma empresa aí que tá empregando “mei” mundo de gente que vai lá comprar no comércio deles, né? Porque a gente sabe que quando a Agrícola [Famosa] acaba a safra o comércio cai. Toda vida é assim,

e eles torcem, claro, que a Agrícola fique. E eles achavam que esse pessoal [da Universidade] que vinha era contra as empresas e por isso faziam uma confusão.

Aqui, a ideia do desenvolvimento, do progresso, da geração de renda, de uma cultura desenvolvimentista, é assimilada por esses moradores e ganha precedência mesmo sobre a saúde e o bem-estar da comunidade, dimensões que eram abordadas pela Universidade. D. Bete também chegou a afirmar que se fosse outro tipo de reunião, com a presença de empresários e vereadores, a presença da comunidade nas atividades seria bastante diferente:

(...) se na comunidade tem pessoas que tem mais visão [econômica], a comunidade todinha fica olhando pra aquela pessoa. Vai ter uma reunião de fulano (...), de Luizim, vereador Luizim, vai o empresário Nego de Julio, vai o empresário Capricho, eu digo a você que a comunidade quase toda ia, acredita?

Certo entendimento, entre moradores, de que o caminho a ser seguido é o do desenvolvimento econômico acaba por relativizar os impactos negativos (ambientais, socioculturais, econômicos, à saúde humana) sofridos pela comunidade. Em diversos momentos, entrevistados relacionaram o aumento da violência e do tráfico de drogas com a desestruturação do modo de vida comunitário, efeito do inchaço populacional a partir da migração de trabalhadores de outras regiões, ou mesmo reconheceram o aumento de doenças da população como resultante da exposição aos agrotóxicos. No entanto, parte dos moradores considera um prejuízo maior o fim da atividade do agronegócio na região, extinguindo milhares de empregos. “E se as empresas fecharem? Pronto, vai embora todas as empresas daqui, pronto, acabou negócio de agrotóxico, acabou tudo, e aí esse povo vão bater na porta de quem procurando por trabalho?”, disse uma das entrevistadas.

E, desse modo, essa parcela da comunidade sente-se mais atraída às ações organizadas por reconhecidos empreendedores que às ações de iniciativa dos Movimentos Sociais ou da Universidade: “isso é besteira, esses besta só vem pra fazer zoada aqui, porque não resolve nada (...). O que nós estamos querendo, não resolve nada”, é o que se comenta, como afirma D. Bete.

Também há, de forma bastante disseminada, o pensamento de que a Universidade vai à comunidade realizar a ação e em seguida vai embora, às vezes, sem

consequência direta para a população, às vezes, com consequências negativas. Helena comenta,

eu ouvi muito dizerem, “esse pessoal vem fazer o trabalho deles, vem colher as informações que eles querem, depois vão embora e pronto”; “você tá fazendo um trabalho em vão, porque você tá gastando o seu tempo pra fazer um trabalho que é deles, que só vai servir pra eles”; “eles estão precisando, aí pegam vocês de besta, de cobaia, vocês fazem o trabalho que é pra eles, eles levam as informações, fazem o que eles querem, ganham o dinheiro deles, e vão embora”.

Uma parte dos moradores não reconhece a pertinência ou os benefícios que as ações da Universidade podem oferecer à comunidade; em vez disso, acredita que os sujeitos da Universidade apenas buscam os moradores a fim de coletar os dados que lhes interessam, exercendo um “extrativismo intelectual”, retornando logo depois ao seu mundo e dando a finalidade que bem entenderem ao conhecimento conquistado.

É bem verdade que essa foi uma prática corriqueira em muitas ações de pesquisa na história da Universidade, gerando muitos debates sobre a ética na pesquisa com seres humanos, sendo paradigmático o caso conhecido como “sangue yanomami” (DINIZ, 2007). No entanto, no caso estudado – da ação das universidades na comunidade do Tomé – parece ter havido uma preocupação dos sujeitos da instituição acadêmica com o retorno e a socialização dos resultados, inclusive, com um cuidado com a linguagem, o estilo, o formato em que esse conhecimento pode ser melhor acessado pelos moradores. Sobre isso, afirmam Rigotto e Rocha (2016),

O compromisso de compartilhar o conhecimento co-produzido junto às comunidades e regiões onde se realizam as pesquisas evidentemente não é cumprido apenas com a publicação de livros ou artigos científicos, porque eles são pouco acessíveis: é necessária uma mediação de natureza político-pedagógica para este justo retorno aos territórios estudados.

Construímos, assim, a publicação intitulada *Almanaque do Baixo Jaguaribe ou TRAMAS para afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade*⁴¹ composta de livro, DVD-ROM, cartaz, jogo da memória e cordel ilustrado, integrando informações produzidas pela pesquisa com os saberes locais, músicas, poesias e jogos educativos, entre outros. Num processo de mais de um ano de oficinas entre pesquisadores(as) e movimentos sociais, mediadas por profissionais de arte-educação popular e comunicóloga, nos debruçamos sobre as teses e dissertações que derivaram da pesquisa para ter clareza do quê e como divulgar (s/p).

⁴¹ Disponível para download no link http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2017/02/Almanaque-do-Baixo-Jaguaribe_PDF.pdf

É provável, no entanto, que as estratégias utilizadas para partilhar o conhecimento construído não tenham chegado à totalidade da comunidade, como aponta Emanuel:

Se você for fazer uma pesquisa, sobre quantas pessoas viram uma reunião sobre aquela explicação dos agrotóxicos, você vai ver. Muitas vezes, é um dado riquíssimo, fundamental pra comunidade, só que a comunidade não conhece. A forma de divulgação dele não consegue chegar em todos os locais. Não é dizendo que ele não foi divulgado (...). Por isso você vê essa diferenciação de uma pessoa completamente leiga, que deveria pelo menos entender porque aquelas pessoas lutam, e das pessoas que tão lutando ali, que entendem cada vírgula.

Emanuel aponta que a divulgação dos resultados das ações muitas vezes fica circunscrita a um número reduzido de pessoas. Como confirma Diana,

(...) eu sabia mais as coisas através da minha irmã. Ela me deu uns livros que foram feito aqui – não sei se foi a Profa. Raquel que publicou um livro. E teve um evento que elas trouxeram [o livro] e minha irmã me deu. Sei que pra muita gente, pra quem participou [do evento], foi muito interessante.

Recentemente, estive presente na defesa de dissertação de uma mestranda⁴² em Saúde Pública, integrante do Núcleo Tramas, que realizou sua pesquisa de campo na comunidade do Tomé. Na banca, estavam duas moradoras da comunidade, juntas aos professores avaliadores, numa prática que o grupo vem denominando de Banca Acadêmica e Popular, com o fito de buscar outras formas de avaliar e validar o conhecimento construído. É notável a disposição das pesquisadoras em reconhecer o saber das moradoras que foram partícipes do processo de construção do conhecimento, convidar essas pessoas a contribuir na avaliação do resultado final do trabalho, construindo as bases para uma Universidade realmente democrática. Como afirmam Rigotto e Rocha (2016), esses rituais “afrotaam o elitismo e a arrogância, para dar passagem à Universidade pública e popular” (s/p).

Essa avaliação e validação, no entanto, não chega ao conjunto da comunidade, ficando restrita às moradoras participantes e às pessoas mais próximas, logo, não sendo reconhecidos a pertinência e os benefícios da pesquisa para a comunidade. Esse não-

⁴² Defesa da dissertação EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS E EFEITOS CRÔNICOS SOBRE A SAÚDE HUMANA: UMA “HERANÇA MALDITA” DO AGRONEGÓCIO PARA A CHAPADA DO APODI (CE)?, de autoria de Ada Cristina Pontes Aguiar, com orientação da Prof. Dra. Raquel Maria Rigotto, realizada na Faculdade de Medicina, da UFC, no dia 09 de outubro de 2017, às 14h.

reconhecimento parece reforçar a ideia de que a Universidade apenas se beneficia da comunidade. Uma de nossas entrevistadas, que nunca participou de ações da Universidade nem teve acesso a tais resultados, considera que o mais grave nem é simplesmente os sujeitos da Universidade realizarem o seu trabalho e irem embora, não apresentando o resultado de suas ações na comunidade. Mas, além disso, é o fato de eles acenderem os ânimos para conflitos externos e internos na comunidade e legarem o problema para ser resolvido pelos moradores:

(...) os que vêm de fora fazer esse movimento, tchau! Vai embora, não vão ficar aqui pra responder, não! E os que fica é que vai ter que responder. A pessoa tem que ver isso também, né? Porque os estudante universitário vir pra cá pra ser a favor desses movimento é uma coisa, mas eles vem fazer os trabalho dele, as pesquisa dele, e tchau, “vocês que ficam, se virem”! É como se fosse assim, “eu vou tocar fogo, e quem quiser que apague, que eu não sou daqui”. É isso que eu vejo.

É fato que quem vive o conflito – seja interno, entre os moradores da comunidade; seja externo, com os empresários ou funcionários do agronegócio ou ainda com agentes do Estado – são os moradores, daí a necessidade de extrema responsabilidade e compromisso ético com as ações acadêmicas e com a consequência de seus resultados, de modo a não reforçar ainda mais a situação de vulnerabilização já vivenciada pelos moradores diante das injustiças ambientais.

Outro ponto levantado por moradores é a percepção de que a Universidade realiza estudos teóricos mas não promove uma ação prática, de modo a resolver o problema. Cláudia, moradora, 48 anos, uma das entrevistadas, diz,

ouvi falar que foi encontrado índice de veneno nas águas, nas frutas, eu ouvi falar dessas pesquisa. Mas aí, eles fazem, mostram e somem, cadê a ação? Cadê o que foi resolvido? Nada. Só fica falando, tem isso, tem isso, tem isso, mas cadê? Qual é a solução? (...) E eu acho que só vai ter solução se tiver um projeto em que eles mostrem que é assim que vai funcionar, porque só falar, e botar num papel, não vai resolver nada. Eu quero saber é na ação mesmo de fazer.

Essa questão também, ainda que de modo especial, está associada com a anterior – em relação ao retorno dos resultados para a comunidade – como indica Emanuel,

muitas vezes falta um *feedback*, falta chegar lá na universidade, depois do estudo, e dizer - “ah, vamos voltar na comunidade pra mostrar o que foi que se deu, como foi que aconteceu aquilo ali, o que foi que a gente tirou, onde é que a gente pode reinvestir isso aí, quais as políticas públicas que a gente vai implantar em cima disso aí”, pra que não fique apenas na teoria e que ela vire realmente prática.

Compreendemos que a implementação de políticas públicas extrapola a função da Universidade na sociedade, sendo mais admissível à sua ação a elaboração de aportes que venham a subsidiar a efetivação dessas políticas. O espírito prático das populações camponesas e seu pensamento baseado na categoria provisão (VALLA, 1996), no entanto, sinalizam um elemento que pode provocar incompreensão do papel da Universidade na comunidade.

Essa possibilidade de incompreensão é reforçada pela indiferenciação apontada por quase todos os entrevistados do que seja uma ação de iniciativa da Cáritas Diocesana, das Pastorais Sociais, dos Movimentos Sociais ou da Universidade. “Quando o pessoal da universidade começou a chegar, procurava logo alguém da igreja, por conta da Cáritas que vinha junto”; “acho que eles atuam dum lado só. O trabalho de vocês e o da Cáritas Diocesana busca o mesmo objetivo. Eles ficam mostrando que isso aqui tá errado, isso aqui não tá certo”; “eu vejo todo mundo num mesmo grupo, não vejo diferença”, dizem algumas moradoras. Apenas Emanuel apresenta algumas características para uma distinção:

é uma questão difícil de se diferenciar, porque eles tentam fazer um movimento muito parecido, muito homogêneo, mas que algumas características de cada um você vê fortemente. Por exemplo, quando é um movimento da Cáritas você vê que a questão religiosa está presente, e se termina sempre com uma missa, uma celebração. Ou quando você vê a universidade presente, muitas vezes, o ator da Universidade na comunidade é mais retido, você não vê aquele movimento, você vê a pesquisa, que acontece ali mais localmente. Muitas vezes, quando é um movimento mais aberto [da Universidade], é um movimento artístico, onde há uma apresentação. Mas isso, muitas vezes, a comunidade, de modo geral, não percebe.

Esse movimento organizado, aglutinando diferentes sujeitos e instituições, é – paradoxalmente – um elemento que causa o distanciamento de alguns moradores das ações da Universidade. Nas ações que ora investigamos, a Universidade chegou por intermédio de Zé Maria ou de pessoas vinculadas a entidades e organizações que apoiavam o movimento ali iniciado, com o propósito de denunciar as injustiças e fortalecer as lutas populares, por meios de pesquisas e atividades de extensão e ensino.

Aqui – diferente da postura da personagem Cruz Lopes que afirmou “eu estou aqui para dar assistência técnica, não para resolver os conflitos que eles apresentam...” (SANTANDER, 1987, p. 41) –, os sujeitos da Universidade se interessaram pelos conflitos vivenciados pelos moradores, buscaram compreender suas preocupações, assumiram um posicionamento político, chegando mesmo a se colocar no lugar daqueles que vivenciam as injustiças, como destacam Marinho, Carneiro e Almeida (2011),

Tivemos a oportunidade de presenciar um desses momentos [da pulverização aérea] e sentir na pele o que é vivenciado pelas pessoas, observando a proximidade das plantações das casas e dos canais que abastecem as comunidades, sentindo o cheiro do veneno, e correndo riscos em nos entranhar no meio dos plantios, em busca de visualizar o avião e documentar esse fato. Essa atividade foi denominada de “Expedição Pulvar” e envolveu um grupo expressivo de participantes, com uma série de ações a serem cumpridas em fevereiro de 2009. A articulação foi feita com as lideranças das comunidades e com o MST, a Cáritas e religiosos que atuam nesses lugares (p. 170)

A associação com as “bandeiras” defendidas por Zé Maria e o medo de situações de violência nos atos políticos ou em manifestações e do risco em certas atividades da Universidade, como a acima relatada, levou uma das entrevistadas a proibir o filho de participar das ações: “meu filho participava e ele deixou de ir porque eu não deixei mais. Porque teve um evento pro lado de Russas, que queimaram pneu, que bateram em gente, aí não deixei mais ele ir, mas ele acompanhava Zé Maria, ele ia nos eventos”, nos conta Diana.

Numa outra perspectiva, Ana informa que outra moradora também não permitia a participação da filha: “Desse movimento, a única coisa que ela [a filha] participa é a missa do dia 21⁴³, porque ela é coroinha, e a mãe ainda não deixa ela ir de bom grado. Como ela [a mãe] tem uma liderança na comunidade, ela inibe também a [participação de] outras pessoas”. Conversando com essa mãe e perguntando sobre o que ela pensa das ações e dos movimentos que a Universidade também integra, ela afirma,

Tem muitas coisas que eu não concordo, esse movimento que a igreja apoia do MST, dos “sem-terra”. (...) Porque tem os erros, e grave, que eu vejo. Aí, como é que eu vou ficar a favor de um movimento desses? (...) eu sou contra

⁴³ A missa do dia 21, ao final da Romaria dos Mártires, é parte da programação da Semana Zé Maria e marca a data do assassinato do líder comunitário, em 21 de abril de 2010.

brigar por terra, porque terra é o fim da pessoa, vai pra debaixo da terra. Eu sou contra você brigar por uma coisa que não é sua, eu não compreí, então, não é minha.

No caso, a moradora se refere às terras federalizadas que estão reservadas à implantação da segunda etapa do Perímetro Irrigado, e que um grupo de moradores de várias comunidades da Chapada do Apodi, apoiado pelo MST, ocupou uma área, em 2014, de modo a tencionar o Estado a contemplar os pequenos produtores, os agricultores familiares, no momento da divisão dos lotes. A leitura do conflito por terra a partir da perspectiva econômica leva essa moradora a criar uma antipatia pelo movimento, conseqüentemente pelas ações da Universidade. Para além disso, ela faz a crítica ao movimento acionando o dispositivo da legalidade da propriedade da terra adquirida por meio da compra, mas deixa de considerar o histórico de lutas camponesas, onde se constrói o consenso – basilar para os movimentos sociais do campo e assimilado por muitos moradores de comunidades da Chapada do Apodi – de que a terra sem proprietário ou sem sinal de ocupação pode ser legitimamente ocupada para atender as necessidades de subsistência dos trabalhadores camponeses. Como afirma Martins (1993),

A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejos, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados (p. 133).

O reconhecimento da legitimidade dessa luta pela Universidade e por outras entidades e organizações sociais se reveste de importância ao ampliar a força política dos camponeses e pôr um peso a mais com o fim de amainar a dissimetria de poder entre as populações vulnerabilizadas e o poder institucional do Estado e o poder econômico das Empresas. Reforçando esse intuito, Rigotto e Freitas (2014) organizaram o Dossiê Perímetros Irrigados – Perímetro Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Trata-se de um trabalho de compilação de pesquisas científicas, estudos de casos e cartas escritas pelas comunidades – as “Vozes dos Territórios” – com o propósito de potencializar as lutas dos movimentos sociais e das comunidades por meio da sistematização de informações e análises críticas acerca da violação de direitos das populações camponesas. Como vimos no depoimento, alguns moradores da comunidade do Tomé, não obstante, aludem

o reconhecimento e o ato de aportar um poder simbólico em benefício dos trabalhadores rurais que lutam pela terra à defesa de práticas ilegais.

Nessa década de ações da Universidade na comunidade do Tomé, no período que se estende de 2007 a 2017, pudemos perceber que houve, ao menos nos três últimos anos, um abrandamento no clima de tensão dos conflitos vividos pela comunidade. A redução da força das empresas do agronegócio – produzindo menos, contratando menos, com áreas de produção inativas, em consequência, principalmente, da menor disponibilidade de água – reduziu também o assédio sobre os moradores e os trabalhadores, uma efetivação de problemas anunciados previamente pela Universidade.

Quase todos os moradores que entrevistamos têm uma opinião semelhante acerca da mudança na percepção da comunidade em relação à presença da Universidade.

(...) acho que mudou. Pra mim, o pessoal tá apoiando mais, tá ajudando, muitas pessoas que antes não ajudavam hoje já ajudam. Essas pessoas tão entendendo o trabalho.

(...) depois que eles viram que o agronegócio mata, como matou Zé Maria, e como um colega meu, que estudou comigo, está passando agora por câncer, que antes a gente não ouvia nem falar, e agora é um caso aqui, outro ali, outro acolá, e eles tão percebendo isso.

(...) hoje eles tão concordando, por quê? Porque eles já tão vendo os problemas, com falta d'água (...). E há muito tempo esse povo [da Universidade] que vinha pra cá já falava disso.

(...) tem gente que diz assim: “aquele pessoal que vinha da universidade, se o povo tivesse escutado aquele povo, talvez nós não tivesse passando o que nós tamo passando hoje, sem água, sem ter onde plantar, sem poder usufruir do que tem lá, as doença que matou muita gente e hoje em dia ainda mata por conta do veneno, talvez não tivesse acontecido tanta coisa, se tivesse ouvido essas pessoas”.

Acostumar o olhar em relação ao esquisito, ao estrangeiro, por revê-lo duas, três, quatro vezes em meses ou anos diferentes na comunidade; reconhecer que existe um problema e compreender que sua causa está, em grande medida, associada ao modelo de desenvolvimento que embasa a atividade do agronegócio; começar a entender os objetivos do trabalho realizado pela Universidade; conversar com outros moradores que já participaram de ações da Universidade e desmistificar aquela relação; tudo isso demanda tempo. Pelo menos para uma parte da comunidade, o sentimento de desconfiança em relação aos sujeitos da Universidade parece ir se desfazendo.

Na obra teatral, os sentimentos de desconfiança e descontentamento também se desfizeram com o passar do tempo e, ao final da peça, os camponeses, inclusive, acordaram uma proposta para que o engenheiro-agrônomo permanecesse na comunidade.

Cruz: Eu preciso ir embora. Já não tenho mais emprego. Acho que será o melhor. Com o Máximo e esse pessoal já não poderia trabalhar, com vocês, o máximo que eu tenho conseguido é só amolar definitivamente.

Manuela (*baixinho*): O velho não quer que você vá embora (...).

Cruz: (...) De qualquer forma, se eu ficar, quem vai me sustentar?

Manuela (*rápida*): Nós! (...) Todo o pessoal do povo! (...) todo o povo quer que você fique para ajudar, para dar assistência técnica. (...) É por isso que o velho quer que você vá falar com ele. Já falou com todos os vizinhos e, segundo me disse, até chegaram a um acordo para cooperar e pagar teu sustento.

Cruz (*comovido*): Verdade? Apesar da enrolada em que os fiz entrar?

Manuela: Sim, as pessoas já sabem que você fez tudo de boa-fé, e gostam de você, Cruz, agora eles sabem que você é um homem bom (...) (SANTANDER, 1987, p. 129-131)

A desconfiança e o distanciamento também se desfazem diante de posturas solidárias de alguns sujeitos da Universidade, como ocorreu na comunidade do Tomé. Diana comenta,

Eu conheci a Maiana⁴⁴. Conheci ela na casa da minha irmã e, por um evento, tive de conviver diretamente com ela por uns dias, que foi quando a minha sobrinha ficou doente, que eu fui para Fortaleza. Ela [Maiana] foi quem me recebeu no hospital, me ofereceu o apartamento dela. Eu acho que isso foi muito bom pra a gente. A minha irmã não esperava isso, ninguém ia esperar que acontecesse aquilo [o problema de saúde da sobrinha], e de onde ela não esperava uma ajuda, foi de onde veio. Porque quando as meninas [Maiana e, talvez, Juliana (UnB), com quem Maiana trabalhou na elaboração do conteúdo para o Memorial Zé Maria⁴⁵] chegaram aqui, ela [a irmã] acolheu as meninas, só que ela nunca pensou que um dia ia precisar das meninas, né? E, graças a Deus, a menina [Maiana] ajudou bastante a ela, e se estreitou uma amizade entre elas.

A ideia de que os sujeitos da Universidade se aproximam dos moradores apenas para extrair o conhecimento que lhes interessam e vão embora em seguida sem a manutenção de qualquer tipo de laços com a comunidade é “posta em xeque” com

⁴⁴ Advogada e pesquisadora do Núcleo Tramas. À época, estudante de graduação em Direito, na UFC.

⁴⁵ O Memorial Zé Maria, inaugurado um ano após o assassinato do líder comunitário, foi uma ação que reuniu Universidade, Movimentos Sociais e comunidades, com o fim de preservar a memória e valorizar a cultura local.

posturas como essas. Assim como certas atitudes de moradores acabam por gerar em outros moradores um sentimento de solidariedade com os sujeitos da Universidade. Moradoras relatam casos:

(...) agora, na festa da Madroeira, o padre trouxe três irmãs – A Ana, a Dorré e a Francinilda. Aí, a Dorré estava visitando as famílias, visitando os doentes, o trabalho de um freira. Aí passou pela casa dela [uma moradora que se coloca contrária aos Movimentos Sociais e às ações da Universidade], deu bom dia a ela, começou a conversar, e ela “soltou os cachorro” em cima da irmã Dorré. Esculhambou o MST, o acampamento, as universidades, tudo. Ela não deu oportunidade nem sequer de a irmã Dorré se defender.

Houve um evento aqui. Eu não vi, mas deu muito falatório na comunidade. O Damião trouxe um povo pra cá, uns universitários, e nesse dia tava chovendo e foi todo mundo pra igreja. Aí, uma pessoa lá da igreja, praticamente, expulsou esse povo de lá. Não falou “vá embora”, mas chegou com um rodo, empurrando água e fechando as portas. Depois disso, muita gente ficou mais solidária com o povo que vinha de fora, porque muita gente achou um absurdo.

De todo modo, o clima de tensão relacionado com os conflitos tem se tornado mais brando. D. Bete acredita que “como aconteceu muita coisa, tem esse evento de todos os anos, dele [Zé Maria], e nunca deu problema, aí o povo tá ficando mais participativo”. Também Ana percebe uma mudança de postura em alguns moradores, “porque teve pessoas no ano passado que dizia: - ‘cinco anos que esse Memorial foi construído e eu nunca entrei nesse Memorial’. E no ano passado visitou o Memorial”.

Tanto na observação participante quanto nas entrevistas, pudemos perceber que os assuntos relacionados aos agrotóxicos, ao quadro de doenças a eles associado, à contaminação da água, ao assassinato de Zé Maria, embora ainda presentes, não são os únicos temas no centro do discurso dos moradores, mas dividem espaço com diversas outras preocupações, como a excessiva perfuração de poços pelas empresas, a ameaça de perda das pequenas produções pela falta de água, o problema que une drogas e juventude na comunidade.

Há também uma atuação de novos sujeitos da comunidade. Emanuel, jovem que entrevistamos, é universitário – o fato de ele ser da comunidade e estar na Universidade também é importante para desfazer alguns mitos em relação ao conhecimento acadêmico entre os vizinhos. Ele comenta que estratégias utilizou para manter funcionando a escola municipal na comunidade. De acordo com a Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, o número de matriculados não justificava manter a escola aberta. Emanuel, então, reuniu a comunidade, rearticulou a Associação

Comunitária, coletou assinaturas, garantiu número mínimo de matriculados, acordou um convênio entre a prefeitura e a Associação e conseguiu manter a escola em funcionamento.

O jovem falou da cultura ainda presente na comunidade de que a palavra do pai (na família) é definitiva e não admite objeções. Ele relata que essa cultura vem, pouco a pouco, mudando, e já tem conseguido dar suas opiniões, às vezes arquitetar um consenso, que a opinião dos pais – do pai, principalmente – em relação à sua participação em ações políticas, como a relatada acima de reorganização da Associação Comunitária – a mesma Associação que houvera sido liderada por Zé Maria – tem sido de mais aceitação. Isso não é regra, porém. Em grande medida, de acordo com ele, certa postura de rigidez, de intransigência, é o que mantém muitos moradores contrários às denúncias feitas há uma década por Zé Maria. E mesmo que estejam vendo claramente a realidade prognosticada pelo líder comunitário – o grave quadro de adoecimento nas comunidades do entorno do PIJA, a água escassa e contaminada, a precarização do trabalho, etc. –, não admitem uma mudança de percepção: “se eu já julguei ele e disse que era desse jeito, pronto, não tenho mais o que fazer”.

Ações da Universidade cujos temas não estavam diretamente associados à contaminação por agrotóxicos – arte e cultura, saúde e autonomia da mulher camponesa, produção orgânica de banana, etc. – contribuíram para uma maior aceitação das ações da Universidade entre os moradores.

A pesquisa-ação em mediação artística e cultural (LEÃO; SOUZA, 2015), realizada em 2014, com o objetivo de promover o fortalecimento da identidade cultural e do sentido de solidariedade comunitária a partir de atividades de Arte/Educação, foi uma dessas ações com o potencial de aproximar Universidade e comunidade num clima de menos tensão e, daí, favorecer uma diminuição das resistências às ações da Universidade por parte de alguns moradores.

Uma moradora que sempre se opôs às ações da Universidade chegou a estar presente em algumas das programações culturais realizadas na praça da comunidade e, agora, aceitou participar desta pesquisa atual, nos concedendo uma entrevista – sua primeira participação em uma ação da Universidade na comunidade do Tomé. Cláudia, ao ser indagada sobre o que achava importante nas ações da Universidade, comenta,

Essa parte cultural, eu acho importante. Chama a atenção dos jovens, pra ver se eles deixam de olhar esse mundo “fácil”, ou que eles acham que é fácil, porque leva à beira da morte. Essa parte cultural foi a que eu achei mais importante. Essa outra parte que fica falando sobre as outras coisas, que eu já falei, e que nem tem solução... (balança a cabeça negativamente).

Outra ação da Universidade que favoreceu uma maior aproximação entre a Universidade e a Comunidade foi o Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe (ROCHA; RIGOTTO, 2017). A ação, coordenada pelo Núcleo Tramas, contou com oficinas, seminários, visitas a empresas do agronegócio, diálogos com profissionais do SUS e, além de analisar como a chegada das empresas do agronegócio impactou a saúde das mulheres, pode refletir, junto às mulheres da região, sobre quem são as mulheres da Chapada do Apodi, sobre o cotidiano e divisão sexual e social do trabalho, sobre direitos sexuais e reprodutivos, sobre o que ameaça e promove a saúde das mulheres, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), sobre mulheres e resistência, produzindo de forma colaborativa um caderno de Formação, Mulheres em Diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi (RIGOTTO *et al.*, 2016), e um vídeo-documentário, No tempo dos mussambês não tinha do que ter medo: impactos do agronegócio sobre a vida das mulheres da Chapada do Apodi (ROCHA; SILVA; SANTOS, 2015). Algumas das entrevistadas falam dessa ação com bastante entusiasmo, como relata D. Bete:

(...) foi feito o filme. O povo gostava muito. Esse filme parece que rodou o Brasil inteiro. Uma vez veio duas irmãs [religiosas] pra cá, elas vieram e assistiram esse filme, e choravam e achavam graça, e gostaram demais e pediram cópia. (...) A gente teve, na praça, uma vez, montaram um telão pra passar tudo aquilo. (...) Foi muito gratificante.

Esse primeiro eixo de análise relacionado à percepção dos moradores da comunidade do Tomé acerca da presença da Universidade pode demonstrar uma diversidade de opiniões e de pensamentos, com moradores favoráveis, contrários, flexíveis, irredutíveis, dispostos a ajudar, sem interesse em se envolver.

O que nos parece é que a intervenção da Universidade nos conflitos ambientais, ainda que ela se posicione ao lado dos sujeitos vulnerabilizados, de modo a fortalecer-lhes, é percebida por muitos moradores como a criação de uma situação que lhes exige assumir um lado: participar das ações e acolher esse “estrangeiro” que está

sempre fazendo perguntas, que tem uma “fala bonita”, que produz estudos considerados importantes, mas que não oferece os meios de suprir suas necessidades básicas ou ignorar esse “estrangeiro” e suas iniciativas e admitir o lado das empresas que – embora lhes explorem, contaminem o ambiente, provoquem injustiças, etc. – lhes oferecem o emprego que vai permitir a subsistência da família, o combustível da moto para ir às festas, a respeitabilidade por ser um trabalhador?

3.2.3. O diálogo entre sujeitos, saberes e propósitos de Universidade e Comunidade

Alguns aspectos da relação entre Universidade e Comunidade já foram tocados no eixo de análise anterior: a relação circunscrita a um número reduzido de pessoas, os resultados das ações que não chegaram à totalidade da comunidade, o papel de Zé Maria como um catalisador e organizador das ações na comunidade. Neste tópico, iremos aprofundar um pouco mais esses temas sob outros pontos de vista. Contemplaremos a valorização dos conhecimentos e da cultura local, a interrelação entre conhecimentos e saberes acadêmicos e populares, o respeito de lado a lado, o reconhecimento de que o sujeito da Comunidade é que é o protagonista de suas lutas, a disposição do grupo de moradores que desde o início se colocou ao lado da Universidade, a despeito de enfrentar conflitos com outros moradores.

Ao pensar na relação entre os sujeitos da Universidade e da Comunidade me vem, imediatamente, à memória um relato de Branquinha, moradora, viúva de Zé Maria. Ela considera os sujeitos das universidades e dos Movimentos Sociais como parte da família de Zé Maria. Segundo ela, até hoje, passados mais de sete anos de sua morte, essas pessoas mantêm vivas as causas pelas quais ele deu a vida, compondo um grande movimento anual que reafirma esse compromisso com um grito de ordem: “Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por você já que calaram a sua voz!”.

Também recentemente, no aniversário de uma pesquisadora que realizou diversas ações na comunidade do Tomé, moradoras da comunidade a presentearam com um quadro contendo fotos das ações e a palavra “família” escrita na parte de cima do

quadro. Na cultura camponesa, integrar a família é sinônimo de confiança, de lealdade, de companheirismo.

A relação entre as universidades e a comunidade do Tomé tem em sua gênese a atuação corajosa de Zé Maria, denunciando o uso desmedido de agrotóxicos pelas empresas instaladas no PIJA e arregimentando um movimento em torno desse problema. No entanto, é o assassinato de Zé Maria, gerando forte comoção, que marca a maior visibilidade para o conflito – também dentro da própria comunidade –, para a gravidade de suas denúncias, para a importância dos estudos na região. Comenta Emanuel,

Essa questão da opinião da comunidade precisa ser entendida antes da morte do Zé Maria e após. Porque antes da morte era “ah, é o doido”, “tá lutando por coisas que nem existem”, “ele quer se amostrar demais”, teve gente que chegou a dizer que ele queria enricar com isso, que deveria ter algum fundo econômico por trás, e muitas pessoas debochavam dele, o sentimento generalizado na comunidade era de deboche pelo que ele fazia. E os atores de fora já estavam participando, alguns movimentos da Cáritas, já existia algum movimento aqui. E após a morte dele houve um silenciamento da comunidade. Todo mundo se calou e ficou impressionado com o que aconteceu. E quando começou a vir as pesquisas teve aquele pensamento sério de que as coisas realmente estavam acontecendo.

Geraldo, morador, 45 anos, reforça essa ideia apresentada por Emanuel.

(...) na verdade, eu só vim prestar atenção do que era esse movimento da universidade depois do falecimento do Zé Maria, aí foi que eu passei a acompanhar, sempre que a Branquinha precisava de mim. Aí, daí pra cá eu fui pegando conhecimento das pessoas. Antes, a gente ficava neutro, porque não sabia nem o que era a realidade da coisa.

Até então, a incompreensão do problema que gerava o conflito transformava Zé Maria num “besta” ou num “doido”, um estranho dentro de sua própria comunidade, ao tempo que transformava aos outros moradores que o ouviam em “bobos” por estarem perdendo tempo e aos sujeitos da Universidade em “inúteis”, já que buscavam pesquisar a “maluquice” anunciada por Zé Maria. Comenta Helena,

No início, eu acho que a comunidade não entendia nada, nada com nada. Achavam que Zé Maria era um falador, diziam muito “esse besta tá aí falando disso, podendo ir tomar conta da família dele, ele deixa as meninas sozinha mais a mulher pra ir atrás dessas coisas”. Com relação à gente que se agregou, diziam que a gente tava perdendo nosso tempo. Não entendiam.

É certo que o impacto de um assassinato, em si, seja forte o bastante para tirar as pessoas de certo estado de acomodação ao que está dado, para, em alguma medida, questionar o *status quo*. É possível, no entanto, que a dimensão da morte tenha uma dimensão mais profunda na cultura popular e camponesa. De acordo com Martins (1989), a morte – sobretudo certos tipos de morte, como assassinatos – desencadeia ritos, mudanças de perspectiva, leituras da realidade diversas e, muitas vezes, inversas ao que era compreendido anteriormente. Esse código, até então, oculto, invertido ao pensamento comum, permite ver o que não era visto, faculta ao olhar perceber que aquele que ameaçava a ruptura da ordem – seja o Che Guevara, o cangaceiro Jesuíno Brilhante ou o Zé Maria do Tomé –, na verdade, apontava para a opressão de uma ordem injusta, uma lei fundada em desigualdades, que reserva o bônus social para uma pequena parcela da sociedade – detentora do poder econômico e político – enquanto o ônus é destinado às populações vulnerabilizadas pela ação do primeiro grupo. Daí, a revelação de que o “besta” ou o “doido”, na verdade, possuía uma perspicácia e uma lucidez que havia sido ignorada por grande parte da comunidade. Isso explica, ao menos em parte, a mudança de percepção e de postura de uma parcela da comunidade em relação aos conflitos ambientais e às ações da Universidade.

Ao tratarmos da relação de respeito e reconhecimento entre os sujeitos de Universidade e comunidade é unânime entre os entrevistados que esta foi sempre de muito respeito, percebido mesmo entre aquelas pessoas que não estavam próximas às ações, como afirma Geraldo,

(...) sempre os professores, os alunos que vem aqui fazer pesquisa, eles têm muito respeito. É um pessoal educado, respeita, é como se fosse membro da comunidade, quer saber o que acontece na comunidade. Eu não convivi diretamente com eles, mas nunca vi ninguém falar que eles faltaram com o respeito com alguém ou tivesse destrutado alguém.

Ou ainda Diana,

(...) era um pessoal muito doce, muito meigo. Os poucos que eu conheci eu gostei, nunca foram desagradáveis com ninguém. Até mesmo quando foram desagradáveis com eles, eles não se importaram muito com isso. Eu acredito que alguma mágoa deve ter ficado, mas guardaram só pra eles.

Não é conhecido nenhum tipo de atrito entre os sujeitos da Universidade e da comunidade nesse período de maior presença de pesquisadores, extensionistas,

professores e estudantes junto aos moradores, mesmo quando houve situação em que os sujeitos da Universidade poderiam se sentir ofendidos⁴⁶, como destaca Diana. Ao contrário, há muitos elogios à postura das pessoas ligadas às universidades e, em muitos casos, um sentimento de gratidão pela valorização dos moradores e pelo trabalho realizado na comunidade, como nos diz D. Bete,

(...) Em Fortaleza, Fernando, foi muito maravilhoso. Quando eu cheguei lá, eu não imaginava que eu ia recitar aqueles versos no meio de tanta gente⁴⁷, aquilo pra mim foi uma vergonha, mas uma vergonha com alegria, e Deus me deu forças, eu nunca tinha saído pra esse tipo de coisa, aí eu gostei demais. (...) Foi muito bom aquele encontro. (...) E as coisas que a gente participava por aqui. Teve algumas brincadeiras que foi ali no Memorial que justamente foi pra preparar esse evento lá [em Fortaleza]. Tudo quanto participei com esse pessoal da universidade, eu não tenho nada a reclamar, só a agradecer, viu?

É interessante como D. Bete se refere às atividades da Universidade enquanto “brincadeiras”, não por desconhecer sua relevância ou a seriedade do trabalho – ela deixa muito claro que reconhece o valor das atividades em muitos outros momentos da entrevista –, mas por ser algo que não exige esforço, que se dá em um clima de simpatia e estima entre as pessoas, por ser prazeroso. Outro aspecto percebido no relato é o quanto a moradora se sente orgulhosa pela deferência ao seu poema, a satisfação por ter saído da comunidade para apresentar seu trabalho para muitas pessoas, o agradecimento pelos momentos vivenciados em comum.

Esses sentimentos são partilhados pelos outros moradores que foram entrevistados e que já haviam participado de ações da Universidade, mesmo sabendo que esses moradores que se dispuseram – e se dispõem – em auxiliar a Universidade em suas ações na comunidade tenham estado sempre “sob suspeita” para alguns outros moradores da comunidade, o que é bastante desagradável. O fato de que, ao participar das atividades da Universidade, acabam aprendendo novos conhecimentos, integrando novas palavras ao seu vocabulário, ganhando novas visões de mundo, participando de seminários, fóruns, audiências públicas, em outras localidades – se ausentando, de tempos em tempos, da comunidade e da família para esse fim –, os faz, de algum modo, diferentes dos outros moradores, gerando certa discriminação dentro da comunidade.

⁴⁶ Diana se refere ao caso relatado anteriormente em que uma pessoa da igreja praticamente expulsou as pessoas da Universidade. Vários moradores, nas entrevistas ou em conversas informais, mencionaram esse caso.

⁴⁷ D. Bete cita a ocasião de recitar um de seus poemas na abertura de um seminário em Fortaleza.

Uma moradora, durante a observação participante, conta como após participar de um evento, o Seminário Mulheres, Agroecologia e Justiça Ambiental: diálogo entre saberes, experiências e resistências, realizado em Fortaleza, em março de 2016, organizado pelo Núcleo Tramas, retornou à comunidade e tentou repassar a discussão sobre alimentação saudável e os malefícios de alguns tipos de produtos para uma agente comunitária de saúde. A agente se indis põs a ouvir, justificando que a realidade das comunidades da Chapada é diferente do que pensam as pessoas da Universidade.

É bem verdade que em muitos casos há um verdadeiro “abismo” entre a compreensão dos sujeitos da Universidade e a realidade vivenciada pelos moradores. Na situação apresentada em *O extensionista* (SANTANDER, 1987) apenas há um reconhecimento acerca do conhecimento camponês ao final da peça: “Cruz: (...) depois de trabalharmos juntos, percebo que eu tenho mais a aprender com vocês do que vocês comigo” (p. 138). Não é este o caso, no entanto, entre os sujeitos da Universidade que atuaram na Chapada do Apodi, dado que desde as primeiras atividades já havia uma disposição em conhecer e dialogar com a cultura local, como pode ser visto a partir dos relatos de moradores:

(...) valorizava [os saberes da comunidade], ouvia se tinha algum problema, e partir daí realizava um estudo, é muito importante o trabalho deles.

(...) eles faziam as pesquisas, traziam mais conhecimento pras pessoas, tipo uma troca de conhecimento, eles levavam o que aprendiam por aqui e traziam o que eles sabiam de lá pra a gente, né?

(...) eu acredito que levaram [conhecimento da comunidade], porque os que vinham sempre iam lá nas pessoas que faziam artesanato, faziam poesia, eles se interessavam... é tanto que você teve ali no evento das quadrilha [da escola], né? Pouca gente notou que o meu filho tava lá recitando poesia, porque eles não ligam muito pra essa cultura. E esse povo que vem de fora tem uma mente mais aberta, estão mais atentos às coisas da comunidade.

(...) E eu acho que ela [a pesquisadora] chegava com uma proposta, mas quando ouvia a nossa contraproposta, ela já abraçava, e eu dizia “vamos fazer assim que dá certo”.

(...) pra mim, eles ouviam, dialogavam, trabalhavam em cima do que tava sendo dito pela comunidade.

Ferreira (2012), em sua dissertação de mestrado cujo objetivo era o de analisar os pressupostos teórico-metodológicos e as implicações sócio-políticas presentes no Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, afirma que “no intuito de confrontar a monocultura do saber e do rigor científico, bem como o desperdício das

experiências, buscamos caminhar em direção a uma ‘ecologia de saberes’” (p. 122). Segundo o autor, o propósito do grupo de pesquisadores era construir uma epistemologia transgressora com vistas à emancipação social, fazendo uma ciência crítica preocupada com a destinação social do conhecimento que produz, em diálogo com os Movimentos Sociais e os moradores das comunidades.

Rigotto e Freitas (RIGOTTO; FREITAS, 2014a), em artigo sobre a produção de conhecimento em contexto de conflitos socioambientais no campo, questionam: “como podemos construir caminhos para epistemes, métodos e práxis acadêmicas que contribuam com projetos de emancipação e descolonização?” (p. 04). E apresentam a Ecologia de Saberes, proposta por Boaventura Santos, como uma das proposições a fornecer elementos para a constituição dessa práxis, ao estabelecer uma relação nova entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, como o conhecimento dos moradores de uma comunidade camponesa com conflitos ambientais.

Para Santos (2006), “a ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (p. 154). Nesse sentido, não se trata de uma reflexão sobre o conhecimento em abstrato, mas da conjugação de conhecimentos para um fim prático, para a realização de uma ação emancipadora. Santos completa: “quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes” (p. 154).

Pesquisadores do Núcleo Tramas, num artigo sobre o Conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a Pedagogia do Território (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016), relatam uma experiência de construção dialogada do problema de estudo, em uma pesquisa de mestrado:

Por ocasião de uma reunião de avaliação, realizada após a finalização do Estudo [epidemiológico], dialogamos sobre as necessidades de conhecimentos das comunidades. Os presentes expuseram suas preocupações e demandas que resultaram numa lista de cerca de 30 questões, as quais foram organizadas em quatro linhas temáticas de investigação. Essa lista expandiu e direcionou nosso olhar para outros impactos decorrentes do processo de modernização agrícola na região, a exemplo daqueles relacionados ao trabalho e à saúde das mulheres, ao aumento dos casos de câncer, ao crescente medo da violência, entre outros. (...) construir o problema de estudo não se restringia a responder uma pergunta imediata, mas dialogar com a questão que foi colocada na perspectiva de entender o contexto em que ela foi produzida e os efeitos que sua própria elaboração provocava. Assim, do momento em que a questão relativa à água nos foi trazida até o momento em que o objeto da pesquisa foi efetivamente

delineado, seguiram-se encontros, reuniões e imersões no território para uma compreensão mais ampla de sua elaboração (p. 12-13).

De acordo com os autores, esse procedimento tem dois objetivos: sendo o primeiro teórico-epistemológico, consistindo em ampliar a compreensão do fenômeno do conflito ambiental por meio do diálogo com os saberes locais contextualizados, e um segundo objetivo ético-político, que se esteia na perspectiva de construir um saber dialógico, embasado nas preocupações e nos propósitos dos sujeitos em luta, com fins emancipatórios.

Helena explicita que houve respeito dos sujeitos da Universidade pelos conhecimentos e saberes da comunidade do Tomé.

(...) se há uma coisa que eu “tiro o meu chapéu” pra os trabalhos que foram feitos aqui pelo Núcleo [Tramas] é justamente isso, a questão do conhecimento, da construção em coletividade e depois do retorno, do *feedback* que vocês deram. Porque todo o material que foi estudado, foi pesquisado e foi produzido junto com a gente, a gente recebeu de volta depois e a gente viu que tá lá, tal e qual a gente contribuiu, então não tem aquela coisa de vir, coletar, voltar e depois moldar essa ideia nos moldes da Universidade. Não, ela tá ali com a cara que a gente deu, no momento que a gente tava em conjunto, que a gente tava reunido. Pelo menos, todos os materiais que eu recebi, de DVD, de livro, de cartilha, de jogos, de mapas, tudo o que a gente construiu enquanto equipe, eu vi o retorno como ele foi construído.

O retorno dado à comunidade e a postura criteriosa de apresentar o material produzido tal como foi acordado conjuntamente, para além da legitimação do outro como sujeito político e sujeito epistêmico, permite a estes sujeitos escapar à “armadilha” de traduzir o conhecimento camponês a partir da perspectiva da Universidade, como bem aponta Helena. O papel do sujeito da Universidade não é ler pelo camponês, não é escrever por ele, mas, como indica Martins (1989), completar com ele “a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito” (p. 137) e, a partir daí, reaver os sentidos de um conhecimento e uma experiência que podem apontar alternativas ao hodierno processo de desumanização.

A questão da invasão cultural versus síntese cultural, abordada por Freire (1977; 2005), é sempre um ponto que preocupa na relação entre diferentes culturas. Na invasão cultural, o conteúdo temático da ação é baseado apenas no conhecimento e no marco valorativo daquele que chega, do “estrangeiro”, como o vimos na ação empreendida pela personagem Cruz Lopes, engenheiro-agrônomo, que pretendia

conquistar os camponeses para a substituição de sua cultura, de seus saberes e fazeres, pelo conhecimento técnico dos manuais de agronomia, desconsiderando a experiência camponesa e sua capacidade de refletir sobre as práticas de produção; na síntese cultural, por sua vez, o programa da ação é definido a partir da investigação de temáticas significativas para a comunidade, temas geradores, sendo esse momento primeiro de investigação também um primeiro momento de síntese cultural, dado que se dá com a participação de todos os sujeitos – da Universidade e da comunidade – que estarão envolvidos no decurso da ação. Importante destacar que “a síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível subsídio que uma dá à outra” (FREIRE, 2005, p. 210).

Aproximando a compreensão de síntese cultural ao relato apresentado por pesquisadores do Núcleo Tramas, acerca da construção dialogada do objeto de estudo, temos que os pesquisadores também não negam a especificidade dos saberes da Universidade e da comunidade, também afirmam momentos diferentes no processo, de compreensão, de elaboração, de síntese.

Importante aqui evidenciar o caráter dialógico do processo, ou seja, partimos da escuta e do reconhecimento das demandas reais dos sujeitos dos territórios; em seguida, submetemos essas demandas a processos de reflexão que exigiram, tal como propõe Bourdieu (2007), uma postura ativa e sistemática diante dos fatos. As interrogações sistemáticas sobre as questões levantadas para construir objetos científicos são fundamentais para que o processo não seja tomado por uma “passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções” (p. 32) (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016, pg. 12).

De modo semelhante à preocupação dos pesquisadores, Freire (2005) chama atenção para o fato de que a ação política e pedagógica nunca deve motivar “nem invasão da liderança⁴⁸ na visão popular do mundo, nem adaptação da liderança às aspirações, muitas vezes ingênuas, do povo” (p. 211). O equilíbrio estaria, então, na síntese cultural. Mas de que modo os moradores da comunidade do Tomé compreendem esse diálogo entre as culturas? Emanuel comenta,

(...) essa é uma questão que eu já parei pra pensar sobre o que era nosso e o que era imposto de cultura pra a gente. E eu vejo que o que era nosso, aquilo

⁴⁸ No texto citado, Freire se refere à liderança pensando em líderes de movimentos sociais, nossa leitura, no entanto, permitiu considerar que o papel assumido por variados mediadores externos – os sujeitos da Universidade, entre eles – também pode ser considerado no mesmo contexto.

que era fundamental, nunca foi mexido (...) e aquilo que foi trazido de fora foi incorporado, eu não digo que foi implantado, foi incorporado a esses outros pensamentos. Por exemplo, a festa do dia 13 [de maio] sempre foi muito bonita, a região sempre esteve voltada pra essa festa; hoje, nós temos o Movimento 21, que não era nosso, mas foi incorporado como um dos movimentos de luta; e se torna uma tradição que depois do Movimento 21 começam os preparativos para a festa do dia 13. É o pontapé inicial pra a gente começar a se preparar.

A distinção que Emanuel frisa entre implantar e incorporar me parece a reivindicação do reconhecimento de que a comunidade tem um papel ativo na reprodução/produção de sua própria cultura. O que é “implantado” é feito pela ação de outrem, enquanto a comunidade recebe a ação passivamente; já o que é “incorporado” é pela ação da própria comunidade, que oferece corpo, materialidade, e o integra à sua cultura. Assim acontece com a incorporação do Movimento 21, que passa a compor o calendário da comunidade, sendo assimilado de tal modo que se torna um marcador referencial do período de preparação para a Festa da Madroeira da comunidade.

A cultura popular, longe de ser uma deformação da cultura erudita hegemônica, tem seus meios próprios de sistematizar, interpretar, explicar a realidade (MARTINS, 1989). Em sua ação cotidiana, repara, reage, reflete, recusa ou recebe o que a outra cultura tem a oferecer. Nos casos de invasão cultural, de uma ação antidialógica por parte do outro, a capacidade de reflexionar é, em grande parte, neutralizada por atos do invasor, tais como a divisão da comunidade, a manipulação e a ulterior conquista (FREIRE, 2005). Não sendo assim, e de modo geral, as culturas populares se relacionam interculturalmente – com outras culturas subalternas, com culturas eruditas, com culturas de massa –, partilham de seus saberes e agregam outros saberes aos seus, demonstram que a inflexibilidade é característica de indivíduos e se dispõem à renovação.

Os camponeses de Tenochtlén, em *O extensionista* (SANTANDER, 1987), não se indispuseram ao conhecimento técnico – tanto que ao final da peça convidaram Cruz para permanecer na comunidade, dando-lhes assistência técnica –, mas à postura do técnico que pretendia dominá-los, conquistá-los. Enquanto o profissional, o técnico, espera que os camponeses apaguem a experiência e o saber constituído a partir dela, e em seu lugar imprimam uma nova cultura, as culturas camponesas têm outra compreensão e outra prática diante do novo aprendizado. Não são culturas puristas ou exclusivistas, são culturas de sobreposições de estruturas, onde unidades “epocais” se interpenetram, presente e passado se solidarizam, assumindo que “o homem não é

apenas o que é, mas também o que foi” (FREIRE, 1977, p. 60). O tempo da estrutura anterior, constituída ao longo de muitas gerações, perdura e coexiste com o tempo atual. São culturas de sínteses.

A organização do Memorial Zé Maria, no salão paroquial da igreja da comunidade do Tomé, reunindo universidades, Movimentos Sociais e a comunidade, contendo uma exposição com uma linha do tempo, mostrando aspectos da comunidade antes e depois da implantação do projeto de irrigação, a reprodução do Cordel “A maldição dos agrotóxicos ou O que faz o agronegócio”, uma série de imagens de pessoas da comunidade em seus trabalhos, é, de acordo com Ana, “um resgate do que a gente tinha na comunidade, e que a gente ainda tem na comunidade, mas que fica um pouco escondido”.

Para Emanuel, trata-se de outro aspecto que foi incorporado à cultura da comunidade, “foi aquele toque que a Universidade deu: ‘se ligue que a comunidade existe, vocês têm que se valorizar entre si, tem que ter uma cultura de valorização própria, vocês são fundamentais pra vocês’”. Um dos propósitos dessa ação foi o de oferecer visibilidade a personagens do cotidiano comunitário, “Seu Valdo do leite”, “Seu Edmundo do ônibus”, entre outros, de modo a instigar os moradores a se aproximarem, a interagirem, a se apropriarem do imaginário, das narrativas, das formas de expressão, dos modos de ser, enfim, da cultura da comunidade. Se é a partir da sua cultura que as pessoas respondem aos desafios a elas apresentados, fortalecer essa dimensão da identidade cultural pode facultar aos integrantes desse grupo social interagirem com outras culturas, estabelecerem uma relação dialógica, sem o receio da invasão cultural que manipula, divide, conquista.

Emanuel, no entanto, para além de reconhecer os valores dos sujeitos da vida cotidiana da comunidade, a Universidade e os Movimentos Sociais devem reconhecer o protagonismo dos sujeitos políticos que se constituem na comunidade a partir dos conflitos ambientais, dos moradores que permanecem fazendo a luta na comunidade após as organizações e entidades retornarem para seus lugares.

Eu sempre pensei que quando vem esses atores [de fora, da Universidade, dos Movimentos Sociais] pra mostrar algo, essas pessoas [da comunidade] deveriam estar em primeiro plano. Dizer assim, “olha, a gente quer implantar algo novo na comunidade, a gente quer mostrar que a comunidade tem que lutar por aqui, só que primeiro vocês tem que valorizar essa pessoa aqui, porque ela já vem com essa luta lá de trás, eu to chegando agora com o novo,

mas é seguindo a tradição, seguindo aquele legado que a pessoa tá carregando”.

Percebemos que há preocupação por parte desses sujeitos da Universidade que pode ser expressa na garantia da participação efetiva de sujeitos da comunidade em todas as ações, internas ou externas à comunidade: a) na construção compartilhada dos problemas de estudo, em trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, projetos de pesquisa e de extensão; b) no grupo de pesquisa ampliado, compondo um grupo de estudos acadêmico e popular; c) no engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados, organizando debates, seminários, oficinas, cursos de média e longa duração, intercâmbios e vivências em outros territórios e com sujeitos diversos; d) na validação e comunicação do conhecimento co-construído, criando espaços para o diálogo sobre os resultados da pesquisa e construindo materiais de comunicação que ampliem a apropriação dos resultados pela comunidade (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016).

Nas ações, o grupo de pesquisadores tem procurado se esquivar do papel de ser um intérprete ou um porta-voz dos moradores e, em vez disso, buscado assegurado a fala dos sujeitos da comunidade, permitido que as “vozes do território” se manifestem, apresentem sua realidade, explicitem os conflitos em que estão implicados, exponham suas questões, convoquem os interlocutores para, solidariamente, apoiarem suas lutas.

Duas das referências que embasam o trabalho dos sujeitos da Universidade que atuam na comunidade da Tomé, sobretudo aqueles vinculados ao Núcleo Tramas, é o conceito de Epistemologia Política e a noção de Justiça Ambiental. Porto (2011) nos diz que a Epistemologia Política implica duas perspectivas: a) a epistemológica, a partir da teoria da complexidade, compreendendo os limites das áreas de conhecimentos (disciplinares) para abordar problemas complexos, como o são os conflitos ambientais, que envolvem interações entre sistemas ecológicos e sistemas sociais; b) a sociopolítica, por meio dos princípios da Justiça Ambiental, objetivando a visibilização dos conflitos ambientais, do contexto de vulnerabilização social gerados por injustiças ambientais e das vozes – em geral, ocultadas – das populações afetadas. Para o autor, tais populações, afetadas por certo modelo de desenvolvimento enunciado em determinadas atividades econômicas, “reduzem a sua vulnerabilidade à medida que se constituem e passam a protagonizar o seu papel enquanto sujeitos coletivos, permitindo a expressão pública e política de vozes sistematicamente ausentes dos processos decisórios” (PORTO, 2011,

p. 34). Portanto, reconhecer o protagonismo dos sujeitos políticos locais é ponto bastante considerado pelos sujeitos da Universidade.

Esse esforço de oferecer visibilidade aos problemas e aos sujeitos políticos, no entanto, principalmente dentro da própria comunidade, foi acompanhado de muitas dificuldades, como já mostrado anteriormente. A ausência das pessoas da comunidade foi uma constante, como explicita D. Bete: “se fosse a comunidade inteira que dissesse, ‘a gente vai escutar o pessoal da universidade, vamos ver o que eles têm pra falar, o que tem de bom pra nós’, teria sido bem melhor. Mas eles [da comunidade] davam pouco valor a esse tipo de reunião”. Advém uma dúvida: davam pouco valor, realmente? Ou essa ausência dos moradores, ao menos em parte, poderia ter sido ocasionada pela maneira como a Universidade resolveu estruturar as ações? Sugere Diana, “porque eu acho que uma minoria participou. Eu, pelo menos, é a primeira vez que estou sendo entrevistada, a primeira vez que alguém me convidou, então, se tivesse sido mais aberto pra população, talvez tivesse rendido mais”. A moradora faz uma leitura, a partir do fato de que é a primeira vez que ela foi convidada a participar de uma ação da Universidade, mesmo sendo próxima a pessoas que participaram, de que as ações não eram tão abertas como, talvez, os sujeitos da Universidade pensassem. Uma pesquisadora relata sua experiência na comunidade do Tomé, por ocasião da pesquisa de mestrado:

A construção de uma relação de confiança que nos permitisse alguma participação no cotidiano da comunidade não ocorreu instantaneamente. Na verdade, pensávamos que pelo fato de chegar à comunidade através do Núcleo Tramas, com o aporte do M21, a abertura das pessoas para nossa proposta de pesquisa seria facilitada, no entanto, isso ocorreu apenas em parte. (...) diversos encontros marcados que não aconteceram, pois as pessoas simplesmente esqueciam o acordado anteriormente ou marcavam outras atividades no mesmo horário. Começamos a desconfiar que, silenciosamente, os esquecimentos funcionavam como uma forma de proteção. A primeira reunião do grupo de pesquisa [ampliado] foi remarcada duas vezes e, mesmo assim, só ocorreu na terceira tentativa porque conseguimos reorganizar o horário. Chegamos a nos questionar se a formação de um grupo seria realmente viável quando ouvimos o relato de algumas pessoas presentes na primeira reunião sobre a dificuldade de estarem ali, dificuldades estas que tinham relação com as advertências de membros da comunidade sobre o perigo de participar de reuniões que envolvessem a questão da água. (...) A formação do grupo de pesquisa ocorreu após estabelecermos diálogo com pessoas da comunidade que possuíam de alguma forma aproximação com as lutas empreendidas e/ou integravam espaços nos quais teciam relações mais amplas com os membros da comunidade. Assim, conversamos com membros da associação comunitária, do grupo de leigos da igreja católica, com educadores das escolas locais e com outras pessoas que em determinados momentos participaram de atividades comunitárias (ROCHA, 2013, p. 132-133).

O relato nos traz algumas reflexões:

a) é fato que dificilmente os sujeitos da Universidade terão êxito em ações junto aos moradores das comunidades – sobretudo, em comunidades envolvidas em conflitos de qualquer ordem – se chegarem sem referências a quem devem se dirigir, e, principalmente, se esse/a a quem se dirige já não tenha referências deles. No caso apresentado em *O extensionista* (SANTANDER, 1987), o engenheiro-agrônomo apenas tinha uma indicação de procurar o agricultor Benito Sanchez, mas a única informação que os camponeses tinham é que Cruz Lopes era um técnico a serviço do governo, o que dificultou bastante o estabelecimento de uma relação entre eles. Na situação vivenciada pela pesquisadora na comunidade do Tomé, ela tinha referências da liderança e a liderança, dado as ações anteriores do Núcleo Tramas, também tinha referências dela. Isso, porém, não foi o bastante para que se desse uma relação com outras pessoas da comunidade;

b) o tema da ação e os procedimentos metodológicos devem ser avaliados com precisão. Na obra teatral, o tema da assistência técnica para a produção agrícola interessava aos camponeses, e o que os afastou, no entanto, foram os procedimentos metodológicos utilizados pelo engenheiro-agrônomo Cruz Lopes: já na apresentação da ação, ele ganhou a antipatia dos camponeses, ao falar com arrogância, depreciar o manejo tradicional da terra, desconhecer a realidade da comunidade. Quando passou às atividades práticas, outra vez não foi aceito, pelo fato de ficar apontando os erros, constringendo os agricultores a fazerem do modo como ele estava determinando. Já na experiência relatada pela pesquisadora, na comunidade do Tomé, a despeito de se estabelecer um diálogo em conversas prévias, organizar um grupo para a discussão coletiva, adequar horários, o tema do estudo – a questão da água – era motivo de apreensão entre os moradores que haviam sido surpreendidos, há pouco mais de dois anos⁴⁹, com o assassinato do líder comunitário que, entre outros problemas, denunciava a contaminação da água;

c) dado que o tema de estudo era significativo para uma parcela da sociedade, pois foi um problema apresentado por moradores durante reunião de avaliação do Estudo Epidemiológico, e que a técnica do grupo de pesquisa ampliado era evocada

⁴⁹ O referido trabalho de campo foi iniciado em novembro de 2012, pouco mais de dois anos após o assassinato de Zé Maria, em abril de 2010.

pelo objeto⁵⁰ – as representações sociais da água –, a estratégia utilizada pela pesquisadora – formar o grupo apenas com pessoas que já tinham alguma aproximação com as lutas sociais ou com ações comunitárias –, tal como compreendo, foi acertada visto que possibilitou a realização do trabalho. Não havia, naquela ocasião, receptividade de diversos moradores da comunidade para participar da ação.

Pelo mesmo motivo, talvez, a comunicação dos resultados das ações da Universidade – não apenas dessa última pesquisa relatada – não atingiu a totalidade da comunidade. Durante as entrevistas desta nossa pesquisa, as três pessoas que nunca tinham participado de ações da Universidade, ao serem perguntadas se tiveram acesso aos resultados, ao material que foi elaborado a partir das ações da Universidade, demonstraram que esses resultados só parcialmente – ou nem isso – foram conhecidos: “não, mas eu ouvi falar. Ouvi falar que foi encontrado índice de veneno nas águas (...), uns vieram dizer que o índice de câncer aumentou, devido ao agrotóxico, devido à água poluída”, “eu sabia mais as coisas através da minha irmã, ela me deu uns livros que foram feito aqui – não sei se foi a Professora Raquel que publicou um livro – e teve um evento que elas trouxeram, e minha irmã me deu”, “eu lembro bem uma discussão que a Professora Raquel fez lá na FAFIDAM, em Limoeiro, mostrando o índice de contaminação na água pelos produtos químicos, os venenos”. De fato, essas pessoas apresentam informações muito gerais, sensivelmente diferente da apropriação do conhecimento pelas pessoas que participaram ativamente das ações realizadas pela Universidade que, em seu discurso, trazem conceitos, dados, compreensões mais amplas do problema.

3.2.4. As ações da Universidade e sua pertinência para a comunidade

Importante enfatizarmos já no início deste eixo de análise que a definição das ações da Universidade e sua pertinência aqui analisadas se deu a partir das entrevistas, ou seja, o recorte foi determinado a partir das falas dos moradores. Reconhecemos que há outras ações de pesquisa, extensão e ensino de grande monta realizadas na

⁵⁰ A realização apenas de entrevistas individuais, em algumas situações, tem maior chance de acontecer, desde que garantidos o anonimato e a confidencialidade. No estudo relatado, além do grupo de pesquisa ampliado – com a participação de 11 pessoas – a pesquisadora realizou 19 entrevistas em profundidade, o que aponta para a constatação de que algumas pessoas que participaram das entrevistas não se dispuseram em participar do grupo.

comunidade do Tomé que não integrarão este trabalho, o que não deve ser considerado um demérito para tais ações.

Abaixo, apresentamos, em ordem cronológica, uma caracterização de nove ações da Universidade que foram comentadas pelos moradores da comunidade durante as entrevistas.

3.2.4.1. Nove ações das universidades na comunidade do Tomé, entre 2007 e 2017 (apenas ações mencionadas por moradores)

- 1) Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Agrotóxicos
 - a. Tipo de ação: pesquisa;
 - b. Instituição: UFC e parceria com outras IES (UFMG, UFPE, UnB);
 - c. Período: 2007-2009;
 - d. Objetivo: identificar e caracterizar a exposição humana a agrotóxicos e suas repercussões para a saúde;
 - e. Atividades com moradores: entrevistas, anamnese clínico-ocupacional, coleta de material biológico, oficinas de mapeamento de risco ambiental, entre outras;
 - f. Outras atividades: avaliação da contaminação ambiental (solo, água, alimentos), acompanhamento das operações de pulverização aérea.

Figura 1 - Equipe de pesquisadores do Estudo epidemiológico



(Fonte: Núcleo Tramas, 2009)

2) Memorial Chapada do Apodi ou Memorial Zé Maria

(vinculado ao projeto de pós-doutorado intitulado “Violência e resistência no campo no contexto dos conflitos socioambientais na Chapada do Apodi/Ceará”, de Maria da Graça Luderitz Hoefel)

- a. Tipo de ação: extensão;
- b. Instituição: UFC, UnB e parceria com outras IES (UECE/FAFIDAM, IFCE);
- c. Período: 2010-2011;
- d. Objetivo: contribuir para a visibilidade das formas de violência no campo e das expressões de resistência dos movimentos sociais no contexto dos conflitos socioambientais relacionados à expansão do agronegócio na região da Chapada do Apodi;
- e. Atividades com moradores: processos de formação em audiovisual com estudantes de escolas das comunidades (Projeto Vidas Paralelas), realização de vídeo com estudantes, montagem do Memorial Chapada do Apodi;
- f. Outras atividades: elaboração de sítio eletrônico do Memorial Chapada do Apodi (atualmente, fora do ar).

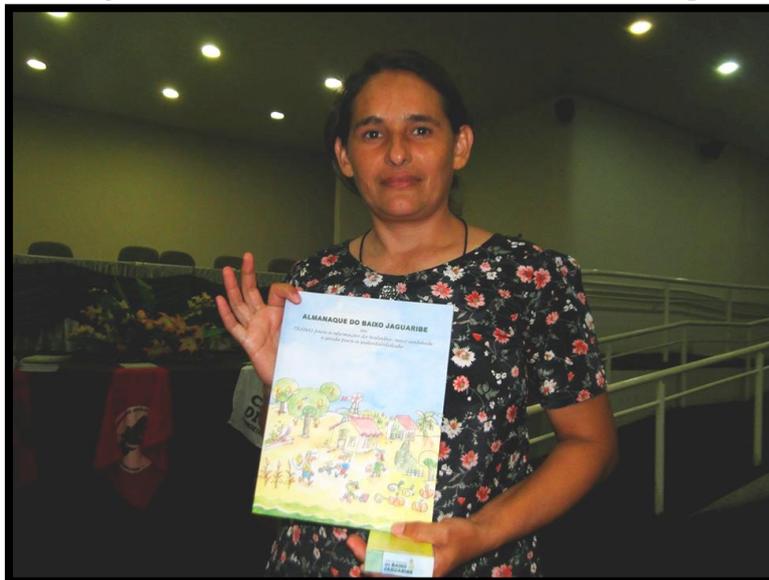
Figura 2 - Inauguração do Memorial Chapada do Apodi



(Fonte: Núcleo Tramas, 2011)

- 3) Almanaque do Baixo Jaguaribe ou Tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade
 - a. Tipo de ação: publicação – material educativo (Almanaque, cordel, DVD-ROM, jogo da memória, cartaz com os mitos do agronegócio);
 - b. Instituição: UFC, UECE/FAFIDAM e parceria com outras entidades e organizações (MST, CPT, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, CSP-Conlutas, entre outras);
 - c. Período: 2012;
 - d. Objetivo: traduzir, da forma mais simplificada possível, os resultados do Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Agrotóxicos, construídos numa relação direta e transparente com as comunidades, com os movimentos sociais, entidades e instituições;
 - e. Atividades com moradores: apresentação do Almanaque, distribuição para as escolas;
 - f. Outras atividades: oficinas de sistematização do Almanaque, com a participação de pesquisadores, professores universitários, militantes de movimentos sociais, agentes de pastorais sociais.

Figura 3 - Moradora da comunidade exibe o Almanaque



(Fonte: Núcleo Tramas, 2012)

- 4) DAS ÁGUAS QUE CALAM ÀS ÁGUAS QUE FALAM: Opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi
- a. Tipo de ação: pesquisa de mestrado;
 - b. Instituição: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC);
 - c. Período: 2012-2013;
 - d. Objetivo: analisar as distintas representações sociais da água na comunidade do Tomé, localizada na Chapada do Apodi (CE), e suas relações com os conflitos socioambientais ocasionados pela implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe- Apodi na região;
 - e. Atividades com moradores: grupo de pesquisa ampliado e entrevistas;
 - f. Outras atividades: observação participante e etnografia.

Figura 4 - Grupo de pesquisa ampliado (com moradores)



(Fonte: acervo da pesquisa de mestrado. ROCHA, 2013)

- 5) GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES: As repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE
- a. Tipo de ação: pesquisa de mestrado;
 - b. Instituição: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC);
 - c. Período: 2013-2014;
 - d. Objetivo: analisar as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho de mulheres camponesas na Chapada do Apodi, Ceará;
 - e. Atividades com moradores: questionários e entrevistas;
 - f. Outras atividades: observação participante.

Figura 5 - Socialização dos resultados com a comunidade



(Fonte: acervo da pesquisa de mestrado. SILVA, 2014)

- 6) A ARTE QUE RECRIA A VIDA: mediação cultural na Comunidade do Tomé/Chapada do Apodi-Ce
- a. Tipo de ação: pesquisa/extensão (pesquisa-ação) - Especialização;
 - b. Instituição: Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo – Residência Agrária (UFCA);
 - c. Período: 2014;
 - d. Objetivo: contribuir para o fortalecimento da comunidade por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica e estética coletiva;
 - e. Atividades com moradores: apresentações artísticas e culturais, oficinas, exposição fotográfica, entrevistas, grupo focal;
 - f. Outras atividades: aula de campo com 25 estudantes da Licenciatura em Teatro do IFCE.

Figura 6 - Espetáculo teatral na praça da igreja do Tomé



(Fonte: acervo da pesquisa-ação. LEÃO, 2015a)

- 7) Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará
- a. Tipo de ação: pesquisa/extensão;
 - b. Instituição: Núcleo Tramas/UFC;
 - c. Período: 2014-2015;
 - d. Objetivo: analisar como a chegada das empresas do agronegócio na região do Baixo Jaguaribe, a partir do ano 2000, impactou a saúde das mulheres;
 - e. Atividades com moradores: oficinas, entrevistas, seminários, filmagem de vídeo-documentário;
 - f. Outras atividades: observação do processo de trabalho, entrevistas com profissionais do SUS, publicação de caderno de formação.

Figura 7 - Moradoras participam de oficina sobre Saúde das Mulheres



(Fonte: Núcleo Tramas, 2014)

- 8) Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental – REEAJA (Núcleo de Estudos em Agroecologia/NEA)
- a. Tipo de ação: extensão;
 - b. Instituição: Núcleo Tramas/UFC, UECE/FAFIDAM e parceria com entidades e organizações (MST, CPT, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, CSP-Conlutas, Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia/RENDA, Rede Brasileira de Justiça Ambiental/RBJA);
 - c. Período: 2016;
 - d. Objetivo: desenvolver pesquisas e fortalecer experiências agroecológicas nos territórios do Baixo Jaguaribe/CE, em situação de conflito ambiental, como estratégia de promoção da saúde, da soberania e segurança alimentar e da Justiça Ambiental
 - e. Atividades com moradores: Seminário Mulheres, Agroecologia e Justiça Ambiental, partilhas de experiência em agroecologia e Curso em Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental;
 - f. Outras atividades: oficinas, debates públicos, conversas sobre agroecologia em escolas, grupo de estudos em agroecologia.

Figura 8 - Curso em Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental



(Fonte: Núcleo Tramas, 2016)

- 9) EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS E EFEITOS CRÔNICOS SOBRE A SAÚDE HUMANA: Uma “herança maldita” do agronegócio para a Chapada do Apodi
- a. Tipo de ação: pesquisa de mestrado;
 - b. Instituição: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/UFC;
 - c. Período: 2016-2017;
 - d. Objetivo: investigar as relações entre os casos de más-formações congênitas e puberdade precoce, ocorridos na comunidade de Tomé (Chapada do Apodi/CE), e as exposições ambientais e ocupacionais aos agrotóxicos nessa localidade;
 - e. Atividades com moradores: entrevistas, coleta de material biológico (sangue e urina);
 - f. Outras atividades: coleta da água para consumo humano, análise do material, análise de prontuários médicos.

Figura 9 - Pesquisadores do Núcleo Tramas em casa de moradora da comunidade do Tomé



(Fonte: acervo da pesquisa de mestrado. AGUIAR, 2017)

Ao tratar da pertinência das ações da Universidade junto à comunidade do Tomé, os entrevistados – focados mais em uma ou outra ação das quais participaram, presenciaram ou escutaram comentários – foram unânimes em apontar benefícios de algumas dessas ações para a comunidade. Aqui, elencamos os benefícios ou a pertinência das ações divididos em quatro categorias:

1) Produziu conhecimentos úteis e disponibilizou informações para os moradores;

(...) eu comecei a perceber [os problemas ambientais e os casos de câncer relacionados com a ação das empresas] quando vocês [da Universidade] começaram a vir e falar da problemática. Porque, até então, a gente não se atentava pra isso, não tinha parado pra pensar, por mais que já houvesse um aumento dos casos de câncer, eu acho que nenhum morador tinha atentado. Até porque todo mundo acreditava que essas empresas estavam agindo conforme a lei, porque elas dizem que efetuam as coisas dentro das normas e padrões, e a gente nem sabe até que ponto existe esse padrão, e eu mesma não tinha parado pra pensar. Quando vocês chegaram, levantaram a bandeira e fizeram os primeiros questionamentos, a gente deu aquela “acordada” e disse “opa, eu não tinha visto isso”, e começa a ver com outros olhos e a perceber outras questões que, até então, passavam despercebidas.

De acordo com Helena, e vários outros entrevistados, foram os sujeitos da Universidade que alertaram a comunidade para os problemas ambientais – incluídas as determinantes ambientais da saúde da população – e que os moradores não tinham atentado para o problema antes das ações da Universidade. A afirmação reiterada é

intrigante, mesmo porque Zé Maria, morador e líder comunitário, vinha denunciando tais problemas, pelo menos, três anos antes da chegada das universidades. No capítulo anterior, aventamos a hipótese de que o comportamento ímpar de Zé Maria o fizesse um “estrangeiro” dentro de sua própria comunidade. É possível que essas falas sejam uma reafirmação dessa ideia, possivelmente num lapso – já que vários entrevistados estiveram atentos e sensíveis às causas visibilizadas por Zé Maria. Os depoimentos, no entanto, marcam claramente a afirmação do poder simbólico da Universidade, enquanto instituição que busca o conhecimento e a verdade, para fixar o momento em que os moradores começam a perceber os fundamentos das denúncias feitas por Zé Maria, como afirma Emanuel: “(...) no momento que eles [os sujeitos da universidade] vieram, houve uma diferenciação no nosso pensar, de como as pessoas entendiam a problemática que Zé Maria trazia inicialmente”, ou de como reagiam a ela, talvez, pensando que não teriam forças para se opor ao poder estabelecido. No momento em que os movimentos sociais, as pastorais e as universidades aportam também um esforço a correlação de forças ganha um pouco mais de equilíbrio e permite que alguns moradores reconheçam possibilidades na luta.

Outro ponto apresentado por Helena é o da importância de pôr em dúvida as afirmações das empresas de que os procedimentos estavam amparados em normas e padrões legais. Que normas e padrões eram esses que acabavam por gerar problemas de saúde entre os moradores, mortandade de animais, contaminação do solo, da água e do ar, perda de terras de trabalho, sofrimento? Colocar a afirmação das empresas “em xeque” foi um aprendizado que se deu a partir da ação das Universidades, como aponta Geraldo: “como eu trabalhava numa empresa que usava muitos produtos químicos, a gente foi se dando a perceber que a realidade era diferente daquilo que a gente pensava há quinze, vinte anos”.

Diana apresenta o quanto os resultados das pesquisas começaram a fazer parte do cotidiano dos moradores, levando-os a mudanças de hábitos, como o de não mais beber a água que abastecia a comunidade, apenas a usando para fins domésticos.

Hoje, quase ninguém mais aqui toma água que vem do projeto, a água encanada, todo mundo compra água pra beber porque sabe que a água não é de qualidade. E quanto tempo a gente não consumiu essa água sem ter conhecimento? E só depois que veio as pesquisas, que o pessoal veio mostrar, que a população começou a se conscientizar que a nossa água não era de qualidade.

Muitos moradores confirmam que passaram a comprar água para beber após ter acesso a esses resultados, compreenderam que o tratamento de desinfecção da água com cloro, que era anunciado pela COGERH, não livrava a água dos produtos químicos que a contaminavam, e começaram a considerar que os agrotóxicos utilizados pelas empresas poderiam ser os causadores de muitos males que estavam acometendo a comunidade.

As análises de contaminação da água que abastece as comunidades, realizadas no “Estudo epidemiológico”, mostraram a presença de princípios ativos de agrotóxicos em todas as 24 amostras analisadas. Dentre os pontos amostrados, um poço profundo na comunidade do Tomé é o ponto com maior diversidade de princípios ativos, 12 no total, sendo 3 deles de classe toxicológica I (extremamente tóxico) e 4 de classe toxicológica II (altamente tóxico) (TRAMAS/UFC, 2010).

Outras análises, no mesmo estudo, evidenciaram um percentual de 30,7% de trabalhadores das empresas do agronegócio com quadro provável de intoxicação aguda e 29% com alterações hematológicas; em proporções que variam de 6,2% à 14% dos trabalhadores há indicações de lesões hepáticas; ocorre também um significativo aumento de 38% nas internações por cânceres; além do laudo técnico que constata a morte do trabalhador Vanderlei Matos da Silva por contaminação causada por agrotóxicos, em novembro de 2008⁵¹ (TRAMAS/UFC, 2010).

A partir dos estudos e da socialização dos resultados pelos sujeitos da Universidade, a população passou a compreender os nexos causais das doenças que estavam surgindo, a reconhecer a dimensão do risco que representava o uso de agrotóxicos na região, a saber que estava ingerindo água contaminada e sendo ludibriada pelo argumento técnico do cumprimento das normas. O déficit de compreensão da população estava vinculado ao fato de que esses problemas não constavam na experiência e no conhecimento acumulado por esse grupo social. A Universidade, então, pode aportar o seu conhecimento em benefício das comunidades vulnerabilizadas, entre outras razões, pela omissão de informação, pelo engano deliberado, pela não-consideração das consequências de certos procedimentos das

⁵¹ A Justiça do Trabalho condenou a empresa Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda ao pagamento de indenização por danos materiais e morais pela morte do seu ex-empregado Vanderlei Matos da Silva. Ver mais em <http://www.prt7.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-ce/154-apos-acao-do-mpt-empresa-del-monte-e-condenada-por-morte-de-trabalhador>

empresas agrícolas, intervindo num conflito cognitivo, surgido em decorrência do conflito ambiental.

Outras pesquisas sobre a contaminação do ar, a saúde e o trabalho das mulheres em empresas do agronegócio, os casos de malformações congênitas e desregulações endócrinas também apresentaram resultados bastante alarmantes e levaram moradores a incluir essas temáticas em suas conversas cotidianas.

2) Desenvolveu atividades de formação e elaborou material de cunho educativo

A Profa. Graça [Hoefel] trouxe aquele estúdio de vídeos, trouxe várias câmeras. Acho que cada colégio ficou com 16 câmeras para os alunos, a minha turma da crisma ficou com 8 câmeras, pra fazer filmagem na comunidade, pra mostrar como era antes, como é que tá sendo (...) E as crianças e os jovens, de 10 a 18 anos, fizeram esse trabalho. O Colégio Padre José de Anchieta, lá de Cercado do Meio, fez um filmezinho lindo com as crianças, que mostra bem a realidade como era, como o projeto ficou⁵². E foi um trabalho que eles exerceram aqui, teve várias formações.

Uma série de ações da Universidade incluíram atividades de formação junto aos moradores. A pesquisa intitulada “Violência e resistência no campo no contexto dos conflitos socioambientais na Chapada do Apodi/Ceará”, associada à elaboração do Memorial Chapada do Apodi, foi um desses projetos que movimentou a comunidade, com atividades de formação e organização de material educacional, como afirma Ana no relato acima.

Também o projeto de extensão Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental – REEAJA, mais recente, em 2016, promoveu, entre outras atividades, um curso em Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, reunindo mulheres da comunidade do Tomé e mulheres de outras comunidades de diferentes regiões do Ceará foi lembrado por entrevistadas como uma ação que beneficiou a comunidade por meio de seminários, palestras, oficinas, curso de formação.

Tais atividades de formação, de acordo com Rigotto e Rocha (2016), têm o intuito de favorecer processos de construção do conhecimento de forma compartilhada com os sujeitos que são vulnerabilizados pelas situações de injustiça ambiental. É com o

⁵² Vídeo – Nossa água: o movimento que move as pessoas / Projeto Vidas Paralelas – Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Ceará (UFC) – link: <https://www.youtube.com/watch?v=CEowmKII8qg>

intuito, pois, de envolver os sujeitos vulnerabilizados na discussão, propiciar-lhe um espaço para a fala, valorizá-lo como um sujeito cognoscente capaz de conhecer, de organizar o conhecimento, de construir outros conhecimentos a partir do acumulado, e de fortalecê-los nos conflitos em seu território que as atividades de formação se justificam em comunidades como a comunidade do Tomé.

Helena, em uma de suas falas, chama a atenção para a valorização do “Almanaque do Baixo Jaguaribe” e de sua perspectiva de uma educação contextualizada.

(...) é uma coisa que a gente tá utilizando, pelo menos na escola de Cercado do Meio, em Geografia, em Ciências, em Biologia, a gente estuda a cartilha, o almanaque⁵³, e é super prazeroso das crianças manusearem, dos adolescentes se situarem, compreenderem “eu to aqui no Tomé, aqui no Ipu, aqui no Maracajá”. A gente tem a Verônica que é uma professora de geografia que contribuiu muito na época do trabalho, e até hoje ela usa o almanaque nas aulas dela, então é claro que foi positivo, e onde eu estou, estou divulgando, mostrando, porque é um material riquíssimo e é da nossa realidade, eu dizia muito pros professores no planejamento, “porque é que eu vou estudar o solo, a água do Rio Grande do Sul, se eu to aqui e tenho um material pra ver o meu, daqui, e se torna muito mais presente e mais próximo do aluno?”.

O “Almanaque do Baixo Jaguaribe” é “um instrumento de informação e de formação; de sistematização e de difusão; de reflexão e de ação” (TRAMAS, 2012, P. 05) e logrou fomentar uma leitura crítica entre professores e estudantes relacionada ao modelo do agronegócio, levando uma escola a assumir uma alteração em projeto de iniciativa do município, como aponta Ana:

(...) [nas escolas] têm um projeto ‘Agrinho’, que é voltado pra agricultura irrigada, pra esse novo projeto que eles usam com agrotóxico, já estão ensinando às crianças desde cedo a mexer com essas coisas. Aí o colégio lá de Cercado do Meio modificou esse projeto ‘Agrinho’, pra trabalhar com a cultura orgânica. Até eles foram chamado atenção, porque o projeto ‘Agrinho’ não é esse, mas eles disseram: - “mas foi uma melhor forma que a gente conseguiu de trabalhar com eles [os estudantes]”.

É comum conversarmos com moradores da comunidade do Tomé, principalmente aquelas pessoas que participaram de alguma ação da Universidade, e ouvirmos referências aos materiais elaborados, seja o Almanaque, o cordel A maldição dos agrotóxicos ou o que faz o agronegócio, o caderno de formação Mulheres em

⁵³ Referência ao “Almanaque do Baixo Jaguaribe ou Tramas para a afirmação do trabalho, do meio ambiente e saúde para a sustentabilidade”.

diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi/Ce ou o vídeo-documentário No tempo dos mussambês não tinha do que ter medo: impactos do agronegócio sobre a vida das mulheres na Chapada do Apodi.

- 3) Estimulou os moradores a conhecerem mais a sua própria comunidade e provocou uma melhoria da auto-estima dos moradores a partir da valorização da cultura local

“A gente começou a perguntar às pessoas mais velhas, aí teve um senhor que disse assim: ‘em 1912, aqui tinha uma única casa e tinha uma lagoa muito grande (...)’”. Ana comenta o quanto algumas ações da Universidade possibilitaram o reavivamento da memória da comunidade, levando a um maior conhecimento da cultura e, logo, à resistência diante de projetos que se sustentavam na substituição de um modelo cultural por outro.

Se a cultura está relacionada à reprodução e à produção do significado dado às coisas por aquele grupo social (CANCLINI, 1983), e é a partir dela que o integrante desse grupo responde aos desafios a ele apresentados, os sujeitos da Universidade reconheciam a importância de estimular os moradores à aproximação, à interação e à apropriação do imaginário, das narrativas, das formas de expressão, das maneiras de ser de sua comunidade. Vários entrevistados lembram atividades relacionadas à elaboração de mapas, às histórias contadas pelos primeiros moradores, às representações sociais, à cultura produzida localmente, às técnicas tradicionais de produção, ao cotidiano antes e depois da chegada do projeto de irrigação.

Em uma das entrevistas, uma moradora lembrou de vários poemas que escreveu para ações da Universidade e de sua alegria em apresentar seus escritos, sobre sua comunidade, em uma atividade em Fortaleza. Analisando o poema, percebemos que ele reúne a) uma forma de expressão da cultura local; b) uma reflexão sobre as mudanças sociais; c) a denuncia do autoritarismo por parte do Estado; e pode ser visto como d) um elemento de fortalecimento de processos identitários e da sociabilidade comunitária, pela identificação dos outros moradores com a história apresentada. As estrofes iniciais do poema deixam claro essa nossa percepção.

(I) Jesus Cristo rei dos céus,
Dai-me muita inspiração
Pra que possa refletir
O que é destruição
(II) Quando deixaram a nossa
Chapada do Apodi
Muitos dos agricultores
Choraram a se despedir
(III) Da terra onde cultivavam
Tirando o sustento seu
Dali só ficou saudade
De quem tanto ali viveu
(IV) Alguns muito revoltados
Não queriam entregar
Mas logo chegou a ordem
Pra casa desocupar
(V) Se não saíssem às pressas
Vinha uma equipe conversar
Querendo ou não querendo
Tinham que desocupar
(VI) Logo as terras ficaram
Por todos desocupadas
Logo chegaram várias máquinas
Pra fazer as derrubadas
(VII) Derrubaram toda mata
Que tinha em nossa Chapada
Fazendo grandes “aceiros”
Pra depois fazer queimadas
(VIII) Quem morava por ali
Não queria voltar lá
Com o deserto do Saara
Se podia comparar
(IX) Aqueles velhos moradores
Choravam só de olhar
Vendo suas terras exploradas
Sem poder nelas plantar
(ROCHA, 2013, p. 165-166)

Outras ações como a pesquisa-ação A arte que recria a vida: mediação cultural na Comunidade do Tomé/Chapada do Apodi-Ce, envolvendo noções de pertencimento

histórico e de comunidade, também registrou, valorizou e estimulou produções artístico-culturais locais e foram lembradas por entrevistados como sendo uma atividade potente por ter aproximado diferentes gerações de moradores. D. Bete, que participou da ação, lembra: “Teve uma vez que eu fui até recitar uma música que ela foi tão emocionante que muitas pessoas choraram, e disseram: “Mas Maria você fazer isso pra nós, ninguém imaginava!”. Foi muito gratificante”.

Houve, de acordo com Helena, uma melhoria na autoestima dos moradores:

(...) acho que bem-estar, auto-estima, principalmente nas rodas de conversa, as mulheres se sentiram importante. Teve todo o trabalho da Mayara com o projeto das mulheres, quando elas pegaram uma ou duas mulheres de cada comunidade, e eu acho que ouvi-las, elas se sentiram importantes, estimuladas, valorizadas.

Helena se refere ao Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará, que, entre diversas atividades, realizou uma oficina na comunidade do Tomé em que um grupo de mulheres das comunidades da Chapada do Apodi conversaram sobre “quem somos” e “o que fazemos”. Como resultado, as mulheres trouxeram vários aspectos que foram discutidos pelo grupo de mediação: “somos mulheres batalhadoras que lutam para ter uma vida de melhor qualidade”, “somos escravas, entre aspas, de nossas famílias, de nosso trabalho e da sociedade”, “somos a base da família”, “cuidamos da vida social das nossas comunidades e somos pais e mães ao mesmo tempo”, “trabalhamos fora”, “desenvolvemos trabalhos voluntários” (RIGOTTO, 2016, p. 12).

Também a pesquisa Gritos, silêncios e sementes: As repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na chapada do apodi/CE foi lembrada por duas entrevistadas como uma ação que contribuiu com a ideia de valorização da mulher do campo nas comunidades da Chapada, entre elas, a comunidade do Tomé.

- 4) Impulsionou a organização da comunidade para a defesa dos direitos e a melhoria dos serviços públicos

[se a universidade teve importância?] Teve! Nós nunca tínhamos um projeto desse pra trazer água, pra trazer posto de saúde de qualidade que funciona

quase como um hospital, que a educação comece a ter um movimento, ainda tímido mas tem esse movimento, acho que nunca seria percebido dessa forma. É como se a Universidade virasse um “guardião dos nossos direitos”, ela tá ali percebendo se realmente a luta que a comunidade tá fazendo, se as prefeituras, os órgãos fiscalizadores, se eles tão investindo, tão fazendo alguma coisa pra mudar.

Para Emanuel, os moradores começam a se perceber enquanto sujeitos de direitos a partir da chegada dos movimentos sociais, notadamente, da Universidade. A ideia de que independente de serem moradores de área rural, de serem uma população carente de recursos, ou de quaisquer outras características, deveriam ser abastecidos de água com a mesma qualidade que os moradores da área urbana, ter direito a um posto de saúde com médicos de plantão, ter acesso à escola na própria comunidade, passa a fazer parte do cotidiano da comunidade a partir das ações da Universidade. Para ele, além de instigar esse reconhecimento, a Universidade ainda mantém laços com a comunidade de modo a acompanhar que os direitos sejam garantidos.

Para Ana, a partir da chegada dos movimentos, já há uma mudança visível em alguns serviços que são prestados à população.

A equipe de saúde começou a se preocupar mais com a saúde da comunidade. A comunidade, hoje, se quiser um dado de como está a saúde da população é só ir no Posto [de Saúde], porque lá a gente tem quantos diabéticos, quantos hipertenso, todo tipo de doença que tem na comunidade, a gente vai no Posto e é fornecido pra a gente. Antigamente, a gente não sabia. (...) a Dra. Bianca [promotora de justiça] fez com que eles fizessem análise da água de cada dois meses (...), e eles pregavam no Posto um cartazinho com a análise da água.

Houve mudanças de hábitos, a assimilação de novas práticas culturais, que levaram alguns moradores a se organizarem, a pressionarem por políticas públicas. Como vimos no capítulo anterior, a comunidade até a década de 1990 não contava com uma associação ou outras formas de organização, mas logo da chegada do projeto de irrigação os trabalhadores buscaram constituir uma entidade representativa. Penso que os entrevistados apontam para o fato de que o exercício de democracia foi intensificado com a presença das universidades e dos movimentos sociais, a partir do M21, da concepção da Semana Zé Maria, do Memorial e das pinturas do “muro das lamentações” e da “árvore dos sonhos” na comunidade, isso porque, até então, os moradores não haviam sentido a necessidade de se organizar para se opor a uma realidade de injustiças, como a que se delineou a partir da chegada das empresas do agronegócio, e, de acordo com Emanuel, “esse novo perfil de organização social, que a

comunidade tá tendo, ele foi criado junto com a universidade. Quando elas [as universidades] vieram, vieram com esse intuito”.

3.2.5. As representações dos moradores sobre a Universidade e sua função social

Uma das formas de analisar o que pensam os moradores sobre a ação da Universidade em sua comunidade que pensamos é compreender suas representações sobre “o que é Universidade”, “pra que ela existe”, “qual o papel dela em comunidades como a comunidade do Tomé”, “em quais problemas da comunidade a Universidade poderia ajudar”. Isso porque 6 dos 8 entrevistados nunca tiveram outro conhecimento ou vivência de ação universitária senão aqueles que partiram da realização de ações na comunidade, logo suas percepções sobre essa instituição social estão alicerçadas nessa experiência. Assim, fazendo uma leitura panorâmica do pensamento do grupo de entrevistados sobre a Universidade, iremos encontrar um quadro conceitual que contém um modelo de Universidade bastante diferente das instituições convencionais, refletindo características das ações da Universidade na comunidade do Tomé.

Que universidade é essa pensada pelos moradores da comunidade do Tomé?

1. O nome Universidade tem a ver com união e com universo;

Alguns moradores buscaram no campo associativo uma concepção de Universidade: “Universidade, já tá dizendo, “união”, união com as pessoas (...); “Universidade, de universo, de lutar por uma causa universal (...)”.

No século XI, já próximo ao fim da Idade Média, na Europa, organizações corporativas de professores e estudantes – em geral, reguladas pelo poder papal –, herdeiras da cultura das escolas religiosas conhecidas como *studia generalia*, adotaram o termo *universitas*, dando origem às primeiras universidades, como as conhecemos atualmente (MINOGUE, 1981). *Universitas*, do latim, tem a ver com universo, com universal, com conjunto, com associação, com corporação. Relaciona-se, assim, com as duas palavras trazidas pelos moradores entrevistados que apontavam para uma

instituição que pudesse unir o maior número de pessoas em torno do conhecimento ao produzir um conhecimento pensando no maior número de pessoas.

2. Não é uma Universidade apenas para a formação profissional;

(...) eu vou te dizer o que eu pensava antes e o que eu penso agora. Eu tinha a Universidade como a construção daquele saber pra aquela formação e pronto. Eu escolhi um curso e vou me formar nesse curso, é isso que ela tem a contribuir. Ela vai me dar um conhecimento, eu vou estudar numa determinada área que eu escolhi. Mas depois que eu vi o trabalho de vocês, eu vi que ela é muito mais ampla. Aí eu não vejo mais a Universidade como um conhecimento fechado dentro de um curso. Então, você vai estar na Universidade, aprimorando seus saberes pra atuar em determinada área, como vai ter essa parte de conhecimento junto a comunidades diversas, onde você estiver. Eu não sei, mas eu não vejo mais a Universidade como eu via antes, fechada, bitolada, apenas pra lhe impor um conhecimento pra atuar em determinada área.

Essa percepção de Helena é muito interessante, pois sabemos que a Universidade no Brasil é herança da Universidade de Coimbra e do modelo francês da Reforma Napoleônica, com o foco no ensino das profissões (PAULA, 2002). Por isso mesmo, o mais comum no Brasil é a pessoa dizer que “vai para a faculdade” ou perguntar para o jovem “que faculdade ele pretende fazer”. Helena, no entanto, ao participar de ações da Universidade na comunidade do Tomé passou a ter outra leitura sobre a Universidade, não sendo mais apenas uma Instituição de Ensino Superior Profissional, senão uma instituição universitária que deve possuir formação ampla, de caráter humanista, considerando o ser humano em suas dimensões cognitiva, social, afetiva, ambiental, espiritual, buscando formar profissionais competentes e cidadãos conscientes e solidários.

3. A Universidade deve ter proximidade com as pessoas do lugar

Geraldo afirma que os sujeitos da Universidade “ouviam, dialogavam, trabalhavam em cima do que tava sendo dito pela comunidade”. Essa consideração pelas demandas, pelas preocupações, pelas necessidades dos moradores é uma dimensão importante do trabalho dos sujeitos da Universidade que atuaram na comunidade do Tomé. Acredito, porém, que a ideia da proximidade com as pessoas do lugar abrange

ainda, pelo menos, outras duas dimensões: a) estabelecer uma relação dialógica, considerando os moradores da comunidade enquanto sujeitos cognoscentes, estando assim os sujeitos da Universidade também dispostos a aprender, como nos diz Helena: “Eu acredito que como nós aprendemos muito, todas as pessoas que passaram aqui também aprenderam muito”; b) estabelecer um processo co-laborativo, e abrir-se para um encontro respeitoso, afetivo, se predispondo a abandonar hábitos já conhecidos, para experimentar outros modos de vida no território, para buscar se reconhecer no outro e reconhecer o outro em si.

4. A Universidade deve trabalhar junto aos moradores e aos profissionais da comunidade

É uma união, não é um só. Nem vocês podem fazer só e nem eles podem fazer só. É um ciclo, né? Se esse encontro acontecer, eu acredito que dá certo. Nem vocês só trabalhando resolve, nem eles sozinho consegue. É difícil juntar essa coisa, mas na escola, com professores, diretores e com os pais, talvez conseguisse.

Esta ideia da construção coletiva entre a Universidade, os moradores e os profissionais que atuam na comunidade (na educação, na saúde, etc.), apresentada por D. Bete, é um tema recorrente entre os moradores que já participaram de ações universitárias. Não se concebe nesse grupo um tipo de trabalho como o que propôs o engenheiro-agrônomo Cruz Lopes, na primeira parte da peça *O extensionista* (SANTANDER, 1987). Em lugar disso, as pessoas da comunidade assumiram sempre uma postura ativa na construção do conhecimento, como aponta Helena: “E eu acho que ela [a pesquisadora] chegava com uma proposta, mas quando ouvia a nossa contraproposta ela já ‘abraçava’ [a ideia], e eu dizia ‘vamos fazer assim que dá certo’ (...)”. Ao mesmo tempo, as pesquisadoras que atuavam na comunidade partilhavam das mesmas perspectivas: “para mim só faz sentido fazer pesquisa se encontra com a vida das pessoas, se proporciona e contribui para que, especialmente, os mais vulneráveis sejam autônomos e protagonistas” (RIGOTTO; ELLERY, 2011, p. 103).

5. Não é uma universidade fechada nos conhecimentos já construídos

“Se há uma coisa que eu ‘tiro o meu chapéu’ pra os trabalhos que foram feitos aqui pelo Núcleo [Tramas] é justamente isso, a questão do conhecimento, da construção em coletividade”, afirma Helena. Os moradores da comunidade do Tomé pensam uma Universidade intercultural e interdisciplinar, aberta a novos conhecimentos construídos em diálogo com saberes populares, tradicionais, a partir de metodologias participativas. Rigotto e Ellery (2011) compartilham desse entendimento ao afirmarem que

se inserem também os outros saberes, para além do científico, abrigado nas comunidades tradicionais, no conhecimento camponês, na experiência de militantes sociais e dos trabalhadores públicos. Com eles dialogamos permanentemente, por meio de reuniões, seminários, oficinas, entrevistas (p. 79).

6. A Universidade aprofunda conhecimentos e leva respostas a quem não as tem

Os moradores tocam no tripé acadêmico e em sua indissociabilidade. Há um sujeito, vulnerabilizado, que demanda respostas aos problemas que lhe afligem; a Universidade, de modo a co-laborar socialmente, identifica o problema, busca suas causas, e constrói os conhecimentos de maneira compartilhada; por fim, ela socializa os resultados num processo de formação que envolve todos os sujeitos da ação. Para os moradores, a Universidade se caracteriza pelo estudo, pela pesquisa, e pela partilha desses conhecimentos, auxiliando a comunidade nas descobertas que lhe são relevantes, nos problemas que lhe aflige, nas demandas que elege.

7. A Universidade não deve só estudar, mas também mostrar como se faz

Cláudia chama a atenção para a necessidade de aliar a prática à teoria: “mostrem que é assim que vai funcionar, porque só falar e botar num papel não vai resolver nada. Eu quero saber é na ação mesmo de fazer”. A cultura popular tem o foco

na prática e, muitas vezes, não consegue dialogar com o prisma do estudo teórico das universidades. Não creio, por tudo o que já demonstramos, que os sujeitos da Universidade que realizaram ações na comunidade do Tomé tenham sobrevalorizado o sentido teórico do conhecimento, de todo modo, é importante ressaltar que a prática é algo que os moradores esperam nas ações da Universidade.

8. A Universidade deve realizar projetos junto à comunidade

“A questão da energia, as energias renováveis, que potenciais energéticos que a comunidade tem? E em todos os aspectos sociais, da área da saúde, da área da educação”, assim sugere Emanuel, propondo que a Universidade elabore projetos temáticos junto à comunidade, a partir da realidade local. A aprendizagem baseada em problemas ou a aprendizagem por projetos vem sendo experimentada em algumas universidades no Brasil e no mundo com resultados promissores pois, além de colaborar socialmente com populações vulnerabilizadas, permite aos estudantes aprender os aspectos pertinentes de um problema real.

No entanto, se Emanuel fala de modo genérico acerca dos projetos para a comunidade, a maior parte dos entrevistados vê um problema concreto a ser enfrentado: a situação de parte dos jovens da comunidade. “Um projeto pra engajar esses jovens, os jovens estão muito soltos, muito perdidos”; “um trabalho da universidade com esses jovens seria bem melhor pra o desenvolvimento deles”; “o que a universidade poderia ajudar mais é nessa parte dos jovens”; “e o que a universidade poderia fazer e ajudar essa comunidade, era chamar esses jovens, pra ver se eles saem desse mundo deles”; “se teria um ponto que a gente pudesse intervir, contribuir de alguma forma, seria a questão dos jovens. De alguma forma, tentar chegar à juventude”, são alguns comentários dos entrevistados.

9. A Universidade mostra o que as empresas escondem

“A universidade é quem tem o recurso adequado pra ver o índice de veneno e trabalhar junto à comunidade pra mostrar. Porque as grandes empresas, o agronegócio, não mostra esse lado, não, não teja pensando que elas vão mostrar porque o quanto elas puderem, elas vão esconder”.

Conflitos ambientais trazem em seu bojo outros tipos de conflitos, como os conflitos cognitivos. A observação de Geraldo demonstra o quanto o déficit de compreensão da comunidade tem entre suas causas uma ação deliberada das empresas em não divulgar os números, os riscos, as incertezas e a ignorância do conhecimento diante de fenômenos complexos. Os moradores contam que a Universidade, então, possa intervir nessa relação entre as comunidades e as empresas, assumindo um posicionamento ético ao lado dos sujeitos vulnerabilizados, com o fim de aportar conhecimentos e criar espaços de debates para que outros conhecimentos possam ser construídos de modo colaborativo.

Compreendemos que o capital não priva o povo apenas “de mercadorias, reduzindo-o a consumidor marginal, mas priva-o, também, do conhecimento e do saber adequados à compreensão e à explicação do capitalismo” (MARTINS, 1989, p. 106). Os mediadores, sujeitos da Universidade, têm um papel especial, nesse sentido, sobretudo em contexto de conflitos ambientais, a fim de explicitar os riscos decorrentes da introdução de procedimentos e práticas modernas no território camponês (com riscos químicos, físicos, etc), e a dinâmica de acumulação do capital em países de capitalismo dependente, como o Brasil, que gera espoliações e injustiças ambientais em todo o país.

10. A Universidade tem um papel de construção da cidadania e ela mesma se torna ‘Guardiã dos Direitos’ da comunidade;

Alguns moradores falaram sobre a Universidade como um impulsionador da cidadania, do conhecimento dos direitos, da necessidade de denunciar as injustiças. Isso, porém, não deve ser confundido com transferir o protagonismo das lutas da comunidade para a Universidade ou para os movimentos, como alerta Emanuel: “muitas vezes, a gente delega essa função pros movimentos, pra Universidade, porque eles têm experiência disso. A Universidade entende como fazer aquele papel”. Essa não é uma incumbência sua, no entanto. O que a Universidade pode fazer, de acordo com alguns entrevistados, é amplificar o grito de luta dos moradores, dar visibilidade às denúncias, fortalecer estratégias bem sucedidas e partilhar com outras comunidades, estimular os moradores da comunidade na defesa de seus direitos, acompanhar e pressionar a ação

das instituições do Estado no sentido de regular, fiscalizar, controlar e mitigar os riscos que esse grupo social está suscetível.

Assim, a Universidade estaria admitindo sua responsabilidade política diante desse grupo social, de modo a fortalecer-lhes a autonomia para a ação de emancipação. Compreendemos, em acordo com Heloísa Martins (2004), que a “autonomia dos sujeitos pressupõe a liberdade no uso da razão. O papel dos cientistas deve ser, portanto, o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político” (p. 296). Consideramos, ainda, que seja papel da Universidade situar os moradores no processo em que estão inseridos, como parte das comunidades que resistem a um modelo econômico excludente, integrando um amplo movimento de constituição de sujeitos políticos nas populações camponesas, aspectos de difícil percepção no âmbito de vida local e cotidiana (MARTINS, 1993).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação intentou possibilitar um avanço na compreensão da relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais, a partir da compreensão dos desafios, dos limites e das potencialidades da atuação das universidades na comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará, a partir do olhar dos moradores acerca de ações realizadas entre 2007 e 2017.

Dada a minha participação no Núcleo Tramas, desde 2014, atuando em pesquisas e projetos de extensão em comunidades com conflitos ambientais, bem como do acompanhamento do trabalho de outros grupos de pesquisa semelhantes, em universidades como a UFMG e a UFMA, compreendo que esses pesquisadores, professores e estudantes, têm um compromisso com a transformação social, a democratização do acesso ao conhecimento produzido de forma compartilhada, a defesa de uma universidade autônoma que assume compromissos solidários e éticos a respeito das consequências de suas ações de pesquisa, ensino e extensão. Com isso, percebo que os sujeitos envolvidos nas ações tencionam a situação de tríplice crise da Universidade que se processa em a) uma crise de hegemonia, quando se estabelece a contradição entre produzir a alta cultura e formar o cidadão culto e produzir conhecimentos úteis, de padrão cultural médio, para a formação da força de trabalho qualificada e a transformação da realidade social; b) uma crise de legitimidade, quando se apresentam tensões à restrição de acesso aos saberes apenas a uma minoria de especialistas, a partir de pressões políticas pela democratização deste acesso; c) uma crise institucional, que opõe a autonomia da instituição para definir valores e objetivos e a subordinação aos critérios, valores e objetivos da produtividade (SANTOS, 2013).

Em nossa análise das entrevistas com oito moradores da comunidade do Tomé – bem como, das entrevistas informais, realizadas durante a observação participante – identificamos uma diversidade de opiniões e de pensamentos sobre a Universidade e suas ações na comunidade, com moradores favoráveis, contrários, flexíveis, irredutíveis, dispostos a ajudar, sem interesse em se envolver. Observamos que havia uma variação da disposição dos moradores em participar das ações a depender da situação econômica das empresas agrícolas. Em épocas que a atividade do agronegócio estava mais forte, muitos moradores se recusavam a participar das ações da Universidade – porque familiares tinha envolvimento com as empresas; porque queriam manter os empregos;

porque esperavam que o agronegócio trouxesse desenvolvimento; porque o mais recomendado era estar ao lado dos que detinham poder econômico e político; já em períodos que a atividade do agronegócio sofria baixas, muitos relatos indicam maior aceitação dos moradores em relação às ações da Universidade. Também constatamos que parte dos moradores não reconheciam benefícios que a ação da Universidade pudesse oferecer à comunidade, e em lugar disso acreditavam que os sujeitos da Universidade apenas tinham interesse em coletar os dados que lhes interessavam e depois não retornavam para a comunidade.

Em relação ao diálogo com os sujeitos, os saberes e os propósitos, reconhecemos que a relação ficou circunscrita a um número reduzido de moradores e que os resultados das ações não chegaram à totalidade da comunidade. É sensível a diferença de apropriação do conhecimento entre aquelas pessoas que participaram ativamente das ações realizadas pela Universidade – e que trazem, em seu discurso, conceitos, dados, compreensões amplas sobre os problemas enfrentados – e aquelas pessoas que nunca participaram das ações – e apenas apresentam informações muito gerais acerca das pesquisas. Os entrevistados enfatizaram a postura de respeito dos sujeitos da Universidade e afirmaram que a relação sempre se baseou na valorização dos conhecimentos e da cultura local, com interrelação entre os conhecimentos e os saberes acadêmicos e populares na construção do conhecimento.

Na sessão que tratou da pertinência e dos benefícios das ações para a comunidade, os entrevistados identificaram i) produção de conhecimentos úteis e socialização de informações junto aos moradores; ii) desenvolvimento de atividades de formação e elaboração de material de cunho educativo; iii) estímulo aos moradores para conhecerem mais a sua própria comunidade e aumento da auto-estima dos moradores a partir da valorização da cultura local; iv) maior organização da comunidade para a defesa dos direitos e a melhoria dos serviços públicos.

Das representações dos moradores entrevistados sobre a Universidade e sua função social, conseguimos depreender um quadro que contém um modelo de Universidade bastante avançado. Os oito moradores, com suas palavras, tocaram em pontos-chave para a composição de uma práxis acadêmica emancipatória, considerando a etimologia da palavra Universidade, a defesa de uma formação de caráter humanista, a importância da aproximação com a comunidade e do trabalho colaborativo, a interculturalidade e a interdisciplinaridade, a indissociabilidade do tripé universitário, a

vinculação da prática à teoria, a proposição de uma aprendizagem baseada em projetos ou problemas, o posicionamento ético ao lado dos sujeitos vulnerabilizados, a responsabilidade política de fortalecer a autonomia dos grupos vulnerabilizados.

Desse modo, pudemos ratificar o pressuposto de que a percepção dos moradores entrevistados da comunidade do Tomé oferece elementos para uma avaliação – no sentido amplo – da atuação dos sujeitos e das ações da Universidade e apresenta princípios para a formulação de uma práxis acadêmica mais democrática, socialmente referenciada e comprometida ética e politicamente com as transformações sociais na direção da liberdade, da justiça ambiental e da emancipação do ser humano.

Também distinguimos, ao longo de nossa análise, uma série de desafios, de limites e de potencialidades da atuação da Universidade em comunidades camponesas com conflitos ambientais, ao discutir os modelos antidialógico e dialógico de relação entre a Universidade e a comunidade a partir de um texto teatral, ao elaborar um histórico da comunidade do Tomé, destacando a presença dos “estrangeiros” (incluindo os sujeitos da Universidade) como elementos de impulsão de transformações, ao nos deter no olhar dos moradores da comunidade sobre as ações da Universidade entre os anos de 2007 e 2017.

Reconhecemos que os diálogos entre sujeitos, saberes e propósitos da Universidade e de moradores de comunidades camponesas com conflitos ambientais, denotando em distanciamento com o modelo de ciência que rompe com o senso comum, tem impelido grupos acadêmicos – como o Núcleo Tramas, fartamente citado neste trabalho – a questionar sua prática, a reelaborar seus pressupostos epistemológicos, a buscar diferentes propostas metodológicas, a perseguir “uma ciência prudente para uma vida decente”, de que trata Santos (2006), considerando a construção de um conhecimento, de ética e responsável, com os saberes e propósitos das populações vulnerabilizadas por projetos econômicos de um modelo de desenvolvimento excludente.

Para Zemelman (2000), a inércia mental e os interesses – notadamente, o econômico – têm sido os grandes obstáculos a frear as mudanças, as inovações, o avanço do conhecimento científico: a inércia mental por que se acomoda, porque se delega o direito de manter-se fazendo o que sempre fez, porque se faz indolente diante de novos e complexos problemas; o interesse econômico porque prioriza a vantagem de

poucos em detrimento do bem de muitos, porque define um pequeno grupo para se apropriar do bônus e a maior parte da sociedade para dividir o ônus.

Distinguimos sujeitos da Universidade que atuam em contexto de conflitos ambientais – nesse caso específico, na comunidade do Tomé –, bem como parte dos moradores dessas comunidades, como sujeitos ativos, não rendidos à inércia mental, decididos a conhecer e transformar a realidade, a despeito da dissimetria de forças com o poder político e econômico, e orientados por um interesse coletivo. A busca pela viabilização de espaços mais horizontais e democráticos de diálogo presente na própria metodologia da ação universitária e a resposta dada por moradores que aceitaram partilhar de seus saberes e se dispuseram a conhecer a visão do outro, do “estrangeiro”, sobre a injustiça que os atingem em sua comunidade, são elementos para a construção de um novo conhecimento científico com bases emancipatórias.

Sabemos que a aproximação da Universidade com os setores produtivos, com o mercado, acabou por reduzir aquilo que foi reivindicado em movimentos de luta em várias partes do mundo, durante o século XX. Movimentos como a Reforma Liminar, em Córdoba, na Argentina, em 1918; o Movimento pelos Direitos Civis, nos EUA, nas décadas de 1950 e 1960; o movimento estudantil conhecido como Maio de 68, iniciado em Paris, França; o movimento pela modernização da educação superior, no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, com forte mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros, foram diminuídos por interesses econômicos – certificados como “interesse nacional”.

Acreditamos que esses grupos de sujeitos da Universidade e de comunidades voltam a tencionar a ampliação do que se compreende, então, por relação Universidade e Sociedade. Reconhecem a necessidade de “colocar em xeque” o sentido da construção do conhecimento, perguntando, com Freire (apud HURTADO, 1992, p. 53), “o que conhecer, como conhecer, para que conhecer, em favor de que e de quem conhecer – e, por seguinte, contra que e contra quem conhecer”, assegurando que suas escolhas não estão condicionadas por uma leitura colonial da realidade, por um modelo científico que se fecha em si, abrindo mão das certezas tão fartamente professadas e – com um olhar questionador, crítico e insurgente – assumindo as incertezas que derrotam a visão monolítica do mundo e imprimem novos e possíveis sentidos e significados de outro mundo possível.

5. BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, JA. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, CCA.; BEZERRA, GN. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA FILHO, N. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília-DF; Salvador-BA: Editora Universidade de Brasília; EDUFBA, 2007.
- AMARAL, NC. Financiamento da Educação Superior. In: OLIVEIRA, DA.; DUARTE, AC.; VIEIRA, LF. (Org.). **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, v. CD-ROM, 2010.
- ASSIS, WFT.; LAGES, AS. **Desprovincializar o desenvolvimento: Enunciação subalterna e resistência nas bordas da acumulação capitalista na Amazônia**. 40 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG: ANPOCS. 2016.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7ª Edição. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- BUARQUE, C. A universidade na encruzilhada. In: UNESCO. **A universidade na encruzilhada. Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília-DF: UNESCO Brasil; Ministério da Educação, 2003. p. 23-66.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Rio de Janeiro; Fortaleza: Garamond; BNB, 2008.
- CANCLINI, NG. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANCLINI, NG. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de São Paulo / Caderno Mais**, São Paulo, 9 Maio 1999.

- CUNHA, LA. Autonomia universitária: teoria e prática. In: VESSURI, H. (). **Universidad e investigación científica: convergencias y tensiones**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) / UNESCO, 2006.
- DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DERRIDA, J. **A universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- DIAS, L.; GAMBINI, R. **Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- DINIZ, D. Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami. **Revista Bioética**, v. 2, n. 15, p. 284-325, 2007.
- DRÈZE, J.; DEBELLE, J. **Concepções da universidade**. Fortaleza-Ce: Ed. UFC, 1983.
- DURKHEIM, E. Uma resenha de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. (). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 113-118.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- ETGES, N. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. **Educação & Realidade**, v. 2, n. 18, p. 73-82, Julho/Dezembro 1993.
- FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1983.
- FÁVERO, MLA. **O título de Doutor Honoris Causa ao rei dos belgas e a criação da URJ**. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- FÁVERO, MLA. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba-PR, v. 28, p. 17-36, 2006.
- FERREIRA, MJM. **Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora** (dissertação de mestrado). Fortaleza-CE: Departamento de Saúde Comunitária/UFC, 2012.
- FIGUEIREDO, JBA. **Educação ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2007.
- FIOCRUZ; FASE. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 15 março 2017.
- FONSECA, C.; POLICARPO, F. Entrevista com a professora Claudia Fonseca (UFRGS) sobre o tema Ética em Pesquisa. **Antropolítica**, Niterói-RJ, v. 39, p. 305-325, 2º semestre 2015.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- FREITAS, BMC. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará (dissertação de mestrado). Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2010.
- FREITAS, BMC. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, R. M. **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC; Expressão Popular, 2011. Cap. 4, p. 144-165.
- FREITAS, BMC.; CARVALHO, SMG.; MENDES, JE. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência no M21. In: FONTOURA, J. L. (.). **Vozes do campo:** ressignificando saberes e fazeres. São Leopoldo: Editora Oikos, 2016. p. 87-105.
- FREITAS, BMC.; SOARES, HS. **Expropriação e concentração fundiária no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi 1992-2002** (relatório de extensão). Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Limoeiro do Norte-CE. 2005.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Vida**, v. 04(02), p. 219-230, Jul./Out. 1997.
- FURTADO, C. **Seca e poder** - entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GATTO, LCS. (Org.). **Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jaguaribe:** diretrizes gerais para ordenação territorial. Salvador: Ministério do Planejamento e do Orçamento; IBGE, 1999.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos e demandas bajo el progresismo sudamericano atual. In: **Extrativismo, política y sociedad** (varios autores). Quito: Centro Andino de Acción Popular - CAAP/Centro Latino Americano de Ecologia Social - CLAES, 2009, p. 187-225.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrend Brasil, 2016.
- HARVEY, D. **Para entender O capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013.
- JACKSON, LC. **A tradição esquecida:** Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Cândido. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; FAPESP, 2002.
- KERR, C. **Os usos da universidade.** Fortaleza-CE: Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.
- HURTADO, CN.. **Educar para transformar, transformar para educar:** comunicação e educação popular. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LANDER, E. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- LEÃO, FAF.; MELO, RD.; ROCHA, MM. **O conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a Pedagogia do Território como práxis acadêmica emancipatória.** Anais do 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu-MG: ANPOCS, 2016.
- LEÃO, FAF.; PINHEIRO, CHL. O processo de des(re)territorialização na comunidade do Tomé, Chapada do Apodi-CE. In: SILVA FILHO, AV; RAMOS, JFP; FRANCO; RKG (Org.). **Ensaio Interdisciplinares em Humanidades.** Fortaleza, EdUECE, 2017.

LEÃO, FAF.; SOUZA, MLM. **Arte no Tomé:** uma experiência de mediação artística e cultural baseada na comunidade. Anais do XXV Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil (CONFAEB). Fortaleza: IFCE. 2015.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. D. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEHER, R. **Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade**. 37ª Reunião Nacional da ANPED - 04 a 08 de outubro. Florianópolis: UFSC. 2015.

LEMOS, DC.; CÁRIO, SAF. **A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação**. Conferência Internacional LALICS 2013 - 11 e 12 de novembro. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2013.

LIFSCHITZ, JA. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MALERBA, J. (Org.). **Diferentes formas de dizer não:** experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARINHO, AMP.; CARNEIRO, FF.; ALMEIDA, VE. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, R. M. (.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC (co-edição com a Expressão Popular), 2011. Cap. 5, p. 166-216.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, HHT. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 289-300, mai/ago 2004.

MARTINS, JS. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, JS. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

MARTINS, JS. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

MARTINS, JS. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, JS. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, JS. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 28-49, Dezembro/Fevereiro 2004-2005.

MARTINS, JS. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, JS. **A sociologia como aventura:** memória. São Paulo: Contexto, 2013.

- MENEGHEL, S. M. **A crise da universidade moderna no Brasil (tese de doutorado)**. Campinas-SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2001.
- MILANEZ, F. **A Ousadia do Ecologismo Popular**. 40 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG: ANPOCS. 2016.
- MILLS, CW. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- MINAYO, MCS. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MIRANDA, OD. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- MMA; SRH; DNOCS. **Novo modelo de irrigação: emancipação dos perímetros públicos de irrigação (proposta de trabalho)**. MMA; SRH; DNOCS. Brasília. 1997.
- MOREIRA, DA. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MORHY, L. (.). **Universidade em questão**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 3ª Edição. ed. Lisboa: Edições Europa-América, 2002.
- NEVES, J. **A análise do texto teatral**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 1997.
- NEVES, VFA. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei-MG, v. I, n. 1, junho 2006.
- NISBET, RA. A sociologia como forma de arte. **Plural**, São Paulo, v. 7, n. USP, p. 111-130, 1º semestre 2000.
- OLIVEIRA, JP. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais. In: FELDMAN-BIANCO, B. **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília-DF: ABA, 2013. p. 47-74.
- OLIVEIRA, MM. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- ONG, W. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- PAULA, MF. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Avaliação (Campinas)**, p. 53-67, 2003.
- PAULA, MF. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14(2), p. 147-161, Outubro 2002.
- PEDRO, VV. **"Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro": judicialização e estratégias de confronto político na Comunidade do Cajueiro, em São Luís - MA**. 40 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG: ANPOCS. 2016.
- PEIXOTO, F. **Brecht: uma introdução ao teatro dialético**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- PEREIRA, VP.; CARNEIRO, EJ. **Conflitos ambientais e produção de periferias urbanas:** notas para uma aproximação possível. 40 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG: ANPOCS. 2016.
- PINHEIRO, CHL. **Percepções e Trajetórias Docentes:** mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará (tese de doutorado). Fortaleza-CE: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, 2013.
- PINTO, RG. A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. **Revista Antropolítica**, Niterói-RJ, n. 36, p. 49-82, 2014.
- POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PORTO, MFS. **Uma ecologia política dos riscos:** princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- PORTO, MFS. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31-58, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, CW. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 4ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- READINGS, B. **Universidade sem cultura?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- RIBEIRO, RJ. **A universidade e a vida atual:** Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- RIBEIRO, RJ. O sapo e o príncipe (prefácio). In: ALMEIDA FILHO, N. D. **Universidade Nova:** textos críticos e esperançosos. Brasília-DF; Salvador-BA: Editora Universidade de Brasília; EDUFBA, 2007. p. 11-18.
- RIGOTTO, RM. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC; Expressão Popular, 2011.
- RIGOTTO, RM. **Tramas 20 anos (memorial apresentado para progressão funcional a professora titular).** Fortaleza-CE: Faculdade de Medicina/UFC, 2016.
- RIGOTTO, RM. et al. **Mulheres em diálogo:** saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi - Ceará. Fortaleza: Núcleo Tramas - Trabalho, Ambiente e Saúde - UFC, 2016.
- RIGOTTO, RM.; ELLERY, AEL. Caminhos na produção do conhecimento: cuidados, incertezas e criação. In: RIGOTTO, R. M. (.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC / Expressão Popular, 2011. p. 71-110.
- RIGOTTO, RM.; FREITAS, BMC. (Org.). Dossiê Perímetros Irrigados. **Dossiê Perímetros Irrigados**, 2014. Disponível em: <<http://dossieperimentrosirrigados.net>>. Acesso em: 15 Maio 2015.
- RIGOTTO, RM.; FREITAS, BMC. **Produção compartilhada de conhecimento universidade-movimentos sociais em contexto de conflitos socioambientais no campo:** em busca de caminhos. Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - ALASRU, 2014, México. Sociedades Rurales latinoamericanas: Diversidades, contrastes y alternativas. Cidade do México: [s.n.]. 2014a.

- RIGOTTO, RM.; ROCHA, MM. A Pedagogia do Território como método em práticas acadêmicas: a experiência do Núcleo Tramas/UFC, Brasil. Coimbra: (no prelo), 2016.
- RISTOFF, D. **A carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos. Apontamentos para o Projeto Educação, Ciência e Tecnologia para um Brasil Soberano.** Instituto Cidadania. Florianópolis. 2001.
- ROCHA, MM. **Das águas que calam às águas que falam:** opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE (dissertação de mestrado). Fortaleza: Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2013.
- ROCHA, MM.; RIGOTTO, RM. Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 63-79, Junho 2017.
- ROCHA, MM.; SILVA, MLV.; SANTOS, ER. **No tempo dos Mussambês, não tinha do que ter medo:** impactos do agronegócio sobre a vida das mulheres da Chapada do Apodi [vídeo-documentário]. Fortaleza: Núcleo Tramas - Trabalho, Ambiente e Saúde, UFC, 2015.
- ROGERS, H. J. **Brazil: The troubled land.** [vídeo-documentário]: USC School of Cinematic Arts, 1964.
- SANTANDER, F. **O extensionista.** São Paulo: HUCITEC, 1987.
- SANTOS, BS. **A transição paradigmática:** da regulação à emancipação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 1991.
- SANTOS, BS. **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, BS. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, BS. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, BS. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTOS, BS.; MENESES, MP. (). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SATRIANI, LL. **Il silenzio, la memoria e lo sguardo.** Palermo: Sellerio Editore, 1980.
- SGUISSARD, V. **Universidade brasileira no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.
- SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SILVA, MLV. **Gritos, silêncios e sementes:** as repercussões do processo de des-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE (dissertação de mestrado). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, 2014.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 12, p. 265-271, Dezembro 2005.

- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- STUDART FILHO, C. **Os aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965.
- SVAMPA, M. Pensar el desarrollo desde America Latina. Seminario Latino-americano Derechos de la Naturaleza y Alternativas al Extractivismo, Buenos Aires, 2011.
- TEIXEIRA, A. **A universidade e a liberdade humana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Dep. de Imprensa Nacional, 1954.
- TEIXEIRA, MM. Chega de segurar o abacaxi: sob a exploração antiga e o discurso moderno do agronegócio, os novos trabalhadores fazem greve. In: RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC (co-edição com a Expressão Popular), 2011. p. 489-523.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade (textos selecionados). In: MIRANDA, O. (.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 231-342.
- TRAMAS/UFC. **Documento-síntese dos resultados parciais da pesquisa - Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos**. Fortaleza: Núcleo Tramas, 2010.
- TRAMAS/UFC. **Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade**. Fortaleza: Núcleo Tramas, 2012.
- TRAMAS/UFC, N. Conflitos territoriais decorrentes da expansão dos Perímetros Públicos Irrigados: o caso do Jaguaribe-Apodí, no Ceará. **Dossiê Tribunal Popular do Ceará**, Fortaleza-CE, 2013.
- TRÓPIA, P. O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 49/3, Abril 2009.
- UNESCO; MEC. **A universidade na encruzilhada. Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília-DF: UNESCO Brasil; MEC, 2003.
- VALLA, VV. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre-RS, n. 21, p. 177-190, Julho/Dezembro 1996.
- VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.
- WEBER, M. **Economia e sociedade (vol. 1)**. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- WYNNE, B. Saberes em contexto. In: MASSARANI, L.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. D. C. **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent; UFRJ, Casa da Ciência; FIOCRUZ, 2005. Cap. 2, p. 27-39.
- ZEMELMAN, H. Debate sobre la situación actual de la Ciencias Sociales. **Análisis y reflexiones**, México-DF, n. 03, Julio/Septiembre 2000.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista – moradores da comunidade do Tomé

A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará

Entrevista nº _____ Arquivo de áudio nº _____

Entrevista realizada por Fernando Antônio Fontenele Leão

Data: ___ / ___ / _____ Horário: das ___ : ___ às ___ : ___

Sobre o/a entrevistado/a:

() M () F / Idade ()

() Grupo 1 (participou de ações) - () Grupo 2 (não participou de ações)

Ocupação principal: _____

Escolaridade: _____

.....

PARTE I - o cotidiano da comunidade (antes e depois da instalação do conflito ambiental)

- Como era a comunidade antigamente e como é a comunidade agora?
- O que considera que foram as principais mudanças na comunidade?
- O que mudou a partir da implantação das empresas do agronegócio?
- Quem foram as pessoas que começaram a morar ou frequentar a comunidade?
- O que é comunidade pra você?
- Porque chamam essa localidade de “comunidade do Tomé”, com o termo “comunidade” fazendo parte do nome próprio do lugar?

PARTE II - a presença da universidade no cotidiano da comunidade e as relações constituídas com os sujeitos da universidade

- Das pessoas que passaram a frequentar a comunidade, você identifica aquelas ligadas à universidade?
- Quais as primeiras ações da universidade que você tem lembrança?

- Nos primeiros momentos, qual era a opinião dos moradores sobre a ação da universidade?
- Essa opinião mudou ao longo do tempo?
- Como era a relação com as pessoas da universidade? Surgiram dificuldades na relação?
- A linguagem das pessoas da universidade era/é difícil de entender?
- Os saberes e a cultura da comunidade foram/são respeitados pela universidade?

PARTE III - as ações da universidade na comunidade, sua relevância e suas consequências

- Qual foi a ação da universidade que você participou? Quando foi realizada? Como você atuou? (*apenas para o Grupo 1 – de pessoas que participaram de ações da universidade*)
- Os conhecimentos produzidos pela universidade são úteis?
- Vocês, moradores, tiveram acesso aos resultados das pesquisas realizadas na comunidade?
- A ação da universidade trouxe benefícios para a comunidade? Quais?

PARTE IV - o papel da universidade em comunidades com conflitos ambientais

- No seu modo de entender, qual é a função da Universidade em comunidades como a do Tomé?
- Pra que a universidade existe?
- Em quais problemas da comunidade a universidade tem ajudado e em quais ela poderia ajudar?